

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

2010-04-10

1. CARACTERIZAÇÃO DA AML	3
2. POTENCIAL HUMANO.....	5
2.1. <i>Demografia</i>	6
2.2. <i>Emprego e Qualificações</i>	15
3. COESÃO SOCIO-TERRITORIAL	19
3.1. <i>Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos</i>	21
3.2. <i>Coesão Social</i>	36
3.3. <i>Abastecimento de Água, Tratamento de Aguas Residuais e Resíduos Sólidos</i>	39
4. ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA, COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO	44
4.1. <i>Turismo</i>	52
4.2. <i>Agricultura, Floresta e Economia do Mar</i>	55
4.3. <i>Economia do Mar</i>	58
4.4. <i>Cultura</i>	61
4.5. <i>Energia</i>	65
5. RECURSOS NATURAIS, AMBIENTE E RISCOS	67
5.1. <i>Enquadramento</i>	67
5.2. <i>Rede Ecológica Metropolitana</i>	68
5.3. <i>Conservação da Natureza</i>	71
5.4. <i>Recursos Hídricos</i>	73
5.5. <i>Qualidade do Ar</i>	76
5.6. <i>Riscos</i>	82
6. TRANSPORTES E MOBILIDADE	90
Conectividade	91
7. GOVERNANÇA TERRITORIAL.....	94
8. ANÁLISE SWOT	96
<i>Pontos Fortes:</i>	96
<i>Pontos Fracos:</i>	98
<i>Oportunidades:</i>	99
<i>Ameaças:</i>	100
<i>Tendências Positivas:</i>	102
<i>Tendências Negativas:</i>	102

1. CARACTERIZAÇÃO DA AML

A Região de Lisboa evoluiu no sentido da modernização e crescimento económico, particularmente, a partir da adesão de Portugal à União Europeia, percorrendo um caminho de sucesso em termos de convergência com a Europa e culminando com o regime de “*phasing-out*” e entrada para o grupo mais restrito das regiões “Competitividade Regional e Emprego”. Mais do que uma questão estatística, tal traduz uma nova realidade económica, política e territorial, não deixando, contudo, de ser palco de diversas e profundas disparidades e diversidades.

A Região de Lisboa é, hoje, uma entidade territorial alargada cuja polarização se estende ao longo do Vale do Tejo, do Litoral Centro e do Alentejo, muito para além dos seus limites administrativos, com um modelo territorial expresso na interdependência de três dimensões territoriais. A melhoria das condições de acessibilidade proporcionadas pela expansão e modernização das infra-estruturas de transportes tem constituído um dos principais indutores da reconfiguração da região de Lisboa, do seu alargamento e da sua área de influência.

Uma perspectiva analítica sobre Lisboa mostra-nos duas realidades. A primeira envolve a configuração de uma “mega-região” – extravasando os limites das fronteiras administrativas da AML ou mesmo da LVT (vai de Leiria a Évora e Sines) – onde se estabelecem relações de polarização dos modelos de habitação, transporte, população, distribuição e consumo, vivem cerca de quatro milhões de pessoas, concentrando cerca de 39% da população e produzindo cerca de 50% da riqueza gerada no país. A segunda configura um pólo central metropolitano – a “nova” região de Lisboa no quadro estatístico “pós *phasing-out*” – onde vivem cerca de 2,75 milhões de habitantes, correspondendo a 26,2% da população e 37% do VAB nacional, constituindo um espaço central desenvolvido e liderante, apesar de apresentar ainda padrões territoriais marcados pelo desordenamento urbanístico, com fortes constrangimentos à mobilidade e riscos ambientais.

A importância da região de Lisboa advém, em larga medida, de uma configuração urbana muito específica, decerto fruto da história e da sociedade, a que se associa o papel motor que tem desenvolvido na economia e na territorialização da riqueza do e no país.

Presentemente, o que mais caracterizará a Região de Lisboa do ponto de vista produtivo, e decorrente da consolidação dos novos paradigmas de produção económica, social e urbana, será decerto a sua considerável estruturação no cada vez mais caleidoscópico sector dos serviços.

Apesar de se constituir hoje como uma região mais modernizada e com um maior desenvolvimento económico, com 37 % do VAB nacional e um PIB *per capita* cerca de 19.800€, apresenta ainda padrões territoriais marcados pelo desordenamento urbanístico, com fortes constrangimentos à mobilidade, riscos

ambientais e graves problemas de exclusão social, sendo palco de diversas e profundas disparidades no seu interior.

Uma região, duas realidades: Grande Lisboa e Península de Setúbal

Com as novas acessibilidades construídas em finais do século passado tende a reforçar-se a integração e a coesão entre as margens Norte e Sul do Tejo, entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal. Contudo, ainda se verificam significativas diferenças e disparidades entre estes dois territórios, administrativamente reunidos na Área Metropolitana de Lisboa. Essas diversidades resultam das especificidades dos territórios (factor positivo) e da tradicional subalternização da Península de Setúbal relativamente à Grande Lisboa (factor negativo).

No âmbito territorial coloca-se uma forte questão associada ao nível da grande distância de representação populacional e de desenvolvimento entre a margem norte e a margem sul do Tejo – ou entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal. Desde logo, em termos das respectivas dimensões demográficas, tendo a Península de Setúbal pouco mais de $\frac{1}{4}$ da população total da AML (27%), mas particularmente pela disparidade de riqueza entre as duas sub-regiões, onde o indicador do PIB *per capita* (em paridades do poder de compra) representa, na margem sul, menos de metade das respectivas *performances* para a Grande Lisboa.

Esta menor representatividade da margem sul da AML, notavelmente nos factores de rendimento familiar e de qualidade de vida (consideravelmente inferiores à sua congénere da margem norte), não poderá minorizar o indispensável papel desta sub-região no equilíbrio e sustentabilidade do tecido económico e social de toda a Região, particularmente tendo presente a sua importante capacidade empregadora e de internacionalização. A Península de Setúbal destaca-se no conjunto da Região pelo seu elevado grau de abertura no que concerne aos fluxos de exportação e expedição (44,6% em 2004), em importante medida devido à sua indústria transformadora, particularmente no sector automóvel.

Quadro 1. Indicadores

INDICADORES	Portugal	AML	Grande Lisboa		Península de Setúbal	
			Total	% face à AML	Total	% face à AML
Superfície - km2 (2006)	92.090	2.934	1.376	46,9	1.559	53,1
População (2006)	10.599.095	2.794.226	2.019.529	72,3	774.697	27,7
População Activa (2001)	4.778.115	1.389.939	995.716	71,6	366.350	26,4
Emprego - milhares de pessoas (2005)	5099,9	1.370	1.129	82,4	241	17,6
PIB pm - milhões de euros (2005)	149.123	55.140	47.351	85,9	7.789	14,1
PIB per capita – milhares de euros (2005)	14,1	19,8	23,5	-	10,2	-
PIB pc (PPC*) - UE27=100 (2004)	75,0	106	125	-	55	-
VAB pb - milhões de euros (2005)	128.363	47.463	40.759	85,9	6.704	14,1
Empresas - número (2006)	1.132.364	314.390	235.814	75,0	78.576	25,0
Produtividade - milhares de euros (2005)	25,2	34,7	36,1	-	27,8	-
Poder de Compra per capita - euros (2005)	100,50	137,30	145,5	-	115,7	-

FONTE: INE, Portugal: Censos 2001 e Anuários Estatísticos da Região de Lisboa

É de salientar que a Península de Setúbal apresenta condições naturais que a qualificam para o turismo e o lazer; para acolher deslocalizações industriais da Grande Lisboa; para a localização da logística de articulação com o Alentejo, a Espanha e o Algarve; e um valioso potencial de expansão do Porto de Setúbal face aos condicionamentos (em termos das mercadorias) do Porto de Lisboa. Mas também aqui se colocam algumas das grandes indústrias nacionais: Portucel, Lisnave, Secil, etc. Destaca-se igualmente, a função da logística metropolitana (eixo Marateca/Poceirão/Pegões e Porto Alto/Carregado/Azambuja) que, assumindo dimensão e relevância aos níveis regional, nacional e ibérico, pode funcionar como eixo de coesão territorial, ao qual se acrescenta agora o novo aeroporto internacional de Lisboa.

2. POTENCIAL HUMANO

A análise da questão demográfica, e os seus resultados ao nível da disponibilidade/oferta de recursos humanos, mesmo num contexto territorial como o da AML - com melhores padrões de comportamento comparativamente com as médias nacionais - deve ultrapassar uma visão simplista que a tende a considerar em duas dimensões. Por um lado, como directamente produtora de recursos, aparentemente encarados como inesgotáveis, principalmente pela via das migrações; por outro, apenas como elemento

de referência, designadamente para a programação de equipamentos ou para a concepção de medidas de valorização dos recursos humanos, sobretudo na perspectiva do emprego ou da empregabilidade.

Na verdade, ao analisar-se o regime demográfico da AML (mais ou menos atractivo, mais ou menos jovem, mais ou menos geograficamente concentrado), devem considerar-se dois aspectos essenciais que se entrecruzam: por um lado, o regime demográfico tem implicações relevantes para a sustentabilidade de diversas componentes do desenvolvimento territorial (a saúde, o emprego, a segurança social, entre outros), por outro, a sua evolução futura depende do modelo de desenvolvimento global que vier a ser implementado na Área Metropolitana.

A actual contabilidade dos recursos humanos existentes na Região de Lisboa, para além de indicar um futuro preocupante relativamente à capacidade de manutenção de saldos fisiológicos positivos que sejam proporcionadores da renovação de gerações e não apenas resultantes de um alargamento derivado do aumento da esperança de vida, surge ainda como estando fortemente ancorada em movimentos migratórios, onde também é forte a componente de incerteza que, de forma inequívoca, permita perspectivar a sua evolução.

2.1. Demografia

População

Considerando as dinâmicas demográficas no último período inter-censitário, os residentes da AML aumentaram 5,6% (0,6 pontos percentuais acima da variação registada a nível nacional), o que correspondeu a um balanço líquido de mais 141.142 habitantes. Este crescimento ancorou-se, sobretudo, num saldo migratório de 86.200 novos residentes, mais do dobro do que o crescimento proporcionado pelo saldo fisiológico, cuja taxa rondou o valor nacional (1,3 e 1,2%, respectivamente). No entanto, a taxa de saldo migratório registada pela AML foi apenas 3 décimas superior à verificada a nível nacional, passando essa diferença para 4 décimas quando se tiram desse total as parcelas a ela relativas, pelo que o seu efeito não foi determinante para o comportamento do País. Mas, já quando se considera a população imigrante segundo a naturalidade estrangeira (período 1996 a 2001), a AML, só por si, contribui para 47% das entradas registadas a nível nacional. De facto, no que respeita à capacidade de atracção de população estrangeira, a AML é uma realidade com um peso incontornável à escala nacional, tanto em termos dos *stocks*, como da sua evolução anual.

Ao nível das NUTS III, a população residente na Grande Lisboa é mais que o dobro da população residente na Península de Setúbal, mas a Península de Setúbal regista uma taxa de crescimento recente mais elevada: 10% face a 4% na Grande Lisboa.

Ao nível intra-regional as performances demográficas concelhias são profundamente distintas. Generalizando a análise a todas as componentes da variação demográfica para o período posterior ao último Censo e tomando como referência os últimos dados (ano de 2007) disponibilizados pelo INE sobre

estimativas da população residente verificam-se, de 2001 para 2007, os seguintes comportamentos no conjunto da AML:

- A AML manteve um processo de crescimento demográfico superior ao do resto do país (estimativas de 5,5% e 2,5% entre 2001 e 2007, respectivamente), assente essencialmente no *superavit* migratório regional, para o qual contribui muito a população estrangeira e também os migrantes internos;
- A Península de Setúbal continuou a observar uma taxa de crescimento superior à da Grande Lisboa que, contudo, se mantém como o espaço de maior volume populacional, concentrando um pouco mais de 2 milhões de residentes (cerca de 72% da população total da AML);
- O saldo fisiológico registou, ao longo do período 2001-2007, um ligeiro incremento (o excedente de vidas passou de 5871 em 2001 para 6429 em 2007). Note-se, contudo, que a existência de um excedente de vidas positivo na AML resulta, em larga medida e de um modo progressivamente mais visível, do contributo dos estrangeiros evidenciando-se, assim, que esta população tem, neste momento, não só um impacto directo nas dinâmicas demográficas da AML por via da imigração, mas também um impacto indirecto cada vez mais visível, devido ao seu contributo crescente para a natalidade, ao mesmo tempo que mantém níveis de mortalidade bastante baixos.

Destaque-se que na primeira metade desta década, e apesar dos esforços no sentido da reabilitação e mesmo de revitalização urbana, o concelho de Lisboa mostrava continuar a perder população – cerca de 2% ao ano – linha que indicia de forma consideravelmente nítida que a metrópole, no seu conjunto, continua a originar preocupantes tendências de desconcentração e de dispersão, com todos os custos sociais, económicos e ambientais daí resultantes. Estes movimentos de desconcentração, que anteriormente eram sobretudo visíveis pelas perdas populacionais do concelho central, têm sido mais recentemente também acompanhados, embora com menor relevância, por populações de concelhos urbanisticamente consolidados, como Loures e Amadora.

É aparente uma deslocação da população para concelhos marginais da AML, decorrente de processos de sub-urbanização, desenvolvimento da rede de acessibilidades e reforço de novas centralidades urbanas, que têm progressivamente tomado Lisboa numa região policêntrica. Os concelhos de Lisboa, Amadora, Loures e Barreiro registaram entre 2001 e 2007 uma variação negativa da população residente, em que Lisboa lidera, com um decréscimo de 12%. Em sentido oposto, ainda na Grande Lisboa, os concelhos de Mafra, Sintra e Vila Franca de Xira apresentaram crescimentos a dois dígitos. Na Península de Setúbal, o destaque reparte-se entre, por um lado, os concelhos de Alcochete e Sesimbra a crescer a taxas superiores a 20% e, a ritmos mais modestos, os concelhos de Palmela e Seixal.

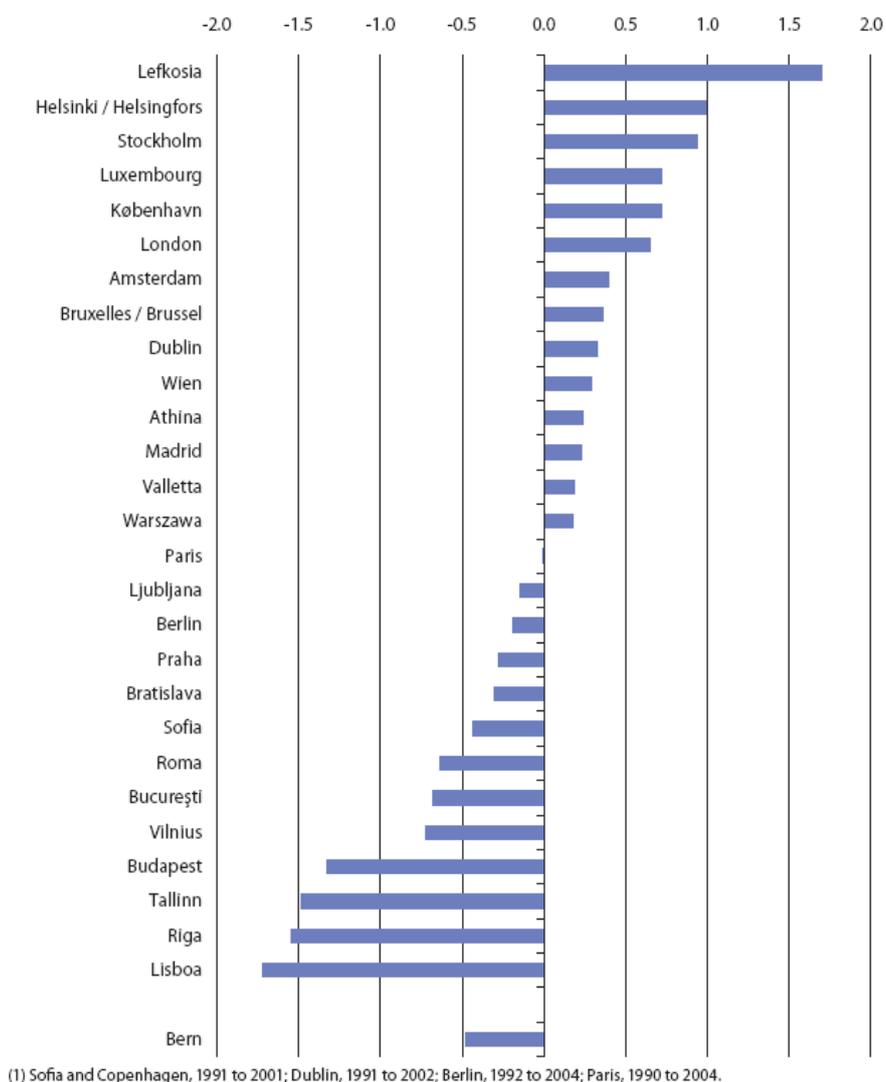
Quadro 2. Evolução da População Residente e Índice de Envelhecimento por Concelho

Concelho	População Residente			Índice de Envelhecimento		População '15-65'
	2007 nº	2001 nº	Δ 2001/07 %	2007 nº	2001 nº	2007 %
Portugal	10 618	10 356	3	114	102	67
AML	2 808	2 662	6	107	103	67
Grande Lisboa	2 026	1 947	4	110	107	67
Amadora	173	176	-1	114	94	68
Cascais	187	171	10	99	100	67
Lisboa	500	565	-12	177	203	62
Loures	196	199	-1	96	77	69
Mafra	69	54	26	95	97	66
Odivelas	151	134	13	102	81	70
Oeiras	171	162	6	114	106	67
Sintra	437	364	20	73	57	69
Vila Franca de Xira	140	123	14	80	67	70
Península de Setúbal	783	715	10	100	93	68
Alcochete	17	13	29	100	95	66
Almada	166	161	3	117	119	66
Barreiro	78	79	-1	133	123	69
Moita	71	67	6	84	77	70
Montijo	41	39	5	106	116	65
Palmela	62	53	16	103	94	67
Seixal	173	150	15	75	60	71
Sesimbra	50	38	34	99	89	66
Setúbal	1234	114	8	99	95	68

FONTE: INE, Portugal: Censos 2001 e Anuário Estatístico da Região Lisboa 2007.

Esta tendência de perda de população torna-se mais evidente se comparada com outras cidades capitais. Também neste ponto Lisboa lidera o crescimento negativo da população residente, com um decréscimo de população superior ou de qualquer outra das capitais.

Figura 1. Taxa de evolução da população residente 1991-2004 nas cidades capitais



FONTE: Eurostat (urb_ikey)

Envelhecimento da população

A AML tem registado um notório envelhecimento da população residente, o que suscita dois comentários. Primeiro, tem envelhecido a um ritmo mais lento que o resto do país e em 2007 comparava favoravelmente com a média nacional (1). Nesse ano, 67% da população residente na AML tinha idade compreendida entre 15 e 65 anos. Segundo, as dinâmicas dentro de cada um dos concelhos são muito diferenciadas, com o índice de envelhecimento a progredir de forma mais rápida na Península de Setúbal que na Região da Grande Lisboa. É de destacar, no entanto, o relativo envelhecimento da população no concelho de Lisboa (2), tendência que se inverte à medida que nos afastamos do centro (concelho de

¹ Anote-se que em 2001, a AML registava uma comparação desfavorável.

² Repare-se que 24% da população residente tem mais de 65 anos.

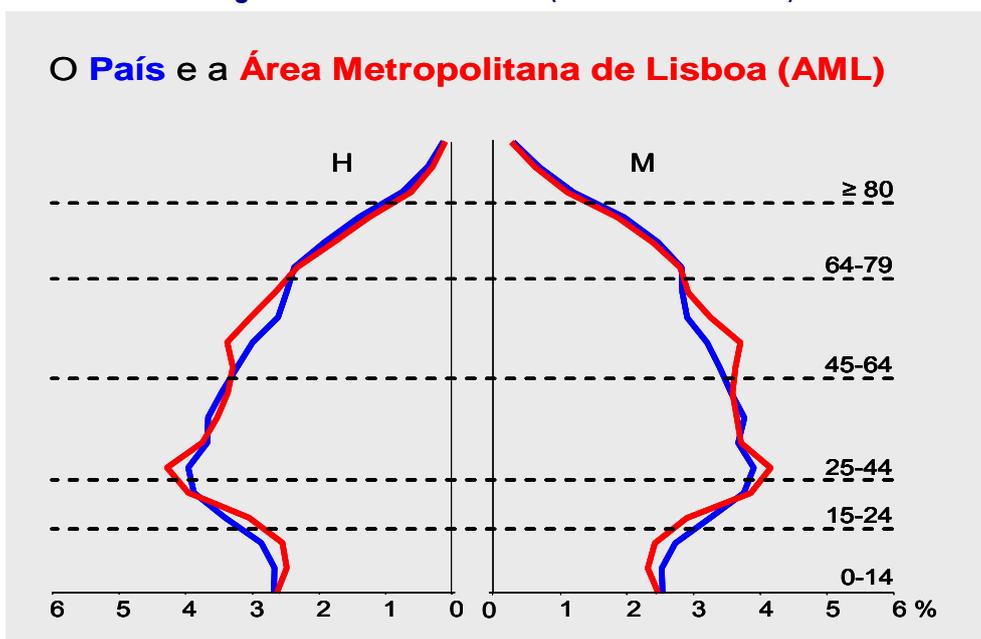
Lisboa) para a periferia, provavelmente explicável pelo facto dos concelhos mais afastados do centro serem pólos de destino de emigração.

Se o crescimento da população da AML tem sido tendencialmente superior à média nacional, o mesmo acontece com o saldo migratório e o saldo natural. Em 2007, ambos se apresentavam positivos e superiores à média nacional e a qualquer outra NUTS II (com a exceção do Algarve que apresentava um saldo migratório bastante superior).

Comparativamente às suas congéneres europeias, duas realidades se apresentam para Lisboa: em relação ao grupo de idade dos 0 aos 14 anos de idade, a capital assume um comportamento similar à maioria das capitais; já relativamente ao grupo etário superior aos 65 anos Lisboa destaca-se por ser a capital mais envelhecida.

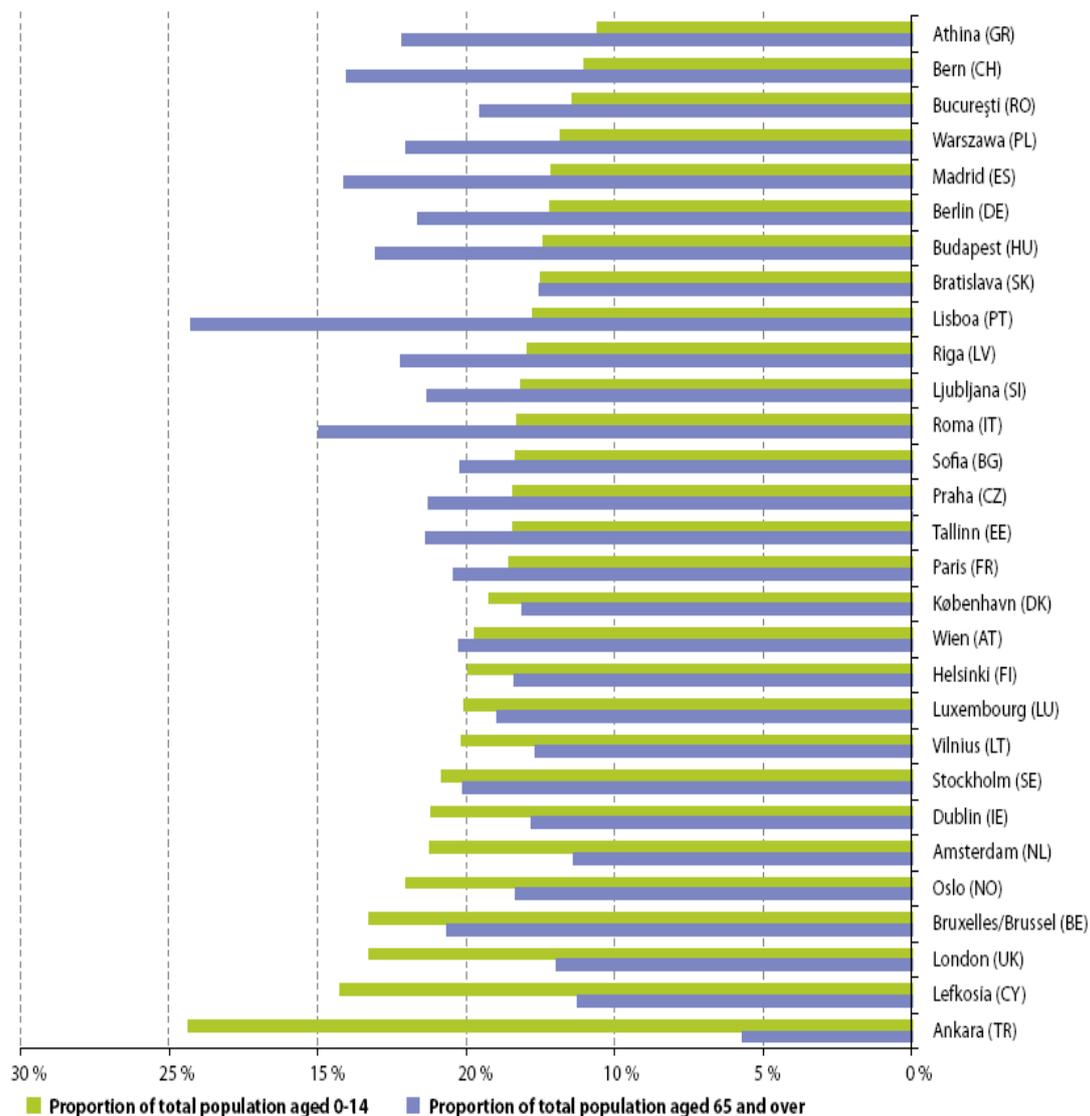
A **Figura 4** realça a paridade de Lisboa em relação às regiões capitais europeias relativamente ao índice de dependência de jovens.

Figura 2. Estruturas etárias (País e AML em 2001)



FONTE: Censos 2001

Figura 3
. População de acordo com os grupos de idade: 0-14 e 65 ou superior nas cidades capitais

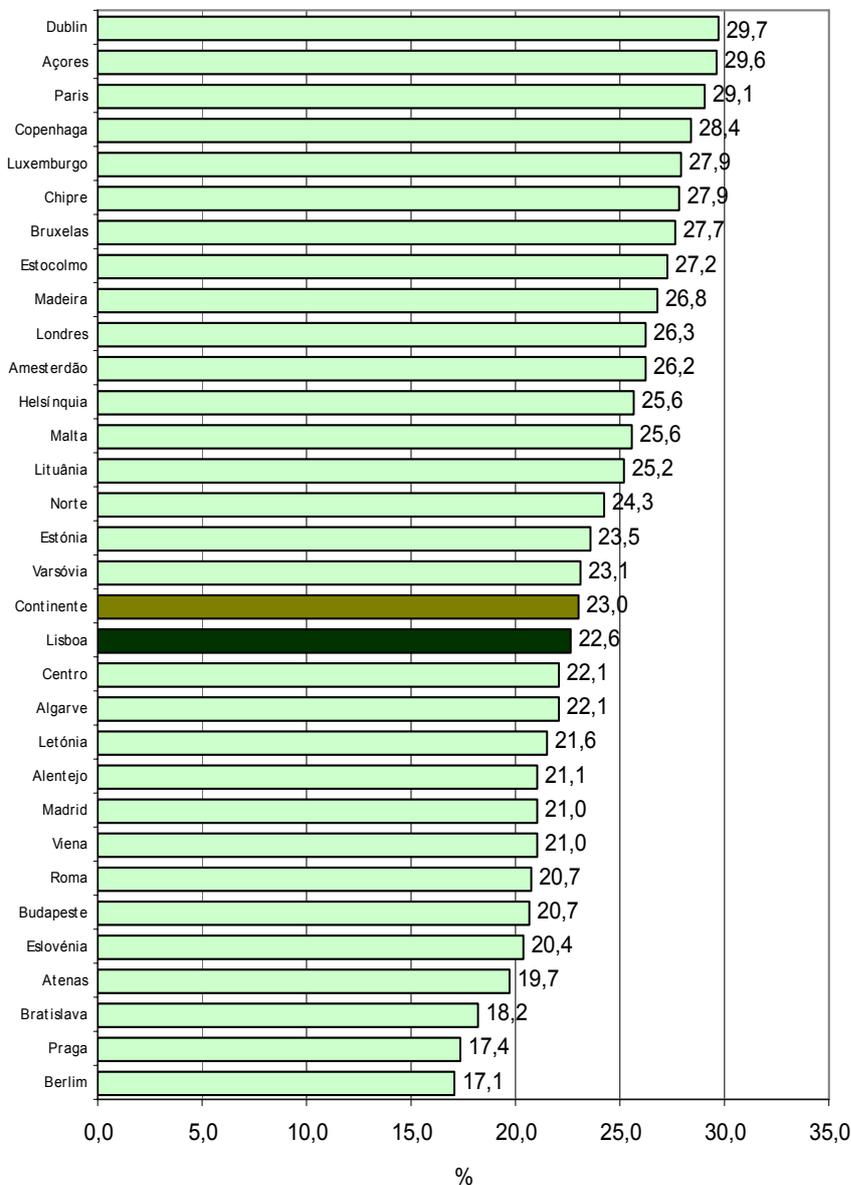


Data: HU 2005; IE 2002; CY, FI, CZ, BG 2001; FR 1999; MT: data not available

FONTE: Eurostat

Figura 4

Índice de dependência de jovens nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas



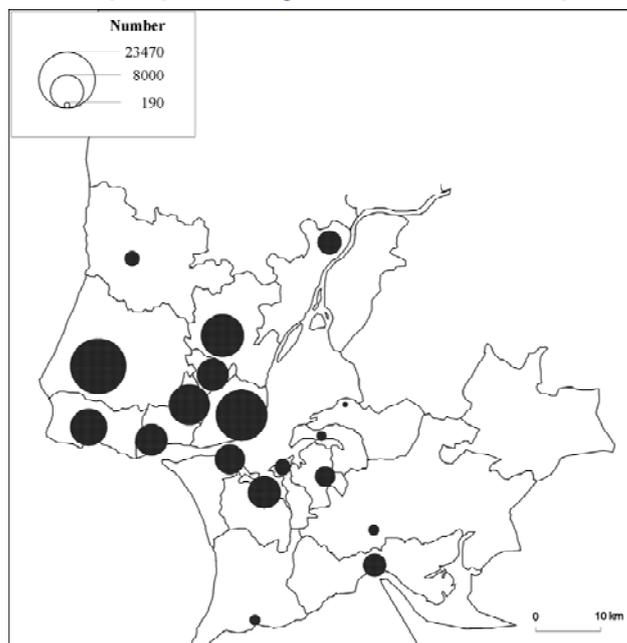
(2005)

FONTE: Eurostat

População estrangeira na AML

A AML concentra bastante população imigrante: entre 2000 e 2005 a população estrangeira aqui residente conheceu uma progressão de 30,6%, atingindo os 174 976 indivíduos. Este aumento foi mais acentuado na Península de Setúbal, chegando aos 50,6%, ficando-se pelos 26,7% na Grande Lisboa. Todavia, é na Grande Lisboa que se mantém a grande concentração desta população: em 2000, os residentes estrangeiros na Grande Lisboa eram 5,6 vezes mais numerosos do que os residentes na Península de Setúbal; em 2005, esta proporção era ainda de 4,7 vezes mais.

Figura 5. População estrangeira residente em 2001 por concelho



FONTE: Censos 2001. Tratado por Fonseca, M.L.; Malheiros, J., Esteves, A. e Boavida, M.J. (2002) – *Immigrants in Lisbon: Routes of Integration*. CEG/EPRU, Lisboa.

O crescimento da população estrangeira nalguns municípios periféricos como Sintra ou Loures pode ser interpretado à luz do processo de recomposição interna da própria AML. Por um lado, as novas vagas migratórias (imigrantes de Leste, Brasileiros, principalmente) são, de algum modo, forçadas a procurar residência fora dos espaços metropolitanos mais centrais, uma vez que aqui os preços são mais elevados e, adicionalmente, as oportunidades de auto-construção (bairros clandestinos, barracas, por exemplo) verificadas nos anos 70 e 80 do século XX são hoje bastante mais difíceis. Por outro lado, os imigrantes mais antigos, com destaque para os nacionais dos PALOP, consolidaram a sua situação social e económica na AML e procuram melhorar as suas condições de habitação, processo que os conduz, frequentemente, a instalar-se em bairros de promoção privada, com preços mais acessíveis, situados, frequentemente, em concelhos da 2ª coroa periférica.

As proveniências da população estrangeira na AML são diversas, embora algumas predominem. Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa são, claramente, a origem mais representada nesta população, sendo que no seu conjunto representam 58,6% de toda a população estrangeira aqui residente. Contudo, a dinâmica migratória destas origens tem vindo a ser claramente ultrapassada por origens como o Brasil ou a Europa de Leste, cujas taxas de crescimento da população residente na AML entre 2000 e 2005 são muito mais elevadas. Assim, enquanto a população residente originária dos PALOP cresceu 30,2%, a população residente de nacionalidade brasileira atingiu os 15 428 indivíduos

em 2005, o que corresponde a um crescimento de 43,9%; e a população oriunda da Europa de Leste (3) conheceu no mesmo período um crescimento de 312,7%.

Quadro 3. População estrangeira por países de origem

	Portugal	Grande Lisboa (Distrito de Lisboa)	Península de Setúbal (Distrito de Setúbal)
	2000 – 2005 (Evol. %)	2000-2005 (Evol. %)	2000-2005 (Evol. %)
Total	33,5	26,7	52,6
Alguns países			
Europa de Leste	440,3	255,4	632,6
Africa (PALOPs)	28,1	26,4	46,3
Brasil	41,1	34,7	130,7

FONTE: Lisboa 2020, Estratégia Regional, CCDR-LVT, 2007

Em síntese, a evolução populacional interna da AML aponta para um processo de recomposição demográfica marcado pelos seguintes aspectos fundamentais:

- A manutenção da “cratera” demográfica correspondente à cidade de Lisboa, que em 20 anos perdeu cerca de um quarto de milhão de residentes, não obstante o ritmo de decréscimo se tenha atenuado ligeiramente entre o decénio de 80 e o de 90 (respectivamente, - 18% e - 15%);
- Um anel de crescimento demográfico mais fraco e, em alguns casos, mesmo negativo, que corresponde essencialmente aos municípios da 1ª coroa periférica, em que mais cedo ocorreram fenómenos de sub-urbanização e de integração metropolitana;
- Uma segunda coroa periférica, onde se localizam os municípios com ritmos de crescimento mais significativos, correspondente ao processo normal de expansão do espaço metropolitano.

Dentro deste modelo genérico surgem elementos discordantes e com lógicas de crescimento mais específicas, que registam crescimentos muito fortes, excedendo bastante a dinâmica global das coroas metropolitanas e dos concelhos em que se inserem.

A análise deste quadro, à luz da informação mais actualizada proveniente dos últimos dados (ano de 2007) disponibilizados pelo INE sobre estimativas da população residente, aponta para as seguintes tendências:

- Um agravamento da evolução negativa da população da capital;
- Um abrandamento das taxas de crescimento negativas de Amadora e Barreiro;
- Loures passa a fazer parte do grupo de concelhos com uma evolução negativa;
- A maior parte dos concelhos que já no período de 1991-2001 registaram taxas de crescimento positivas vêem agora reforçada essa dinâmica, com destaque para Mafra, Odivelas (comportamento de algum modo discordante no contexto da 1ª coroa periférica), Alcochete e Sesimbra, sendo

³ Países mais representados dessa região.

exceção a este comportamento os casos do Montijo (onde não se registam alterações) e do Seixal (onde passa a ser menos forte a aceleração do crescimento demográfico).

Em conclusão, duas questões críticas relativamente à demografia da Área Metropolitana de Lisboa devem ser realçadas:

- a) Uma tendência geral para o envelhecimento que, a continuar a agravar-se, se traduzirá, em breve, em défices ao nível da oferta de emprego e num risco de perda de sustentabilidade dos sistemas de segurança social;
- b) Um acentuar dos desequilíbrios demográficos internos, em termos de dinâmicas de crescimento e envelhecimento, com destaque para a continuação do “afundamento de Lisboa” e para a concentração do crescimento nalguns concelhos e freguesias da periferia.

A ambição da AML em mitigar estes processos, e tendo consciência que a sua resolução depende de uma conjugação de factores económicos, sócio-territoriais e demográficos, torna urgente a aposta em políticas sociais com mais elementos pró-natalistas e também em políticas de recrutamento de imigrantes mais eficazes. Deve-se ainda apostar no alargamento e qualificação dos equipamentos e serviços orientados para a população idosa e muito idosa.

2.2. Emprego e Qualificações

Desemprego

Em Portugal, os níveis de desemprego mantidos controlados durante alguns anos tendem a aumentar neste início de século dada a fragilidade da situação económica que atravessa o país. Acompanhando a tendência de crescimento continuado da taxa de desemprego desde 2002, a AML é a 2ª região do país com a taxa de desemprego mais elevada, atingindo em 2007, 8,9%.

Embora o perfil de desemprego seja conhecido e semelhante para todo o país – jovens, mulheres, não qualificados, aumento do desemprego de longa duração, etc. –, há dois traços (de sinal contrário) que importa destacar pelo seu eventual impacte no desenho das políticas regionais de emprego. Em primeiro lugar, uma posição comparativamente mais inclusiva no que se refere à inserção no trabalho das mulheres, com uma tendência de atenuação do hiato entre o desemprego masculino e feminino, que se regista há uns anos de modo mais acentuado na AML. Em segundo lugar, a penalização do desemprego jovem: em 2007, cerca de 18,7% dos jovens com menos de 25 anos estavam desempregados o que indica uma percentagem superior às médias do país (16,6%).

Níveis de Qualificação da mão-de-obra

A qualificação da população residente, e os níveis de escolaridade apresentam-se como um importante fomento ao desenvolvimento e sustentação da produtividade e da competitividade regional.

Ao longo dos últimos anos a sociedade portuguesa tem testemunhado um aumento significativo e genérico dos níveis de instrução da população activa. Ora, se por um lado, este resultado deriva da renovação do capital humano a par do incremento dos níveis de escolaridade das populações mais jovens - sobretudo relacionados com o aumento da oferta de ensino pré-escolar e de ensino superior - por outro, reflecte ainda o esforço de âmbito nacional no sentido de qualificar a população adulta, com programas e políticas de formação e enriquecimento do capital humano.

Quadro 4. Percentagem de população por nível de ensino atingido

	Ensino Superior	Ensino Médio	Ensino Secundário	Ensino Básico	Analfabetos
Portugal	10,8	0,8	15,7	58,6	12,5
AML	13,4	1,1	21,5	51,4	5,9
Grande Lisboa	16,0	1,5	21,1	48,3	4,8
Península de Setúbal	11,7	0,9	22,5	51,9	6,3

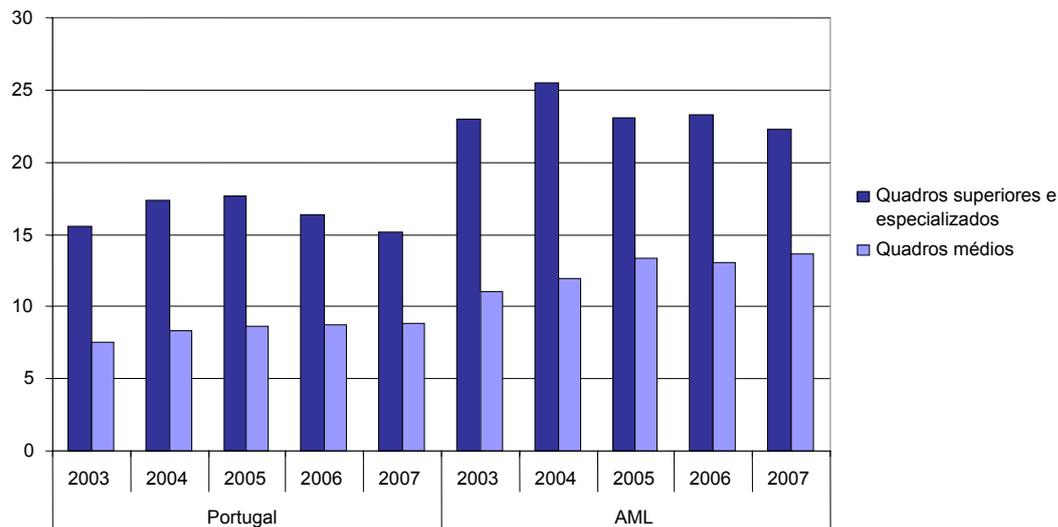
FONTE: INE; Censos de 2001

A informação disponível comprova uma preocupação de há algum tempo, que se relaciona com os frágeis níveis de investimento na frequência de ensino para além da escolaridade obrigatória (que se torna muito evidente na perda de alunos dos 9º para os 12º anos de escolaridade). O ensino profissional também não emerge como alternativa, pois não abrange mais do que 1% dos alunos no 3º ciclo e cerca de 27% no ensino secundário. Assim, sem alunos no último ciclo do ensino secundário, e com uma taxa de retenção da ordem dos 20%, o decréscimo de alunos no ensino superior começa também a verificar-se, tendo como consequência a não ultrapassagem do défice estrutural de qualificação da população na AML.

Estas fragilidades no ensino básico e secundário são, no entanto, superadas nos níveis de ensino mais exigentes o que, apesar de demonstrarem uma forte polarização social ao nível das habilitações manifesta, em simultâneo, um forte capital de nível superior que está disponível. É de destacar que os estudantes dos níveis 4,5 ou 6, na AML, atingiam 22,1% do total de estudantes.

Para uma maior inserção da AML na sociedade do Conhecimento e da Informação, contribuindo para os objectivos da “Agenda de Lisboa”, é necessário um forte investimento em actividades produtivas e de serviços avançados, o que requer um capital humano mais qualificado.

Figura 6. População empregada com profissões em quadros superiores e em quadros médios face ao total de população empregada (%)



FONTE: INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa

No que respeita à qualificação da população empregada, os quadros superiores e especialistas apresentam uma posição expressiva no total da população empregada (22,3%) na AML, quando comparado com o total nacional (15,2%). Destaque-se a evolução ao nível dos quadros médios na AML, atingindo em 2007 13,6%, também superior à média nacional que não ultrapassou os 8,8%.

Quadro 5. Esforço de qualificação da população activa. Taxa de crescimento 2003-2007

NUTS	Total	Sem Instrução	Básico 1º ciclo	Básico 2º ciclo	Básico 3º ciclo	Secundário	Superior
	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	2,9	-28,9	-11,8	1,5	18,7	17,5	28,3
Lisboa	2,0	-24,6	-19,9	-0,7	11,5	10,0	16,6

FONTE: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2003 e 2007

A AML apresenta uma população activa comparativamente mais qualificada que a média nacional, registando-se um abrandamento nas taxas de crescimento da população com formação secundária e superior, relativamente à média nacional.

Em 2007 a AML utilizava proporcionalmente recursos humanos com maior nível de escolaridade, relativamente à média nacional. Ao nível de NUTS III, a Grande Lisboa apresenta níveis de qualificação superiores aos da Península de Setúbal, diversidade que está na base de dinâmicas empresariais diferenciadas registadas em toda a região. Repare-se que, do ponto de vista do modelo de activos para a

competitividade, a proximidade e o acesso a factores produtivos é fulcral na determinação da dinâmica e diversidade dos sectores de actividade, a sua importância relativa e a inserção na cadeia de valor.

Quadro 6. População Empregada por Nível de Instrução

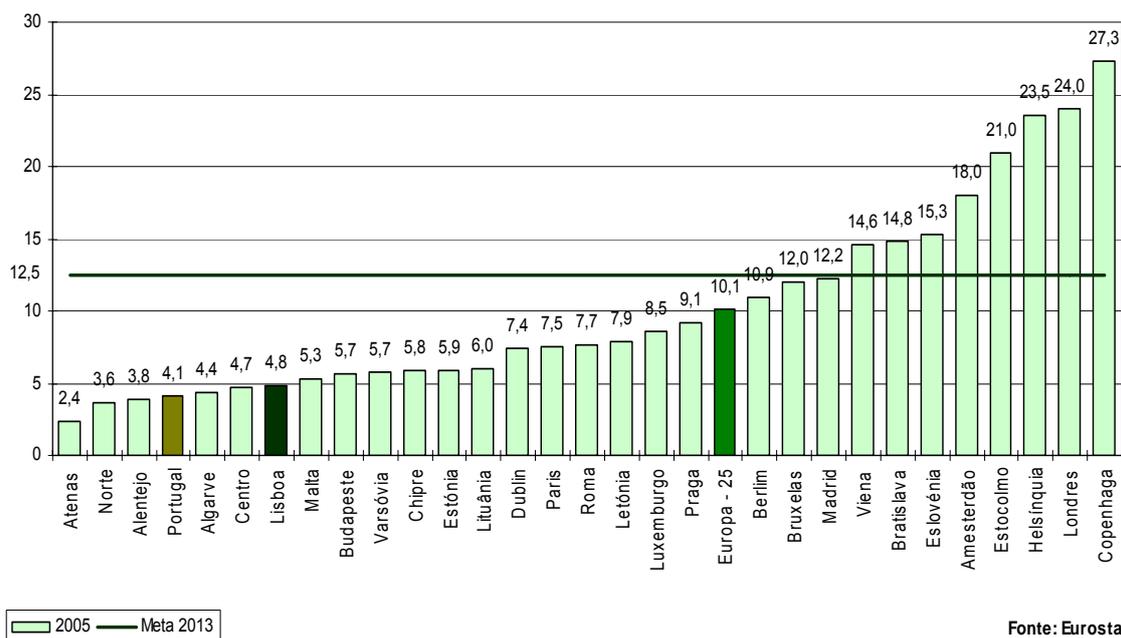
NUTS	1	2	3	4	5	6	7	8	9
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	1	22	20	22	21	3	9	0	0
Área Metropolitana Lisboa	1	17	13	22	27	3	15	1	0
Grande Lisboa	1	16	12	21	27	4	17	1	0
Península de Setúbal	1	20	17	27	24	2	7	0	0

FONTE: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2007

Notas: 1 – inferior ao 1º c. do e.b.; 2 – 1º c. do e.b.; 3 – 2º c. do e.b.; 4 – 3º c. do e.b.; 5 – e.s.; 6 – bacharelato; 7 – licenciatura; 8 – mestrado; 9 – doutoramento

É necessário assegurar o acesso ao ensino obrigatório e ao longo da vida, combater o insucesso escolar, e promover um maior investimento tecnológico reforçando o ensino científico e profissionalizante. A AML precisa de promover o emprego para quadros técnicos e especializados, fixá-los nas suas empresas e centros de investigação e incentivar o empreendedorismo, inclusive, no domínio da economia social.

Figura 7. % de adultos em educação e formação (25-64 ANOS), nas regiões capitais europeias e regiões portuguesas (2005)



Fonte: Eurostat

A percentagem de adultos que frequenta o ensino ao longo da vida é bastante baixa em Lisboa, cerca de um terço da meta definida para 2013. De facto, comparativamente às outras capitais europeias, apenas Atenas apresenta números inferiores a Lisboa. No entanto, no panorama nacional a região continua a ser a que apresenta dados mais positivos.

3. COESÃO SOCIO-TERRITORIAL

Coesão sócio-territorial promotora de uma maior qualidade de vida

A capacidade de atracção e fixação que determinada cidade ou região exerce sobre as pessoas está intimamente ligada a aspectos de natureza física, habitação, trabalho, acessibilidades, entre outros, como também psicológica, saúde, felicidade, bem-estar, estabilidade política, etc. A coesão social passa por um forte investimento na qualidade de vida das pessoas, com relevância para as dimensões da qualificação científica, cultural e social e, com uma atenção especial aos grupos sociais mais desfavorecidos, aqueles onde os fenómenos de exclusão social, laboral e territorial são mais acentuados.

Conscientes da grande dificuldade em aferir a qualidade de vida que uma região propicia e tendo presente que o que a determina não é passível de ser inteiramente capturado de forma objectiva procurou-se, ainda assim, recolher um conjunto de indicadores que permita indiciar sobre os aspectos de natureza intangível da qualidade de vida, como se apresenta no seguinte quadro, congregando diversas dimensões possíveis do problema.

Quadro 7. Indicadores de Qualidade de Vida

Indicadores	nº	Descrição
Saúde	1	Esperança de Vida à Nascimento da População Residente
Vida Familiar	2	Taxa Bruta de Divórcio
Vida Social e Cultural	3	Espectadores por Habitante em Espectáculos ao Vivo
Bem-Estar Material	4	PIB <i>per capita</i>
	5	Poder de Compra <i>per capita</i>
Estabilidade do Trabalho	6	Taxa de Desemprego em Sentido Lato
	7	Beneficiários do Subsídio de Desemprego na População Residente
Pobreza	8	População Beneficiária do RSI na População Residente
Igualdade entre Géneros	9	Disparidade no Ganho Médio Mensal por Sexo
Política	10	Taxa de Abstenção na Eleições Autárquicas
Ambiente	11	População Servida por ETAR
Segurança	12	Taxa de Criminalidade

Quadro 8. Indicadores de qualidade de vida na AML

Concelho	1 ³	2 ³	3 ³	4 ³	5 ²	6 ¹	7 ⁴	8 ⁴	9 ³	10 ²	11 ³	12 ³
	anos	%	nº	10 ³ €	nº	%	%	%	%	%	%	%
Portugal	78	2,2	0,8	14,7	100,0	6,7	4,5	3,6	12,5	39,0	69,7	37,8
AML	78	2,5	1,3	20,5	137,3	7,5	4,0	2,4	13,2	48,6	83,3	47,2
G. Lisboa	78	2,4	1,5	24,3	145,6	7,0	3,8	2,3	12,8	47,8	89,2	48,5
Amadora	-	2,1	-	-	112,0	7,8	4,5	4,5	15,5	51,8	100,0	45,4
Cascais	-	3,3	0,3	-	157,1	6,9	3,9	1,9	10,0	53,7	100,0	52,3
Lisboa	-	2,3	5,3	-	216,0	7,3	3,7	3,1	14,9	47,3	100,0	84,5
Loures	-	2,4	0,2	-	114,1	7,0	4,3	2,5	11,4	44,4	94,8	33,3
Mafra	-	2,7	0,2	-	108,9	4,5	3,0	1,2	8,0	40,6	63,7	36,8
Odivelas	-	2,2	-	-	99,5	6,7	3,4	1,6	7,2	46,5	85,4	31,8
Oeiras	-	2,5	0,6	-	173,3	7,0	3,2	1,9	14,0	43,7	100,0	34,4
Sintra	-	2,1	0,2	-	104,1	7,1	3,8	1,5	12,0	48,7	91,6	29,7
V.F. Xira	-	2,9	-	-	109,8	6,6	4,6	1,1	14,8	48,2	8,5	36,1
P. Setúbal	77	2,8	0,5	10,7	115,7	8,9	4,4	2,8	16,0	50,9	66,3	43,7
Alcochete	-	3,0	-	-	141,5	7,2	3,8	1,1	33,4	38,7	76,6	40,6
Almada	-	2,5	0,5	-	128,2	8,4	3,9	2,8	13,7	51,9	94,8	45,7
Barreiro	-	2,9	0,2	-	116,0	9,5	4,9	3,5	17,9	46,2	-	38,7
Moita	-	3,0	0,2	-	90,6	10,7	4,5	4,6	12,5	50,6	2,6	39,2
Montijo	-	3,2	-	-	132,8	8,5	5,4	2,6	14,4	52,9	82,8	45,3
Palmela	-	2,7	0,7	-	108,7	7,9	4,7	2,1	16,3	52,2	70,8	46,9
Seixal	-	2,4	-	-	107,5	8,4	4,0	1,8	12,4	53,4	44,2	33,7
Sesimbra	-	2,9	-	-	111,0	8,2	3,4	1,1	12,3	49,1	69,1	44,6
Setúbal	-	3,6	1,2	-	120,4	9,8	5,5	3,8	16,3	50,9	84,8	58,7

FONTE: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2007 e base de dados

Notas: (1) 2001 (2) 2005 (3) 2006 (4) 2007

Apesar de os resultados não serem inequívocos, a qualidade de vida da população residente na AML parece estar acima da média nacional, em especial no que ao bem-estar material respeita. Neste aspecto, o PIB e o poder de compra per capita apresentam valores substancialmente superiores aos registados para Portugal.

Ao nível da saúde, as diferenças são particularmente relevantes na rede de cuidados de saúde. Na vida familiar, a taxa bruta de divórcio apresenta-se acima do total nacional, mas a vida social e cultural aparenta ser substancialmente mais dinâmica.

No que toca à estabilidade no trabalho, muito embora a taxa de desemprego esteja acima do total nacional, quando analisada conjuntamente com a percentagem de beneficiários do subsídio de desemprego, sugere a maior precariedade do mercado de trabalho regional, face à média nacional e uma maior disparidade no ganho médio mensal por género.

As populações aparecem mais alheadas da vida política, a julgar pela participação eleitoral, e registam-se taxas de criminalidade mais elevadas. Inversamente, pobreza e ambiente aparentam melhores resultados

que a média nacional – menor percentagem de população beneficiária de RSI e maior percentagem de população servida por ETAR.

Muito embora a AML se apresente especialmente atractiva no contexto nacional, essa atractividade deve-se sobretudo à Grande Lisboa. Com a excepção da criminalidade, todos os indicadores utilizados para aferir a qualidade de vida da região sugerem que a Margem Sul tem níveis de qualidade de vida inferiores aos da Grande Lisboa, embora em franco desenvolvimento. Os preços de venda do imobiliário sugerem o efeito de atracção que a Margem Sul exerce sobre as populações para residência e para a localização de actividades económicas.

3.1. Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos

A forma urbana da AML é resultado do forte processo de desenvolvimento urbano verificado na Região desde o início do Século XX definindo-se, em traços gerais, por: (i) um núcleo central tradicionalmente polarizador e compacto que tem vindo a alastrar-se para além dos limites da cidade de Lisboa; (ii) por eixos radiais com forte densidade urbana, definidos pelas linhas ferroviárias de Vila Franca de Xira, Sintra e Cascais; (iii) pelo arco ribeirinho Sul, pontuado por um rosário de núcleos estruturantes e fortemente dependentes da Margem Norte; e, finalmente, por uma centralidade excêntrica e, por isso mesmo, relativamente autónoma, correspondente à cidade de Setúbal.

Todavia, os melhoramentos introduzidos na estruturação do território ao longo das últimas duas décadas, nomeadamente nas acessibilidades rodoviárias, a par do aumento da capacidade de mobilidade das famílias, em resultado do crescimento da taxa de motorização, conduziram à emergência de novos padrões de expansão das áreas residenciais e à realocação das actividades económicas. Em face destes novos fenómenos verifica-se uma crescente fragmentação urbana e social do tecido metropolitano, conducente a fracturas sócio-urbanísticas, ao surgimento de novas clivagens sociais e à polarização das formas de apropriação e de vivência da cidade.

Por outro lado, embora este processo seja promissor de um modelo policêntrico da organização metropolitana, é notória uma insuficiente clarificação das centralidades do sistema urbano, da sua hierarquização, bem como das articulações físicas e funcionais entre os vários pólos.

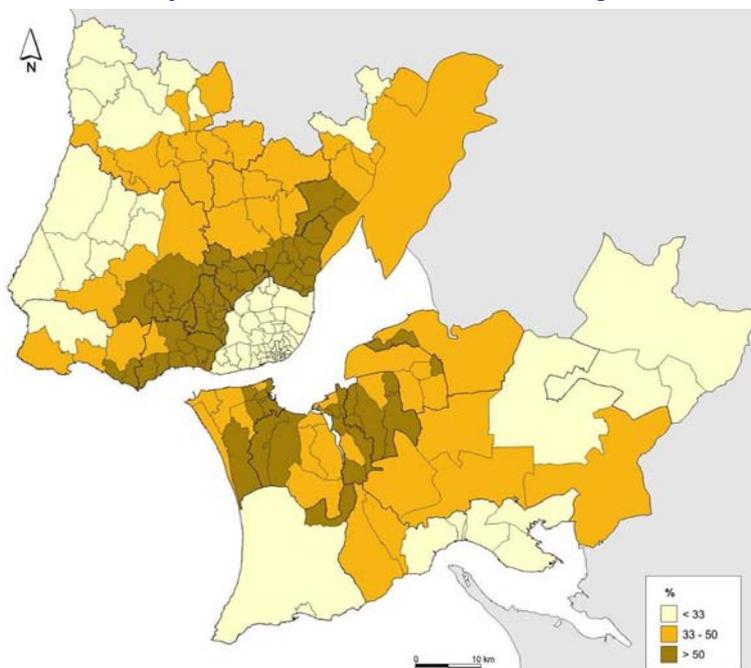
O grau de urbanização na AML é o maior do país, vivendo 97% das famílias em Áreas Predominantemente Urbanas, enquanto que em Portugal não ultrapassam os 71%.

Apesar das preocupações de aprofundamento da coesão regional e de robustecimento da rede de cidades médias nos últimos anos, a realidade é que a AML continua a apresentar uma grande dinâmica de atracção e de concentração populacional e habitacional. O desenvolvimento urbano acelerado e essencialmente expansivo conduziu, recentemente, a uma grande dispersão das áreas residenciais e de actividades a partir dos principais eixos viários radiais.

É de destacar a concentração populacional verificada nos anos 90 nos municípios da 2ª coroa periférica de Lisboa, em especial na Margem Sul, como resultado da melhoria das acessibilidades (a Alcochete e a Palmela por via da nova ponte Vasco da Gama), ou da valorização de amenidades em contexto de oferta residencial a custos mais baixos, que inclusive resulta muitas vezes da transformação de residências secundárias em alojamentos principais (o caso de Sesimbra e Mafra).

Na AML continua a verificar-se uma excessiva dependência funcional e de emprego face a Lisboa, ao mesmo tempo que a cidade perde população (9,1% entre 2002 e 2007), embora o parque habitacional tenha crescido ligeiramente (0,5%).

Figura 8. Activos cujo Local de Trabalho é fora da Freguesia de residência



FONTE: MARQUES DA COSTA (2007), elaborado a partir de INE, Censos, 2001, pp. 412

Em resultado do desaceleramento económico e demográfico verificado na região nos últimos anos, a construção de novos fogos foi menos intensa que na década de noventa. Embora não seja possível comprovar, este facto poderá ter-se traduzido em termos territoriais numa relativa contenção do processo de dispersão. No entanto, e de acordo com a informação produzida pelo INE, entre 2002 e 2007, o parque habitacional aumentou 5,3% (4,4% na Margem Norte e 7,3% na Margem Sul). Em paralelo, ocorreu um aumento dos alojamentos sazonais, situação que poderá reflectir o crescimento das habitações secundárias, associado a um melhor nível de vida e à valorização dos tempos de lazer e recreio no quadro do quotidiano das famílias portuguesas e, em particular na AML, onde os níveis de

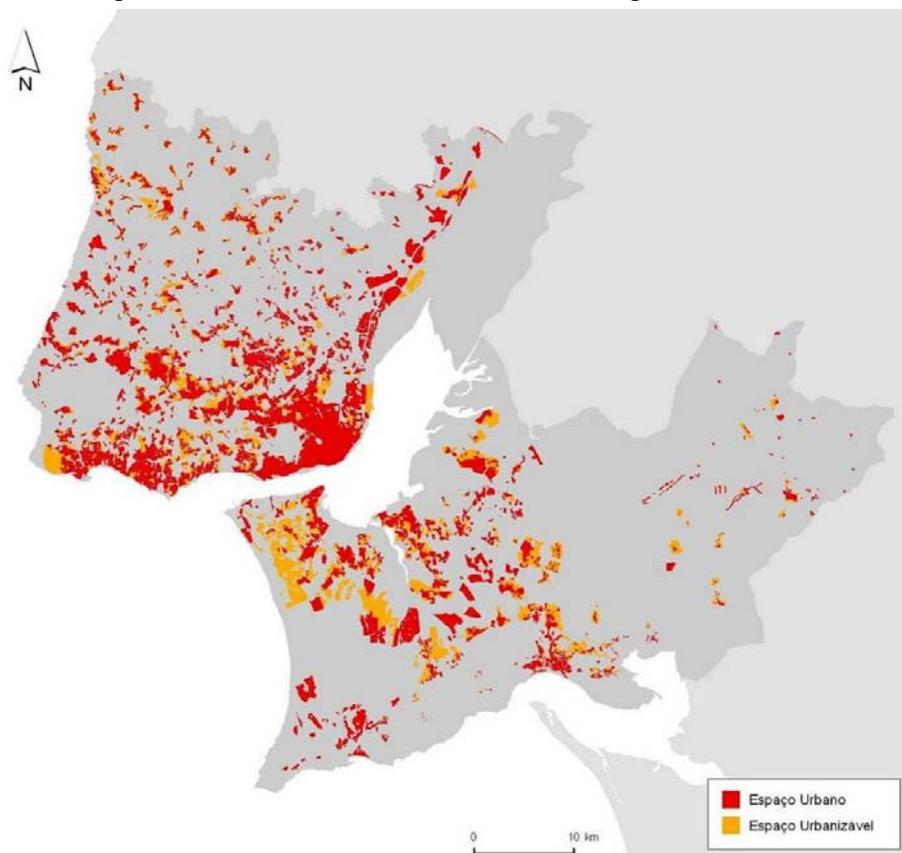
rendimento médio das famílias (sendo internamente desigual), é mais favorável que noutras regiões do país.

Por outro lado, a reabilitação do edificado, com os investimentos efectuados no âmbito do RECRIA e outros, contribuiu para uma maior revitalização sócio-urbanística de alguns espaços urbanos consolidados.

Os padrões de expansão urbana

A ampla e rápida expansão da área urbana no decorrer da década de noventa (cerca de 35,4% tendo como referência a foto interpretação das classes de uso do solo associadas ao fenómeno urbano e que o Instituto Geográfico Português (IGP) realizou a partir do COS '90 e da Corine Land Cover 2000) originou uma crescente ocupação fragmentada do território. Embora enquanto modelo de ocupação a descontinuidade urbanística não constitua um problema de ordenamento do território, no caso da AML verifica-se que as ocupações descontínuas resultam, essencialmente, da falta de existência de programação do processo de urbanização.

Figura 9. Solo Urbano e Urbanizável Consagrado nos PDM



FONTE: DGOTDU, 2007

Os grandes eixos de ocupação urbana

Como já foi referido, desde há décadas que o alastramento da urbanização na AML tem sido induzido pela força motriz da cidade-capital e por eixos de estruturação territorial que as acessibilidades fluviais e ferroviárias, num primeiro tempo, e as rodoviárias, num segundo tempo, ajudaram a definir e a consolidar, prolongando a área urbana para além dos limites físicos da cidade e para o interior das margens norte e sul.

Na Margem Norte sobressaem quatro grandes eixos territoriais: i) o eixo de Cascais; ii) o eixo de Sintra; iii) o eixo Vila Franca de Xira; iv) e o eixo de Loures. Os três primeiros apoiados em acessibilidades ferro e rodoviárias e, certamente por isso, mais precocemente consolidados, com maior expressão territorial, amarrando diversas centralidades urbanas com relevância metropolitana. Já o eixo de Loures, pelo facto de estar apenas apoiado no transporte rodoviário (exceptuando o caso de Odivelas que passou recentemente a ser servida por metropolitano), regista não só uma menor dimensão física, como uma pior integração nas dinâmicas funcionais metropolitanas. Acrescente-se que as dinâmicas verificadas e a proximidade dos eixos de Cascais e de Sintra favoreceram a sua coalescência, pelo que nas últimas duas décadas se acentuou o alastramento da urbanização ao espaço intersticial entre estes eixos.

Figura 10. Eixos de Estruturação da Ocupação Urbana (2009)



FONTE: Diagnóstico Estratégico da Área Sectorial “Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos”, Fevereiro de 2009

Na Grande Lisboa, é ainda de salientar a progressiva emergência do contínuo urbano entre a Venda do Pinheiro/Malveira - Mafra - Ericeira, o qual tem sido sobretudo sustentado pela acessibilidade criada pela A8 e pela A21 e numa oferta habitacional concorrencial no contexto metropolitano.

Na Península de Setúbal destaque-se, desde logo, a conformação do chamado Arco Urbano Ribeirinho estruturado pelas históricas aglomerações ribeirinhas, que tem vindo não só a densificar-se e a ganhar novas funções, como sustentou as dinâmicas expansivas para o interior da Margem Sul. O corredor definido pela A2 e, mais recentemente, pela nova linha ferroviária Lisboa-Pinhal Novo constitui o principal eixo de desenvolvimento urbano deste território, contribuindo para a consolidação/qualificação dos núcleos de génese ilegal localizados no interior da Península de Setúbal, como por exemplo a Quinta do Conde. Este corredor estabelece ainda articulações com o eixo Setúbal/Palmela, cada vez mais estendido até ao Pinhal Novo em resultado das suas vantagens locais.

Centralidades urbanas na AML

As características do desenvolvimento urbano verificado na AML ao longo dos últimos 50 anos conduziram ao surgimento de um amplo número de centralidades urbanas, com diferentes funções e graus de especialização e integração, e que estruturam os fluxos e as vivências do espaço metropolitano. Para que a AML se revele um sistema mais eficaz e eficiente é necessário conhecer melhor essas centralidades, clarificar a sua hierarquia e definir as formas de cooperação que se poderão estabelecer.

No actual contexto metropolitano, de extensa e forte urbanização e de múltipla interacção entre as diversas centralidades (conforme evidenciam as matrizes origem-destino) o conceito de centralidade urbana deverá ser definido não só pela concentração de população e funções num dado local, como pela existência de um serviço de transporte público de elevada capacidade (comboio, metropolitano e barco).

Em resultado do cruzamento de diferentes indicadores identificaram-se as 57 «Centralidades Matrizes Polivalentes» da AML, ou seja as que, dado o seu potencial populacional e de emprego, robustez no domínio do comércio e dos serviços e forte grau de acessibilidade, apresentam não só uma grande atractividade, como capacidade de polarização do espaço urbano.

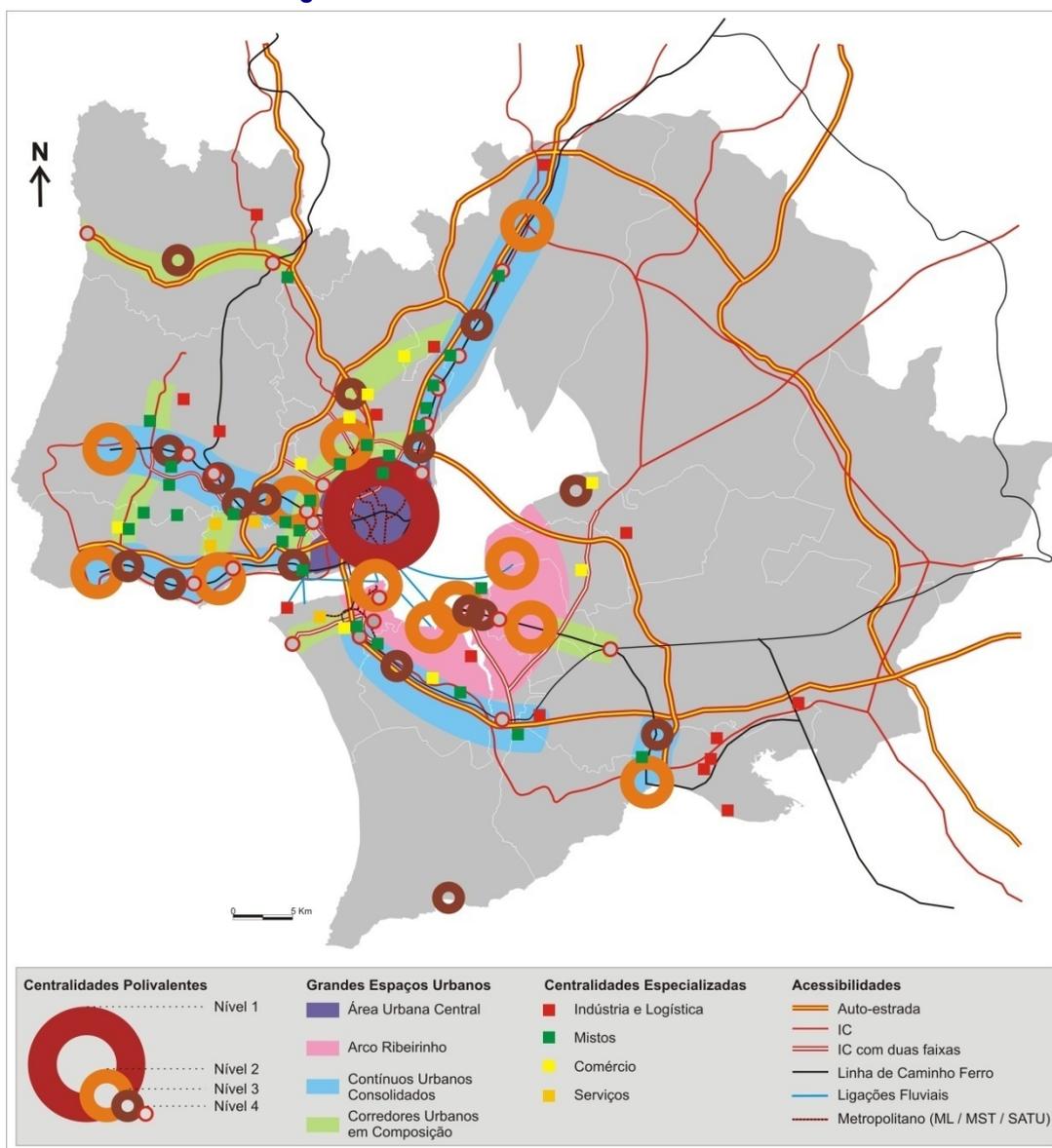
Tendo em atenção o potencial de estruturação de cada uma destas «Centralidades Matrizes Polivalentes» pode estabelecer-se a seguinte hierarquização:

- 1º nível: Lisboa: CBD, Alvalade, Belém/Restelo, Benfica, Olivais, Parque das Nações e Telheiras
- 2º nível: Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Seixal, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira;
- 3º nível: Alcochete, Agualva/Cacém, Algés, Algueirão/Mem-Martins, Alverca, Amora/Cruz de Pau, Baixa da Banheira, Estoril, Lavradio, Loures (manifestamente penalizada pelo facto de não dispor de acessibilidades compagináveis com as suas funções), Mafra, Massamá, Palmela, Parede, Queluz/Monte Abraão, Sacavém e Sesimbra;

- 4º nível: Alhos Vedros, Alhandra, Bobadela, Carcavelos, Coima/Quinta do Conde, Corroios, Costa de Caparica, Cova da Piedade, Damaia/Buraca, Ericeira, Feijó/Laranjeiro, Malveira/Venda do Pinheiro, Moscavide/Portela, Paço de Arcos, Pinhal Novo, Pontinha, Póvoa de Santa Iria, Reboleira, Rio de Mouro/Rinchoa, Santa Iria da Azóia e a Tapada/Mercês.

A estas juntam-se 53 «Centralidades Motrizes Especializadas». Tratam-se de grandes pólos de emprego, nos domínios da indústria transformadora, da logística e dos serviços, e de consumo com uma localização relativamente excêntrica às «Centralidades Motrizes Polivalentes», constituindo actualmente os principais factores de geração de fluxos no espaço metropolitano.

Figura 11. Centralidades Urbanas Motrizes

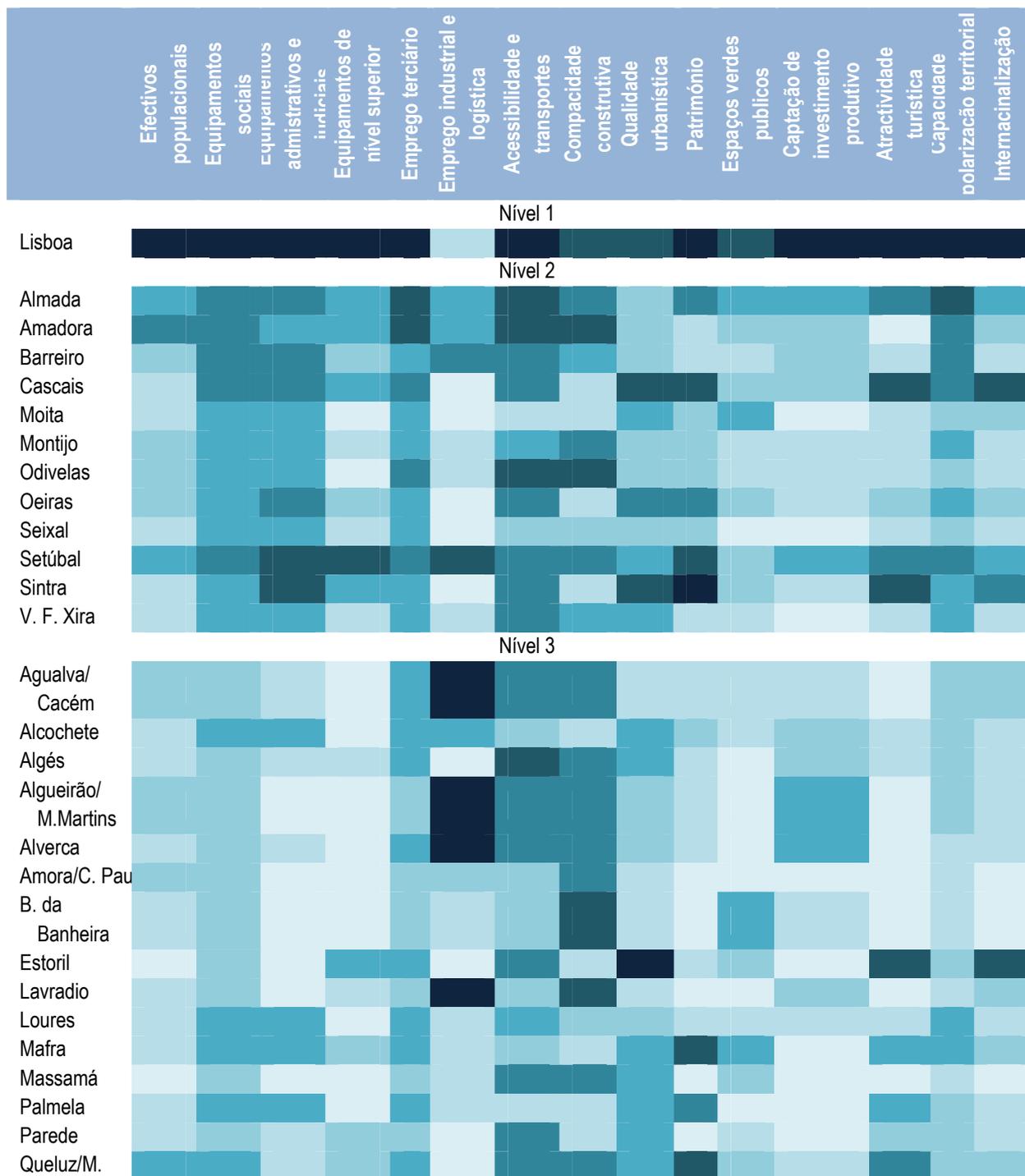


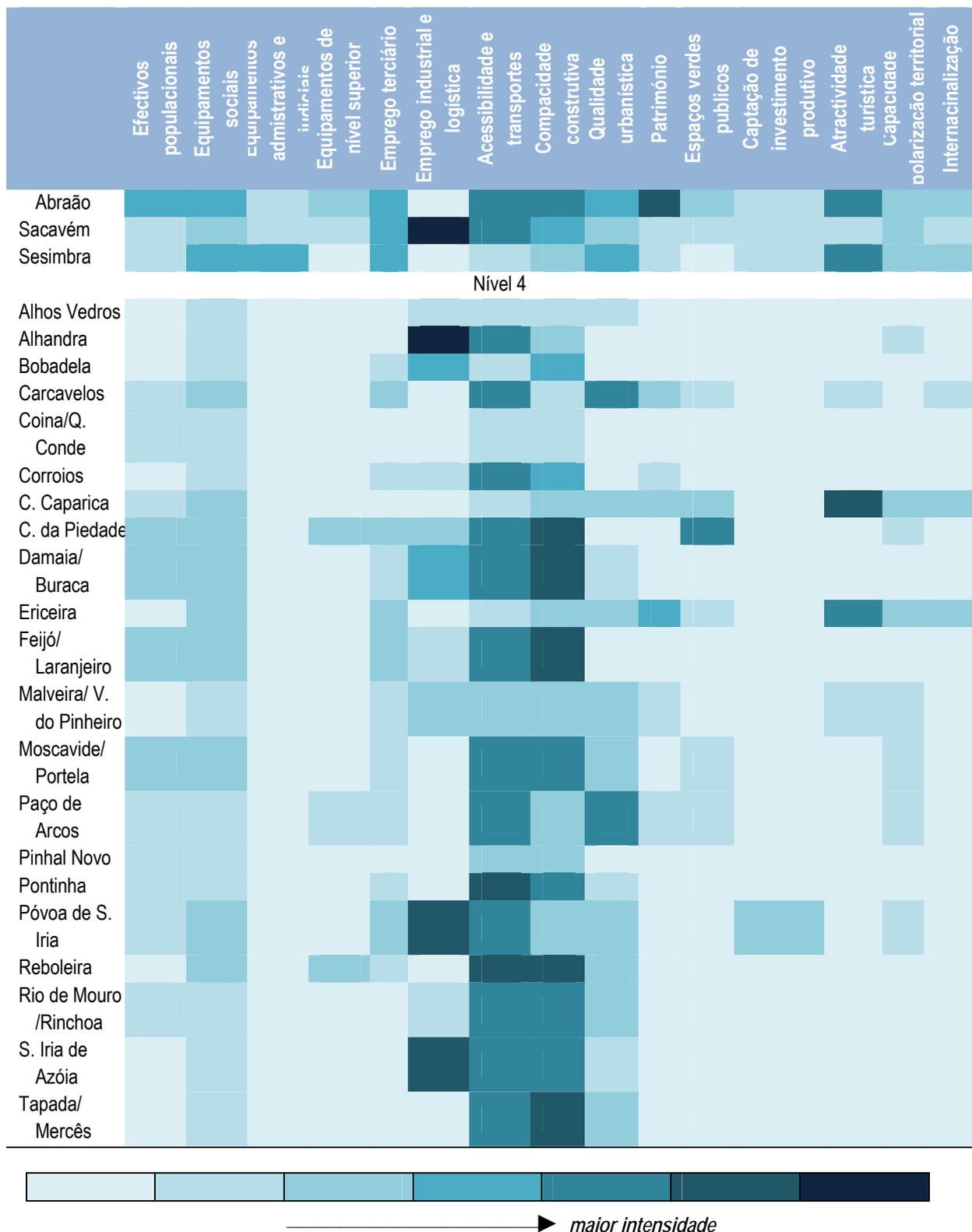
FONTE: Diagnóstico Estratégico da Área Sectorial “Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos”, Fevereiro de 2009

O caso do conjunto das «Centralidades Motrizes Especializadas» integra locais com expressão territorial e de emprego e com reconhecidos potenciais económicos, tecnológicos ou de inovação.

No quadro seguinte pode ver-se o perfil das diferentes Centralidades Urbanas Motrizes Polivalentes da AML com base em diferentes critérios que as permitem caracterizar.

Quadro 9. Perfil das Centralidades Urbanas Motrizes Polivalentes





FONTE: Diagnóstico Estratégico da Área Sectorial "Sistema Urbano, Habitação e Equipamentos", Fevereiro de 2009

Desqualificação urbanística

Pese embora os esforços de qualificação que têm vindo a ser empreendidos, o território da AML continua a ser marcado pelo desordenamento territorial e pela desqualificação urbanística e paisagística. Sobressaem, de entre os inúmeros problemas, a existência de zonas desqualificadas associadas a bairros de génese ilegal e a áreas industriais obsoletas, bem como a degradação do parque habitacional dos bairros sociais e dos centros históricos.

Olhando de relance para as desqualificações e disfuncionalidades dos tecidos urbanísticos da AML, relevam-se as seguintes situações mais gravosas:

- A falta de urbanidade das amplas áreas de urbanização de génese ilegal localizadas no interior da Península de Setúbal ou na periferia imediata de Lisboa ou ao longo do corredor de Vila Franca de Xira ou do espaço intersticial entre os corredores de Sintra e de Cascais;
- A inexistência de respostas suficientes, ao nível de equipamentos e serviços de proximidade e de espaços públicos polarizadores do quotidiano e das vivências urbanas nas aglomerações da primeira e da segunda coroa de urbanização;
- A crescente realocação/localização de importantes equipamentos sociais na periferia das áreas urbanas, em espaços mal servidos por transportes públicos e onde não contribuem para a qualificação funcional e imagética do espaço urbano;
- O desenvolvimento de novas áreas urbanas em zonas periféricas, mal servidas pela rede de transportes públicos, promovendo uma crescente desarticulação do sistema urbano e uma mobilidade suportada no transporte individual;
- A desqualificação urbanística dos núcleos rurais com valor patrimonial e com aptidão para o acolhimento de novas actividades económicas promotoras de uma revitalização das áreas rurais.

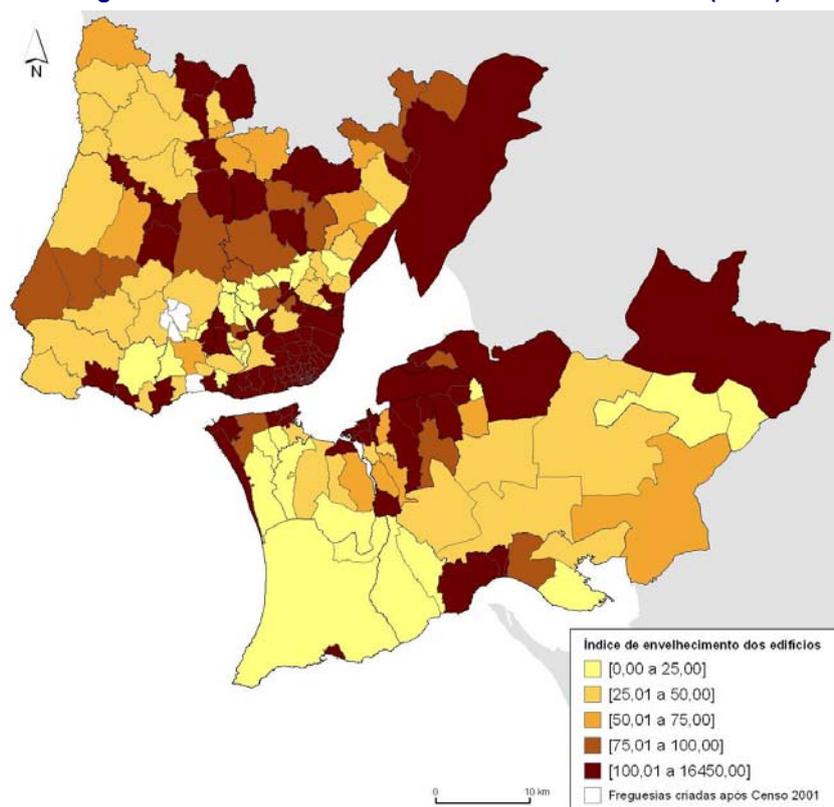
Os centros históricos e tradicionais constituem outra área problemática, continuando a perder população. A Cidade de Lisboa constitui o principal foco desta situação, verificando-se uma elevada expressão da proporção de alojamentos familiares vagos, como por exemplo nas freguesias da Madalena (46,6%), de São Nicolau (43,6%), dos Mártires (41,5%) e do Socorro (40,2%), onde o parque habitacional está fortemente envelhecido e existe uma forte ocorrência de alojamentos devolutos.

A um parque habitacional mais antigo corresponde uma maior presença do arrendamento urbano. Esta situação ocorre predominantemente em alojamentos ocupados maioritariamente por idosos e com rendas de baixo valor, o que não favorece a manutenção/reabilitação/intervenção de conservação por parte dos proprietários. Uma leitura do índice de envelhecimento dos edifícios, permite verificar que o edificado mais antigo se localiza nas freguesias sede de concelho e nas freguesias contíguas.

O crescimento urbano em mancha, decorrente da urbanização da metrópole de Lisboa nos anos 70 e 80 e a inexistência de uma gestão urbanística eficaz à escala regional, ou mesmo municipal, geraram assimetrias e desequilíbrios sócio-urbanísticos e funcionais, ainda bem presentes na AML. Situações

como a desintegração do tecido urbano e a degradação do parque habitacional originaram áreas de habitação precária, áreas de construção tradicional degradadas, zonas de origem clandestina e bairros de realojamento desqualificados e guetizados.

Figura 12. Índice de Envelhecimento dos Edifícios (2001)



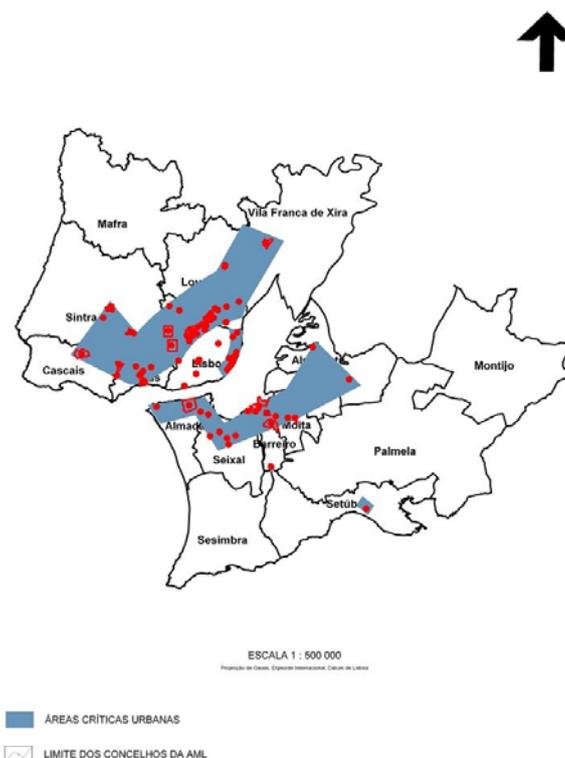
FONTE: INE, 2001

A vaga migratória dos anos 70 e 80, essencialmente dos PALOP, instalou-se em bairros da 1ª coroa periférica da cidade de Lisboa. Efectivamente, na segunda metade dos 70 e no início dos anos 80, estas populações foram ampliando os bairros de barracas existentes em concelhos como a Amadora, Oeiras ou Loures, bem como nas freguesias externas de Lisboa, contribuindo também para um processo de substituição de antigos migrantes internos por população estrangeira dos PALOP, o que veio introduzir uma dimensão étnica nos padrões residenciais da AML.

Nos anos 80 e sobretudo após a segunda metade dos anos 90, com a implementação do programa PER, muitas destas populações foram realojadas em bairros de promoção pública (bairros sociais), normalmente localizados nos municípios onde se localizavam os anteriores bairros de barracas, ainda que as novas freguesias de residência possam ser distintas. Estes processos de realojamento não foram acompanhados de políticas de integração social que pudessem promover processos de mobilidade social

ascendente das suas populações, com diferentes origens, com culturas muito diversificadas e, com distintas formas de apropriação e uso do espaço. Hoje, a ideia de que os problemas sociais existentes nestes bairros estão a aumentar, criando problemas que extravasam as fronteiras do próprio bairro e cidade, constitui uma preocupação da AML.

Figura 13. Zonas críticas urbanas e espaços desqualificados na Região de Lisboa



FONTE: CCDRLVT – Com base em informação recolhida junto dos municípios; 2006

Equipamentos Sociais

Os equipamentos sociais, sejam estruturantes ou de proximidade, para além de responderem a objectivos de desenvolvimento sectorial, designadamente de âmbito social, educativo ou de formação, desportivo, cultural e de saúde, desempenham um papel central na estruturação e organização do território, na definição de fluxos, na animação espaços urbanos e no reforço das centralidades.

Nos últimos anos, o crescimento da oferta de equipamentos colectivos de diferentes tipologias tem marcado a qualificação territorial da AML. Destaque-se o aumento significativo da oferta de ensino pré-escolar e a melhoria dos equipamentos escolares, o crescimento dos serviços e equipamentos colectivos especializados na prestação de cuidados a diferentes públicos-alvo, com uma intervenção crescente e mais eficaz de outros promotores de equipamentos colectivos que não o Estado, em particular, o Terceiro Sector e o sector privado. Mas existem ainda fortes assimetrias territoriais, em especial nas condições de acesso a determinados equipamentos colectivos, designadamente, ao nível dos equipamentos de saúde, e às redes locais de equipamentos desportivos e culturais de proximidade.

Quanto aos equipamentos educativos, no ano lectivo de 2006/2007 a AML dispunha de uma rede de 3.024 equipamentos de ensino relativos aos níveis Pré-escolar, Básico, e Secundário, o que significou um acréscimo de 44 estabelecimentos comparativamente com 2002, ano de referência do PROT-AML em vigor. No entanto, enquanto que os equipamentos de Educação Pré-escolar e de Ensino Secundário cresceram, respectivamente 8,5% e 28,2%, os equipamentos de Ensino Básico, em particular do 1º Ciclo, diminuíram cerca de 9%, tendo sido suprimidos 98 estabelecimentos.

Em termos espaciais, o aumento do número de equipamentos educativos assumiu maior expressão na Península de Setúbal, nomeadamente ao nível da Educação Pré-Escolar onde se verificou um acréscimo de 11,3% do número de equipamentos. Já Lisboa revelou um desempenho antagónico, registando uma redução do número de estabelecimentos de Ensino Pré-escolar e do 1º Ciclo de 3,4% e 9,6%, respectivamente, em coerência com as alterações demográficas verificadas no concelho.

Esta concentração de equipamentos educativos na Grande Lisboa assume especial expressão ao nível do Ensino Superior. Com efeito, em 2007, dos 108 estabelecimentos públicos e privados localizados na AML, 95 estavam implantados em municípios da Margem Norte.

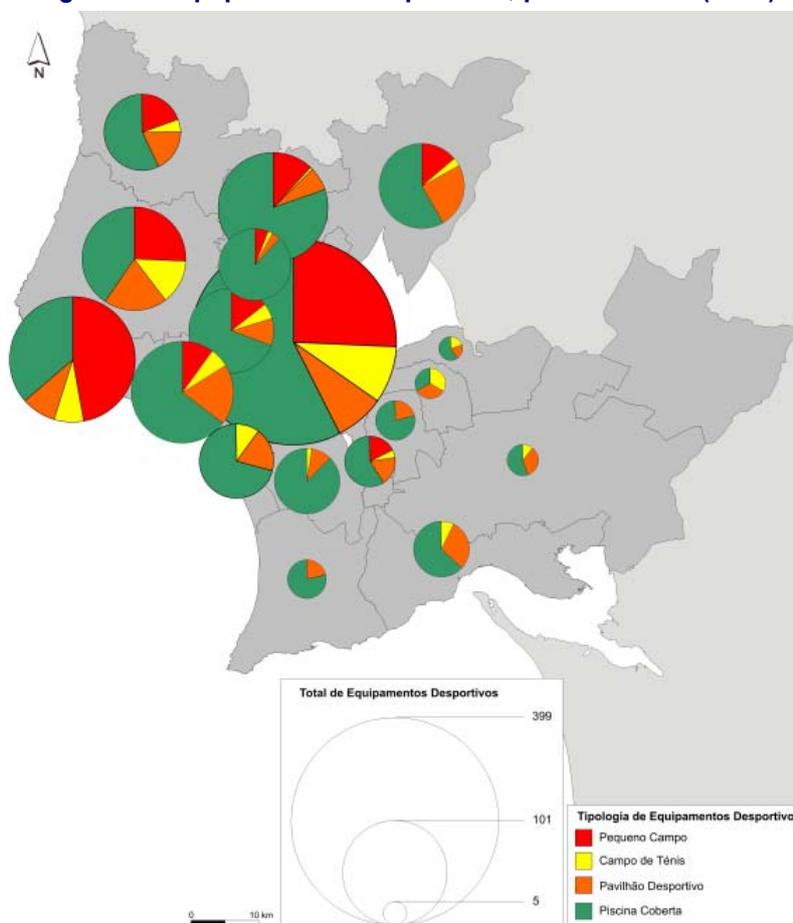
Quanto aos equipamentos desportivos, e tendo em conta o esforço da promoção e generalização da actividade física feito nos últimos anos, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos, assume especial relevância a criação de espaços públicos aptos para a actividade física.

Uma análise da oferta das tipologias de equipamentos desportivos mais comuns, designadamente pequenos campos de jogos, campos de ténis, pavilhões desportivos e piscinas cobertas, permite verificar a existência de um padrão territorial da oferta particularmente desequilibrado, ao nível metropolitano, observando-se uma maior concentração de equipamentos na margem norte em desfavor da Península de Setúbal.

A assimetria entre as duas sub-regiões também se confirma quando se compara a área desportiva líquida por habitante. De facto, a oferta de áreas desportivas *per capita* na Grande Lisboa é de 1,11m² por habitante, enquanto que na Península de Setúbal esse valor é de 0,94m².

Ao analisar os equipamentos sociais orientados para a infância e juventude, o contexto regional metropolitano apresenta uma ampla diversidade e especialização. Tendo em conta apenas as creches - resposta social de âmbito sócio-educativo destinada a crianças até aos 3 anos de idade - verifica-se que a AML concentra 29% da oferta nacional. Constituindo a AML um território de elevadas pendularizações, nomeadamente de natureza laboral, as crianças ficam frequentemente sujeitas a elevadas deslocações diárias, com o propósito de ficarem mais próximas dos locais de trabalho dos pais, o que reforça a necessidade de um planeamento criterioso das redes de equipamentos de apoio à primeira infância, como forma de minimização dos efeitos negativos no quadro da mobilidade regional.

Figura 14. Equipamentos Desportivos, por Concelho (1998)



FONTE: Instituto do Desporto de Portugal, I.P., 1998

No contexto regional, a implantação dos equipamentos de creche não se apresenta regular, acompanhando, de um modo geral, a repartição da população.

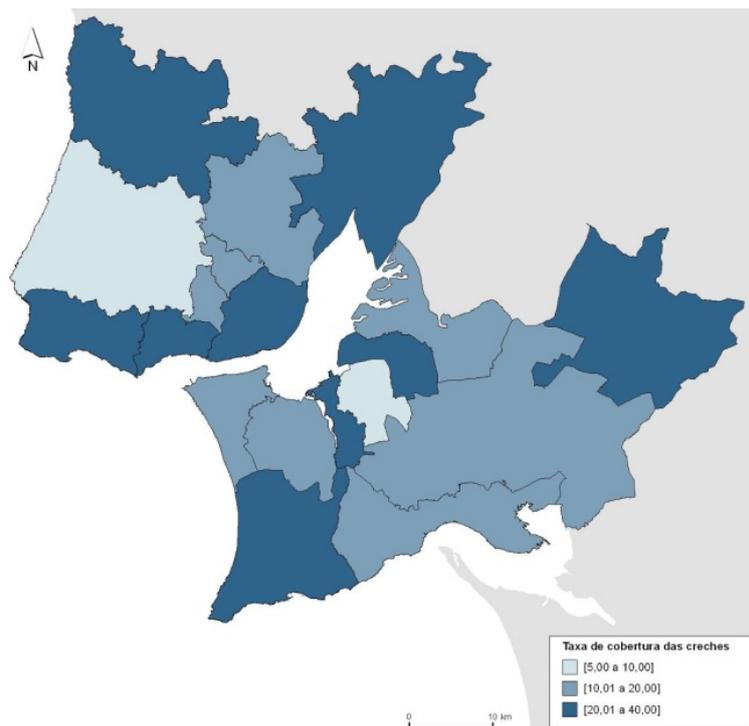
Em termos de utentes, o concelho de Lisboa é o que apresenta um maior número de crianças a frequentar as creches, em especial devido ao facto de constituir uma grande centralidade em termos de

oferta de emprego, levando a que muitos residentes nos restantes concelhos da AML e que trabalham em Lisboa, optem por inscrever os filhos em creches próximas do seu local de trabalho.

Os equipamentos sociais de apoio à terceira idade revestem-se de crescente importância. A dupla convergência de um acelerado processo de envelhecimento populacional e de profundas transformações nas estruturas sócio-familiares da sociedade, materializadas, entre outros factores, na perda de relevância das redes de solidariedade primárias - em que a família se constituía como o principal prestador de cuidados a idosos - tem potenciado um crescimento dos serviços especializados na prestação de cuidados a idosos.

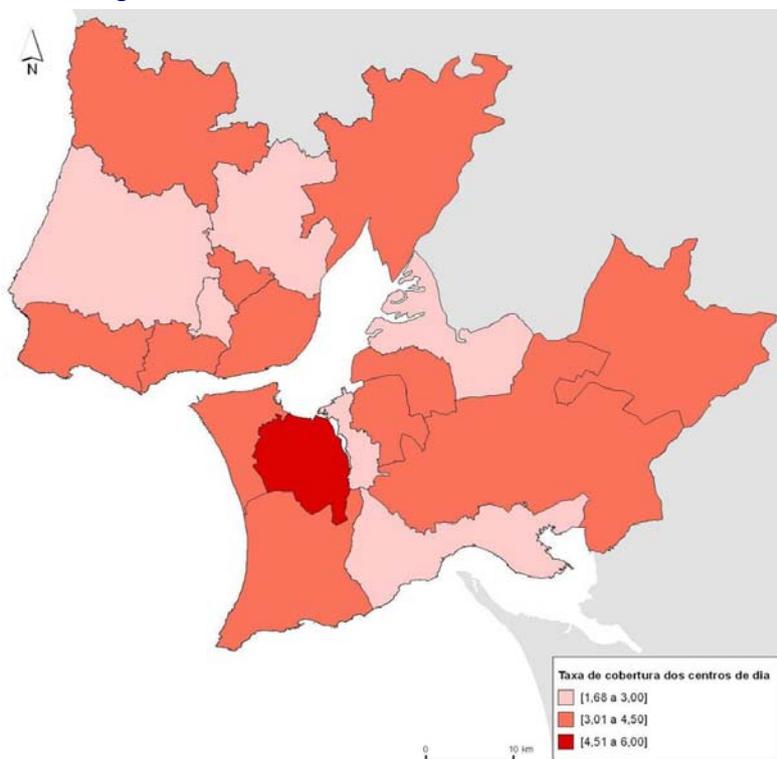
No âmbito do PROT-AML emergem com singular interesse os equipamentos com resposta social de centro de dia, lar de idosos e residência para idosos, quer pela sua proliferação no território, quer pela relevância na ocupação do território.

Figura 15. Taxa de Cobertura de Creches (2007)



FONTES: GEP/MTSS, 2007

Figura 16. Taxa de Cobertura dos Centros de Dia



FONTE: GEP/MTSS, 2007

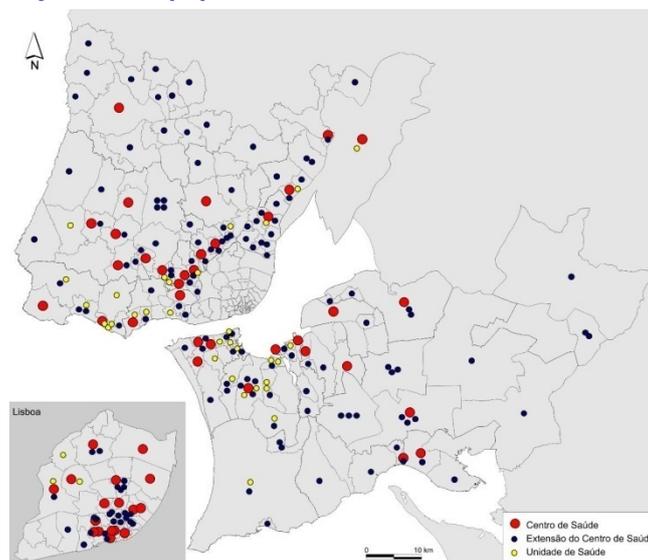
A taxa de cobertura desta resposta social apresenta-se em termos médios regionais bastante baixa (3,4%).

Os equipamentos com as respostas sociais lares e residências remetem para contextos de institucionalização da população idosa. Na Região existem 299 equipamentos de lares de idosos com uma capacidade global para 11.604 utentes.

Relativamente às residências para idosos, apesar da falta de dados para muito concelhos da AML, a oferta destes equipamentos é ainda muito restrita. A oferta existente caracteriza-se por 17 equipamentos, localizando-se 14 em Lisboa.

Não se podia terminar esta análise dos equipamentos sociais sem abordar os equipamentos de Saúde, que desempenham um papel determinante para o quadro de vida qualificado das populações, tanto ao nível das ofertas de proximidade, definidas pela Rede de Cuidados de Saúde Primários, como pela oferta hospitalar. Em 2008, a oferta de rede de cuidados de saúde primários na AML estava suportada em 230 equipamentos repartidos pelas tipologias de Centros de Saúde (52), Extensão de Saúde (143) e Unidade de Saúde Familiar (35). Ao nível espacial, 64% destas unidades de saúde localizavam-se na Grande Lisboa e 36% da Península de Setúbal, sobressaindo o concelho de Lisboa, com 42 unidades.

Figura 17. Localização dos Equipamentos da Rede de Cuidados de Saúde Primários



FONTE: <http://www.arslvt.min-saude.pt/> 2009

A capitação de equipamentos permite verificar que a Península de Setúbal denota um melhor grau de cobertura registando uma média de 1 equipamento por cada 10.000 habitantes, comparativamente com o valor de 0,7 obtido pela Grande Lisboa.

A distribuição territorial das unidades hospitalares do Sistema Nacional de Saúde evidencia, por seu lado, o elevado protagonismo funcional da cidade de Lisboa no âmbito da oferta de serviços de saúde. Dos 25 hospitais públicos localizados no território metropolitano, 15 estão implantados no concelho de Lisboa e as restantes unidades distribuem-se de forma equitativa entre concelhos da Grande Lisboa e da Península de Setúbal.

A Grande Lisboa dispõe de 82% desta oferta, sendo que a cidade de Lisboa agrega, por si só, 66% das camas na AML. No contexto da Península de Setúbal, sobressaem as três principais unidades hospitalares, localizadas em Almada, Barreiro e Setúbal que em conjunto agregam 94% da oferta de camas na Margem Sul.

3.2. Coesão Social

Ao nível social, as assimetrias internas, os problemas de exclusão, os níveis muito baixos de ensino, altas taxas de insucesso e abandono escolar, o aumento do desemprego, sobretudo dos mais jovens, e o agravamento das condições de acesso a alguns serviços básicos, são algumas das fragilidades que ainda se apontam na AML. É necessário prestar particular atenção aos actores dos principais protagonismos sociais e das dinâmicas demográficas da sociedade actual - jovens, imigrantes e

desempregados - e promover mecanismos indutores de inclusão, como também de capacidade de acolhimento da diversidade social e cultural que compõe hoje a Região de Lisboa.

As dificuldades de garantia de emprego para todos e a precariedade das condições de vida traduzem-se na perda significativa do poder de compra dos portugueses nos últimos anos a que se alia uma elevada desigualdade na distribuição dos rendimentos. A situação tem-se vindo a deteriorar desde o final da década de 90, de acordo com os dados do EUROSTAT, entre 1999 e 2004, as famílias residentes na Região registaram uma perda de 12,7% no seu rendimento.

Os salários médios mensais auferidos pela população da AML, rondam os 1.200€, enquanto para Portugal não ultrapassam 934€. A disparidade do salário médio entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal é significativa, respectivamente 1263,7€ e 927,0€. Apesar de se verificar uma crescente inserção das mulheres na vida activa, a sua remuneração é geralmente mais baixa do que a dos homens, verificando-se as maiores disparidades de remuneração segundo o género na Grande Lisboa (acentuadas nos últimos anos).

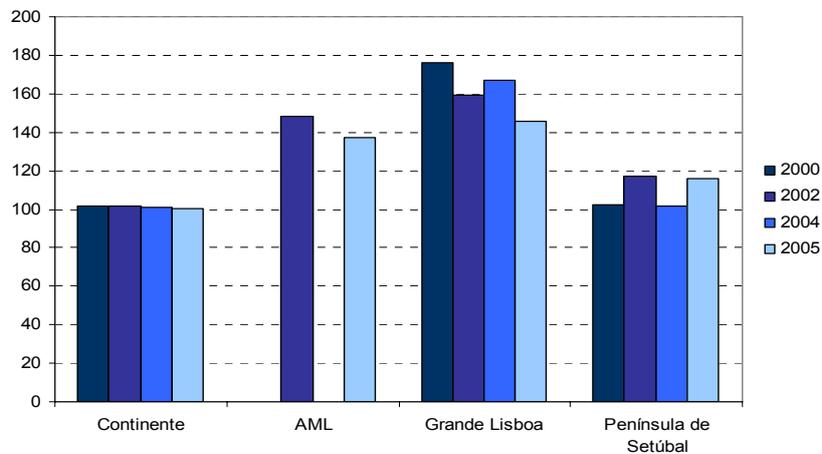
A perda de rendimentos reflecte-se no decréscimo do poder de compra. A Grande Lisboa vem manifestando a tendência de diminuição no poder de compra, se bem que se mantenha com valores bem mais elevados que o resto do país. A Península de Setúbal continua com valores mais baixos, ainda que próximos das médias nacionais.

Quadro 10. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem 2006

	HM	Total	
		H	M
Portugal	933,96	1 034,48	799,27
Lisboa	1 207,70	1 346,95	1 025,46
Grande Lisboa	1 263,77	1 406,00	1 078,54
Península de Setúbal	927,04	1 055,12	755,17

FONTE: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2007

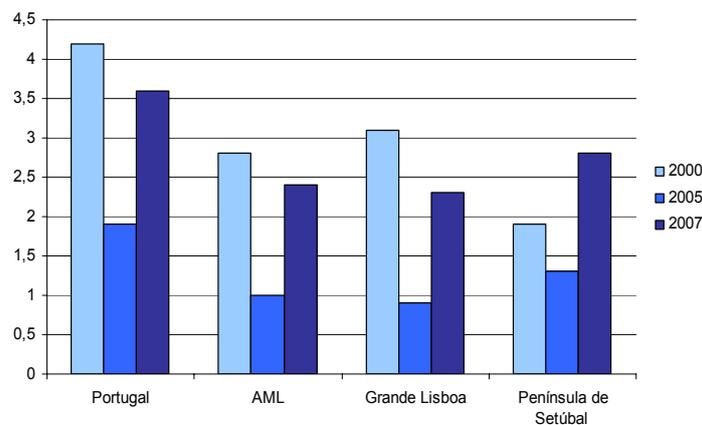
Figura 18. Poder de compra per capita (€), 2000 a 2005



FONTE: INE, O Poder de Compra Concelhio

A análise da representação dos beneficiários do RSI na população total é um indicador directo de pobreza, embora muito dependente das flutuações políticas que definem a acessibilidade à medida. Considera-se que os que recebem o RSI são pobres, mas não se sabe se todos os pobres estão abrangidos pela medida. Na AML, e apesar do decréscimo do n.º de beneficiários de RSI no conjunto da população entre 2000 e 2005, destaca-se um forte agravamento em 2007, atingindo os 2,4% da população. A percentagem mais elevada regista-se na Península de Setúbal, 2,8%, atingindo a Grande Lisboa 2,3%.

Figura 19. % de beneficiários do RSI na população, 2000 e 2005



FONTE: INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa

3.3. Abastecimento de Água, Tratamento de Aguas Residuais e Resíduos Sólidos

Ao nível do saneamento básico, e numa perspectiva mais alargada da qualidade ambiental regional, a AML prosseguiu nos últimos anos a consolidação do ciclo de cobertura universal de abastecimento domiciliário de água e de tratamento dos caudais captados para esse efeito. No entanto, taxas de cobertura concelhias próximas dos 100% devem constituir uma meta prioritária a concretizar a curto prazo.

Já quanto ao tratamento das águas residuais, e apesar do esforço na construção de ETAR's pelos diversos municípios, a cobertura do território regional está ainda atrasada, em especial na Península de Setúbal.

Ao nível dos resíduos sólidos urbanos destaca-se a taxa de reciclagem, que na AML é superior à média nacional. As despesas municipais com recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos aumentaram também nos últimos anos, revelando uma maior preocupação dos municípios nesta matéria. Por outro lado, continua a verificar-se uma percentagem significativa de RSU a ser encaminhada para aterros sanitários.

Abastecimento de água e Tratamento de Águas Residuais

O indicador "Taxa de Atendimento" destina-se a avaliar o nível de defesa dos interesses dos utilizadores em termos de acessibilidade de serviço, no que respeita à possibilidade de ligação destes à infraestrutura física de distribuição de água da entidade gestora, tratando-se fundamentalmente da cobertura do abastecimento domiciliário de água.

Na Área Metropolitana de Lisboa a taxa de atendimento média do serviço público de abastecimento de água é cerca de 95 %, encontrando-se acima do valor médio nacional que é de 93%.

Na AML a população servida com sistemas de recolha e drenagem de águas residuais ronda os 91%, enquanto que a população servida por sistemas de tratamento é de cerca de 75%.

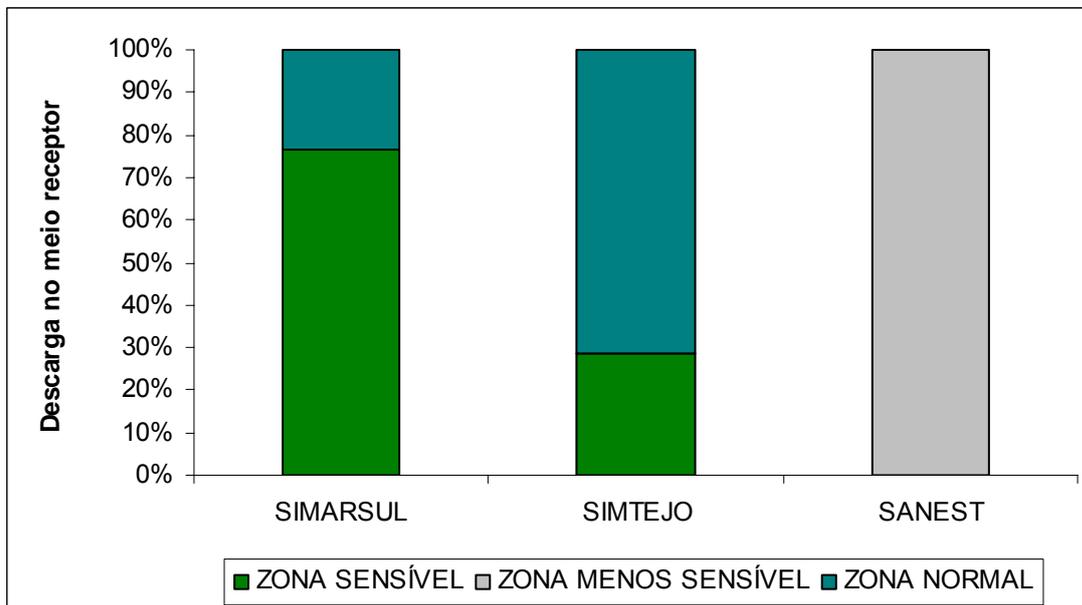
No geral, observa-se que nos concelhos da margem norte as taxas de atendimento, tanto para a recolha e drenagem como para a ligação a ETAR são superiores aos concelhos da Península de Setúbal.

Destino final das lamas de ETAR e qualidade do meio receptor

Relativamente ao destino final das lamas produzidas nas ETAR existentes na AML, e segundo as informações recolhidas junto das entidades gestoras dos sistemas em alta e na Reciclamas, a quase totalidade das lamas produzidas nos diversos subsistemas foi encaminhada para valorização agrícola, sendo uma pequena percentagem compostada ou depositada em aterros sanitários.

No que diz respeito à qualidade do meio receptor das águas residuais tratadas, optou-se por apresentar a informação disponibilizada, até à data, por 3 entidades gestoras.

Figura 20. Proporção de descargas de águas residuais tratadas em função da qualidade do meio receptor



FONTE: Entidades gestoras, 2008

A Simarsul descarregou as águas residuais tratadas, maioritariamente, em zonas sensíveis, e em menor proporção, em zonas normais. Por outro lado, as descargas das ETAR da Simtejo foram, sobretudo, em zonas normais, tendo menor expressão as zonas sensíveis. A Sanest descarregou a totalidade das suas águas residuais tratadas (provenientes da ETAR da Guia) em zonas classificadas de menos sensíveis.

Resíduos Sólidos

A gestão em alta dos sistemas de valorização e tratamento dos resíduos sólidos urbanos é efectuada por diversas entidades em função dos diferentes sistemas existentes: sistemas municipais, geridos por municípios ou associações de municípios; e sistemas multimunicipais, geridos por empresas concessionárias.

Nos concelhos da AML, os sistemas de recolha de resíduos sólidos em baixa são geridos pelos respectivos municípios.

Ao nível dos resíduos sólidos urbanos, a AML tem vindo a diminuir a quantidade que produz anualmente. Em termos quantitativos, a produção de resíduos sólidos urbanos e equiparados, terá ascendido a cerca de 1.371.339t no ano de 2007, (valor semelhante aos registados para o ano de 1997), o que, reportando à população residente na AML, corresponde a uma capitação de aproximadamente 1,22 kg/hab.dia. Verifica-se que tem vindo a aumentar a capacidade de recolha selectiva e tratamento dos mesmos.

Por outro lado, o tratamento dos resíduos sólidos urbanos, apesar de ainda longe do desejado, tem na maioria o destino da incineração (42,7% em 2005). A AML deve agora procurar desviar a fracção de resíduos que ainda é encaminhada para aterros (40,4%) e possibilitar um destino final que maximize a sua valorização orgânica.

Quadro 11. Destino Final dos resíduos sólidos urbanos em 2005 (toneladas e %)

	Aterro		Valorização Energética (incineração)		Valorização Orgânica		Recolha Selectiva		Total
	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	
Portugal	2 838 373	65,4	93 7102	21,6	310 433	7,2	250 911	5,8	4 336 819
AML	518 899	40,4	54 8202	42,7	113 395	8,8	103 657	8,1	1 284 153

FONTE: Lisboa 2020, Estratégia Regional, CCDR-LVT, 2007

Quanto à recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos, a AML, contava em 2005 com cerca de 7,1% de recolha selectiva, enquanto a média do país ficava pelos 6%.

Quadro 12. Resíduos Sólidos Urbanos com recolha selectiva em 2005 (%)

	%
Portugal	6,0%
AML	7,1%
Grande Lisboa	7,4%
Península de Setúbal	6,3%

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa

Tendo em conta as taxas de reciclagem por concelho, destaque-se Lisboa e Oeiras, que em 2007 atingiam taxas na ordem dos 13 e 15%. Verifica-se que os concelhos da margem norte apresentam maiores taxas de reciclagem de resíduos sólidos que os da margem sul. Destaque-se que os concelhos de Sesimbra e Palmela apresentam as taxas mais baixas de toda a AML.

Quadro 13. Taxas de reciclagem por concelhos da AML em 2007

Concelho	Taxa de Reciclagem (%)
Alcochete	7,51
Almada	7,91
Amadora	6,52
Barreiro	7,97
Cascais	8,57
Lisboa	13,41
Loures	7,87
Mafra	6,63
Moita	5,89
Montijo	6,64
Odivelas	Dados incluídos no concelho de Loures
Oeiras	15,86
Palmela	5,54
Seixal	8,44
Sesimbra	4,72
Setúbal	6,30
Sintra	9,42
Vila Franca de Xira	9,07

Fonte: APA, 2008

Ao analisar as quantidades geradas por concelho e por fileira, verifica-se que o Papel/cartão é a fileira que maior quantitativo gera, seguindo-se o vidro, embalagens e RUB, respectivamente. No seguinte quadro mostram-se os quantitativos recolhidos no ano de 2006, em recolha selectiva, identificando as respectivas fileiras.

Ao analisar as capitações das diferentes fileiras geradas por concelho verifica-se que as maiores capitações foram registadas nos concelhos de Lisboa e Oeiras. Por outro lado, o município onde se verificou uma menor capitação de recicláveis é Sesimbra, facto que pode ser explicado pela elevada dispersão de população por todo o concelho, o que dificulta a criação de um sistema de recolha eficiente deste tipo de resíduo.

Relativamente aos resíduos industriais, pretendeu-se realizar uma caracterização quantitativa dos resíduos industriais perigosos e não perigosos gerados por concelho da AML. No quadro seguinte apresentam-se os quantitativos de resíduos industriais, perigosos e não perigosos, produzidas na AML, e os seus destinos finais, no ano de 2003.

Quadro 14. Resíduos provenientes da recolha selectiva identificados por freguesia em 2006

Concelho	Recolha selectiva (t/ano)			RUB ¹
	Papel+Cartão	Embalagens	Vidro	
Alcochete	258	85	202	
Almada	3 084	1 005	2 236	
Amadora	1 929	455	1 595	809
Azambuja	185	77	198	
Barreiro	1 151	389	921	
Cascais	4 151	1 168	2 544	640
Lisboa	20 496	4 498	10 476	17 586
Loures	4 660	1 376	3 232	1 965
Mafra	1 356	422	1 053	
Moita	723	255	565	
Montijo	685	225	528	
Odivelas		Incluído em Loures		
Oeiras	6 639	1 544	2 452	
Palmela	637	198	611	
Seixal	2 460	813	1 728	
Sesimbra	465	169	643	
Setúbal	1 715	432	1 340	
Sintra	6 373	1 798	4 362	
Vila Franca de Xira	1 844	529	1 500	

FONTE: APA, 2008.

Nota: ¹Os dados relativos à Valorsul e AMTRES não incluem os grandes produtores.

Quadro 15. Produção de resíduos industriais perigosos e não perigosos por Concelho, e o destino final, no ano de 2003

Concelho	Produção de resíduos (t)			Destino (t)		
	Não perigosos	Perigosos	n.e. ¹	Valorização	Eliminação	n.e. ¹
Alcochete	13000	153	0	12625	527	0
Almada	3905	42	31	3151	814	13
Amadora	39180	893		21139	18912	22
Barreiro	6859	4753	2795	7619	6758	30
Cascais	8426	325		2970	5420	360
Lisboa	16033	2844	452	10484	8766	80
Loures	398465	13366	0	249654	161319	858
Mafra	15129	84		9880	4849	484
Moita	512	17		329	199	0
Montijo	86050	16	0	6427	79619	21
Odivelas	8436	495	18	7589	1330	30
Oeiras	98856	1195		53446	46217	389
Palmela	103786	4474		62149	45446	665
Seixal	173443	12668	10	113087	72943	91
Sesimbra	304883	55		285041	18760	1137
Setúbal	171021	20368	0	142182	46830	2378
Sintra	180578	5126	2332	120748	63853	3435
Vila Franca de Xira	651815	1385	1	116086	536998	117

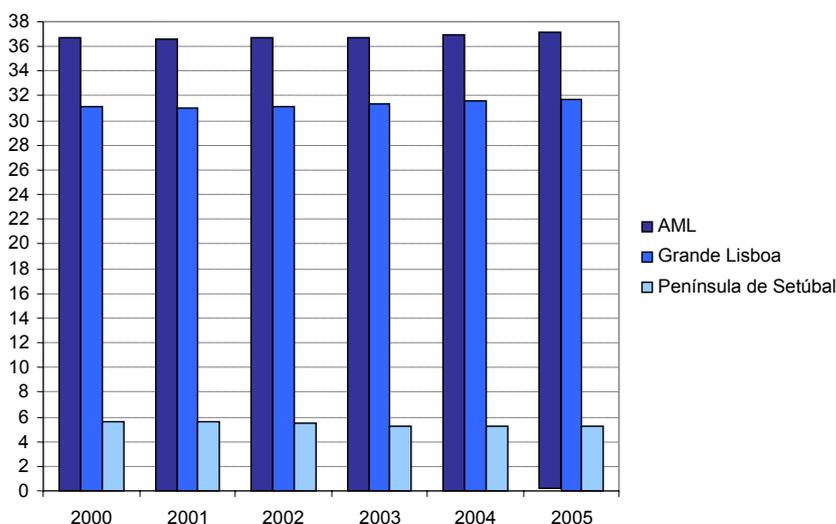
FONTE: APA, 2008

4. ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA, COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO

Com uma área correspondente a 3% do território continental, onde se concentra 28% da população, a AML é responsável por 37% do PIB nacional. À região da Grande Lisboa é imputável 31% desse total nacional, isto é, 86% do PIB regional. Esta NUT III destaca-se pelo dinamismo económico, patente no seu contributo para a riqueza nacional.

A AML demonstra uma dimensão económica relativamente estável face ao contexto nacional, contribuindo com cerca de 36,6% do VAB nacional em 2000, e com 36,9% em 2005. A Grande Lisboa acompanha este crescimento ao longo dos 6 anos de referência, enquanto a Península de Setúbal sofre um ligeiro decréscimo, passando dos 5,6% em 2000 para os 5,3% em 2005 no total do VAB nacional.

Figura 21. Dimensão Económica da AML (% do VAB nacional)

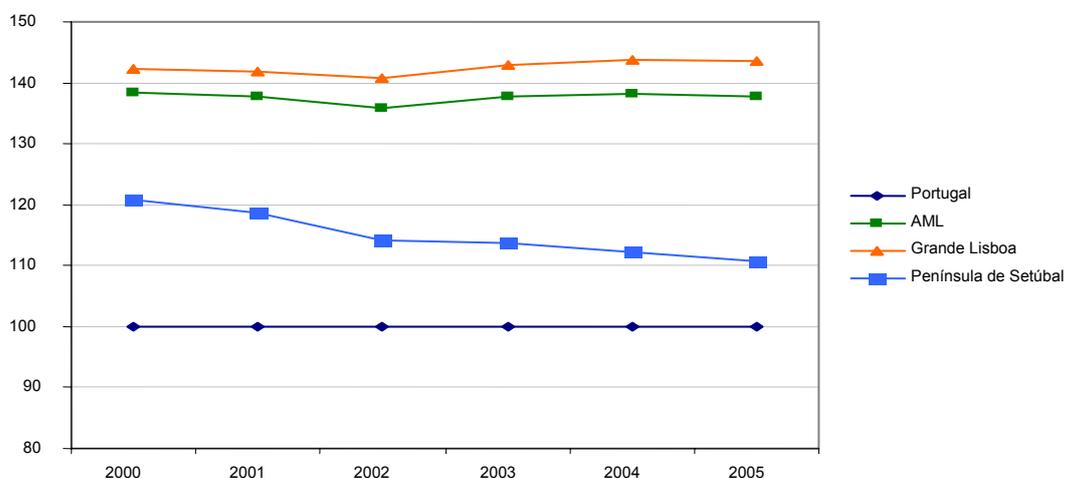


FONTE: INE, Contas Regionais

Produtividade

Ao nível da produtividade, a AML apresenta desde 2000 uma clara superioridade face à média nacional, com cerca de 38 pontos percentuais. Em termos sub-regionais, se a Grande Lisboa se destaca (com níveis de produtividade a superarem em cerca de 43% a média nacional em 2005), a Península de Setúbal apresenta a partir de 2000 um contínuo declinar dos seus níveis de produtividade face ao conjunto do país (de 21% acima da média nacional em 2000, para 10% em 2005).

Figura 22. Evolução da Produtividade na AML (País = 100)



FONTE: INE, Contas Regionais

O PIB *per capita* na Grande Lisboa totaliza 24,3 mil euros, enquanto na Península de Setúbal o valor é de apenas 10,7 mil euros, i.e., menos de metade. Em termos agregados, a AML apresenta um PIB *per capita* superior em 40% à média nacional (i.e., um índice de disparidade regional de 140). Entretanto, a realidade intra-regional é bem diversa e na Península de Setúbal este indicador está substancialmente abaixo da média nacional (i.e., o PIB *per capita* é de apenas 73% da média nacional), enquanto que na região de Grande Lisboa o valor se eleva para 165%.

Em termos evolutivos, por comparação com o ano de 2000, registe-se a dinâmica de convergência nacional, da qual resultou uma diminuição do índice de disparidade nas regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal. Em termos simplistas, a evolução indicia a perda relativa de rendimento por comparação com o resto do país.

No tocante à produtividade e remuneração dos trabalhadores, a comparação entre as duas sub-regiões da AML permite sustentar o mesmo argumento a propósito do PIB *per capita*. Assim, a AML apresenta em 2006 uma produtividade média de 36 mil euros, com a Grande Lisboa a registar um valor ligeiramente superior (cerca de 37 mil euros), enquanto a Península de Setúbal apresenta um desvio negativo bastante significativo (inferior em 7 mil euros à média da AML). O aumento de produtividade é reflectido nas remunerações salariais, com os trabalhadores por conta de outrem a registar um ganho médio mensal superior à média nacional. Aliás, esta é uma evidência transversal a todos os sectores da actividade económica regional.

Estrutura produtiva

No que diz respeito à actividade industrial, é de destacar a expressividade do VAB industrial gerado pelos sectores de média e alta tecnologia (33,1%), resultado influenciado pelas indústrias de fabricação de material de transporte e de equipamento eléctrico e electrónico na Península de Setúbal.

Existe também na AML uma clara superioridade da dimensão da actividade exportadora, o que significa a existência de um tecido empresarial com maior grau de abertura ao mercado externo do que a média nacional, provavelmente devido à maior dimensão média das empresas e da sua igualmente maior capacidade de obtenção de financiamento e capital. A análise da inserção da economia regional no contexto dos mercados externos e na sua capacidade de penetração permite realçar a capacidade regional para criar valor internacional.

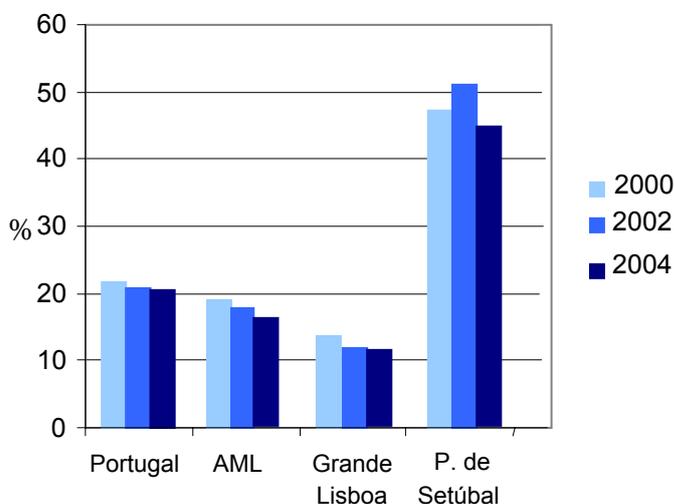
Relativamente aos serviços avançados, quase metade do VAB desta actividade é gerado na AML, uma parcela significativa dos principais recursos e infra-estruturas imprescindíveis às actividades directamente alicerçadas na utilização de TIC concentra-se em Lisboa (em 2000 o peso do emprego afecto às TIC atingia 4,5% em Lisboa e 2,5% a nível nacional).

A menor significância dos fluxos comerciais de saídas no PIB é evidenciada em 2004 pela Grande Lisboa (11,2%) – demonstrando assim que ao efeito de fortalecimento dos subsectores do terciário e do quaternário, efeito característico dos territórios urbanos mais competitivos, ainda não correspondeu uma consolidada tendência de internacionalização destes. Os fluxos mais significativos registam-se na Península de Setúbal, dado o forte peso das exportações no sector automóvel (44,6% em 2004), mas também com um maior grau de abertura ao exterior (81%) dada pelos fluxos de entrada do comércio internacional.

Um outro indicador que reforça a tese das dificuldades de qualificação económica da AML revela-se na quebra no investimento: no período 2001-2004, a taxa de investimento da região apresentou valores inferiores à média nacional. Nestes primeiros quatro anos da década, a média das percentagens de FBCF para o VAB da AML rondou os 26%, enquanto para o país esta situou-se em cerca de 28%.

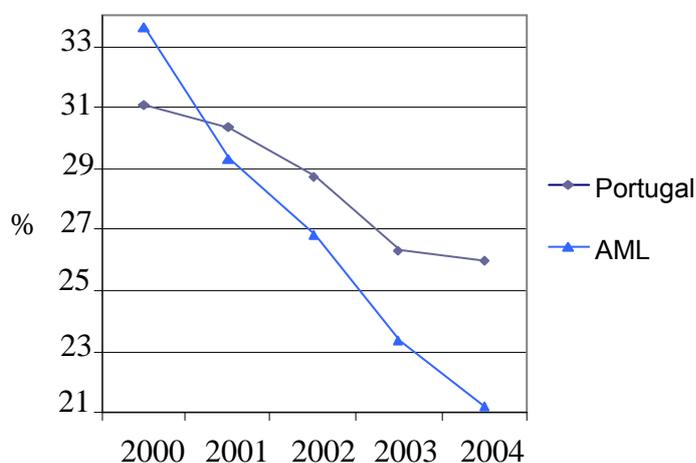
A AML tem uma estrutura económica centrada nos serviços, especialização produtiva essa que se tem reforçado nos últimos anos, para a qual o conjunto de actividades relacionadas com o Turismo e o Lazer deram um significativo contributo. Este facto equipara a AML às grandes cidades contemporâneas, embora a sua ainda fraca internacionalização reflecta uma insuficiência de interacção com as respectivas fileiras mais competitivas em termos internacionais. Este dinamismo reflecte-se na criação de emprego – responsável por 58% do total de emprego regional por conta de outrem – e nos níveis de remuneração – com um ganho médio mensal superior em 24% à média nacional do sector.

Figura 23- Peso das Exportações e Expedições no PIB (2000-2004)



FONTE: INE, Anuários Estatísticos da Região de Lisboa e Contas Regionais

Figura 24 Taxa de investimento na AML (% de FBCF no VAB Nacional)



No perfil de dinâmicas económicas da AML salienta-se o fortalecimento das seguintes actividades: actividades financeiras; transportes, armazenagem e comunicações; actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; actividades relacionadas com o turismo e o lazer; actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; administração pública, defesa e segurança social; comércio por grosso e a retalho.

Quadro 16. Emprego por Sector de Actividade

	Agricultura				Indústria				Serviços			
	1991	2001	2006	variação 91/06	1991	2001	2006	variação 91/06	1991	2001	2006	variação 91/06
Portugal	10,8	5	11,7	8,3	37,8	35,1	30,6	-19	51,4	59,9	57,7	12,2
AML	1,7	1,1	1,1	-35	28,3	24,1	21,9	-22,6	70	74,8	76,9	9,8

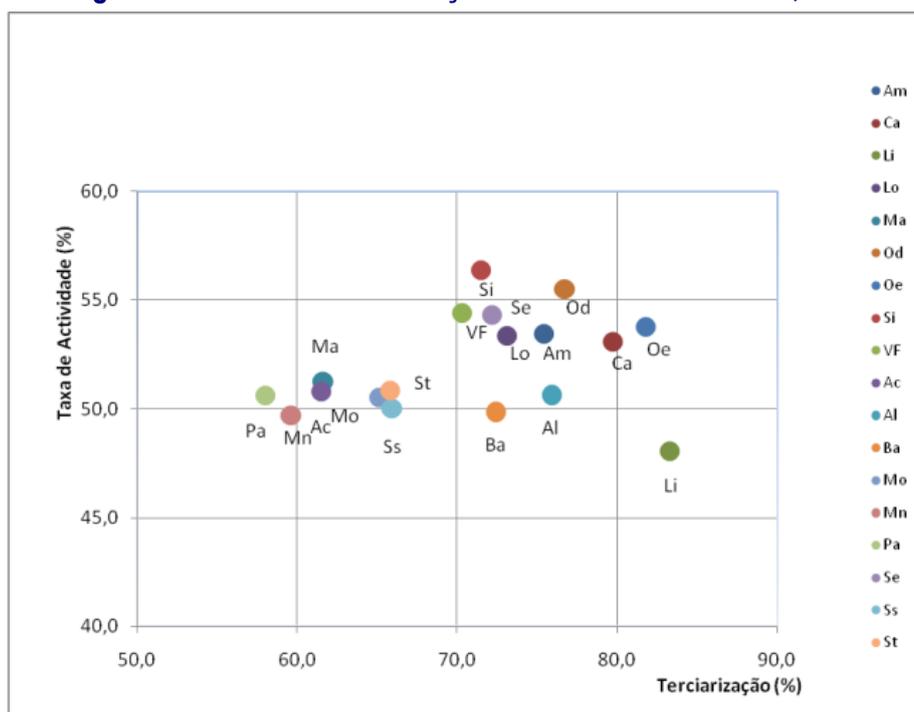
FONTE: INE, Censos de 1991 e 2001, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2007

Lisboa destaca-se no peso do sector terciário com um indicador muito próximo dos 90%. Já na Península de Setúbal, Palmela, Moita e Seixal concentram peso do sector secundário.

Na Grande Lisboa, apenas os concelhos de Oeiras, Lisboa e Cascais apresentam um peso do sector secundário inferior a 30%, sendo que todos eles estão abaixo de 50%. Em Palmela, a expressão do sector secundário é superior à do sector terciário, facto único em toda a área metropolitana, que se deve à importância do *cluster* do sector automóvel.

Ao nível sub-regional de NUTS III, quando medido pelo número de trabalhadores por conta de outrem, os sectores primário e secundário preponderam no tecido empresarial da Península de Setúbal, por comparação com a Grande Lisboa. É na região da Grande Lisboa que se assiste à concentração das actividades do sector terciário.

Figura 25. Níveis de terciarização nos concelhos da AML, 2001



FONTE: INE

Tecido Empresarial

As assimetrias no tecido empresarial do ponto de vista intra-regional são notórias. A Grande Lisboa tem um tecido marcado pela preponderância das grandes empresas, enquanto a Península de Setúbal apresenta uma distribuição mais equilibrada de estabelecimentos, segundo a dimensão.

Os estabelecimentos com menos de 10 empregados são responsáveis por uma fatia substancial do emprego nos concelhos mais a poente, quer na Grande Lisboa, quer na Península de Setúbal. Já no que respeita à importância das empresas com mais de 250 trabalhadores, são os concelhos mais interiores que recolhem maior expressão. Naturalmente, a dimensão das empresas aparece associada à forma de constituição de sociedades.

Nos anos mais recentes é de assinalar o maior dinamismo económico dos concelhos da Margem Sul, com taxas de criação de empresas mais elevadas que na Grande Lisboa, com destaque para as empresas do sector de serviços. Na AML, em 2006, o sector terciário apresenta remunerações médias superiores às do sector secundário. Ao nível intra-regional, a mesma comparação pode ser observada na Grande Lisboa, mas a relação inverte-se para a Península de Setúbal, onde o sector terciário remunera em menos 20% os seus trabalhadores, por comparação com as actividades dos sectores industriais.

Quadro 17. Diversidade do tecido empresarial: Ganho médio mensal por trabalhador

	Total ¹	CAE A-B ¹	CAE C-F ¹	CAE G-O ¹
NUTS	10 ³ €	10 ³ €	10 ³ €	10 ³ €
Portugal	934	654	854	990
Lisboa (AML)	1 208	735	1 160	1 226
Grande Lisboa	1 264	765	1 200	1 283
Península de Setúbal	927	706	1 037	877

FONTE: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2002 e 2006

Inovação

Comparativamente ao total nacional, é na AML que o ambiente de inovação é particularmente intenso. Mais de metade das despesas nacionais em I&D são aqui sedeadas (representando aproximadamente 1,2% do PIB regional), ao mesmo tempo que 49% dos empregados em I&D em Portugal desenvolvem a sua actividade na AML. É patente que a despesa média em I&D é significativamente superior na AML, quer em termos *per capita*, quer quando medida por unidade de investigação.

É importante notar, também, a diversidade dentro da própria AML, registando-se um valor mais baixo de despesa em I&D na Península de Setúbal, por comparação com a Grande Lisboa. Do lado da qualificação dos recursos humanos, refira-se também a preponderância de recursos na região da Grande Lisboa, por comparação com a Península de Setúbal. Estes resultados estão, aliás, em consonância com

as várias centralidades identificadas na AML em diagnósticos anteriores, detectando-se a importância do eixo I&D na região de Lisboa, a Norte do Rio Tejo.

Quadro 18 – Indicadores de I&D na AML, 2005

NUTS III	Despesa em I&D	Despesa em I&D <i>per capita</i>	Despesa em I&D no PIB	Despesa Média em I&D por Unidade	Pessoal em I&D ¹	Diplomados do Ensino Superior em C&T por Mil Habitantes ²
	2005 %	2005 €	2005 %	2005 10 ³ €	2005 %	2007 nº
Portugal	100	114	0,81	551	100	14
Lisboa	54	242	1,17	741	49	21
Grande Lisboa	50	-	1,27	760	45	24
Península de Setúbal	3	-	0,53	541	4	13

FONTE: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2007

Notas: ⁽¹⁾ equivalente a tempo integral ⁽²⁾ 20-29 anos.

Mais do que o total de despesa em I&D, é importante a caracterização dessa despesa por fonte de financiamento e sector de execução. No que respeita ao financiamento, tanto para Portugal como para a AML, o Estado apresenta-se como o principal responsável (55% e 53%, respectivamente).

Quadro 19 – Fluxos de Financiamento de I&D na AML, 2005

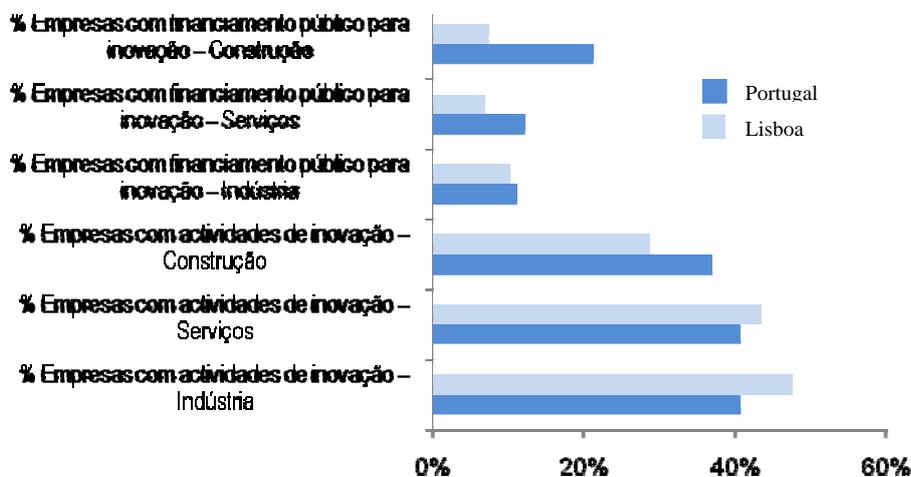
NUTS III	Empresas	Estado	Ensino Superior	Instituições Sem Fins Lucrativos	Exterior
	10 ³ €	10 ³ €	10 ³ €	10 ³ €	10 ³ €
Portugal	26 403	-487 448	413 096	104 397	-56 448
Lisboa	2 425	-204 476	175 316	55 153	-28 417
Grande Lisboa	2 166	- 177 059	149 467	52 369	- 26 944
Península de Setúbal	259	- 27 417	25 848	2 783	- 1 473

FONTE: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2007

Em termos sectoriais, o financiamento do Estado dirige-se maioritariamente para o ensino superior e para as instituições sem fins lucrativos. As empresas representam uma pequena fatia do financiamento público a I&D (não mais que 1% da despesa total financiada pelo Estado e pelo Exterior). Regionalmente, é também na AML que se registam as menores percentagens de participação pública no financiamento a I&D. Em termos médios em Portugal, as empresas recebem 5% dos financiamentos públicos, versus 1% para a AML.

É, também, interessante comparar a dinâmica privada de I&D na AML com o resto do país. Nos sectores industrial e de serviços, Lisboa compara favoravelmente com as médias nacionais no que respeita à percentagem de empresas com actividades de I&D. Acresce o facto de, em termos médios, beneficiar de menor nível de apoio público que o resto do país, aliás, em concordância com os indicadores de financiamento da I&D apresentados anteriormente.

Figura 26. Actividade e financiamento de I&D no sector empresarial



FONTE: INE

Nota: Dados para o período 2006-2004

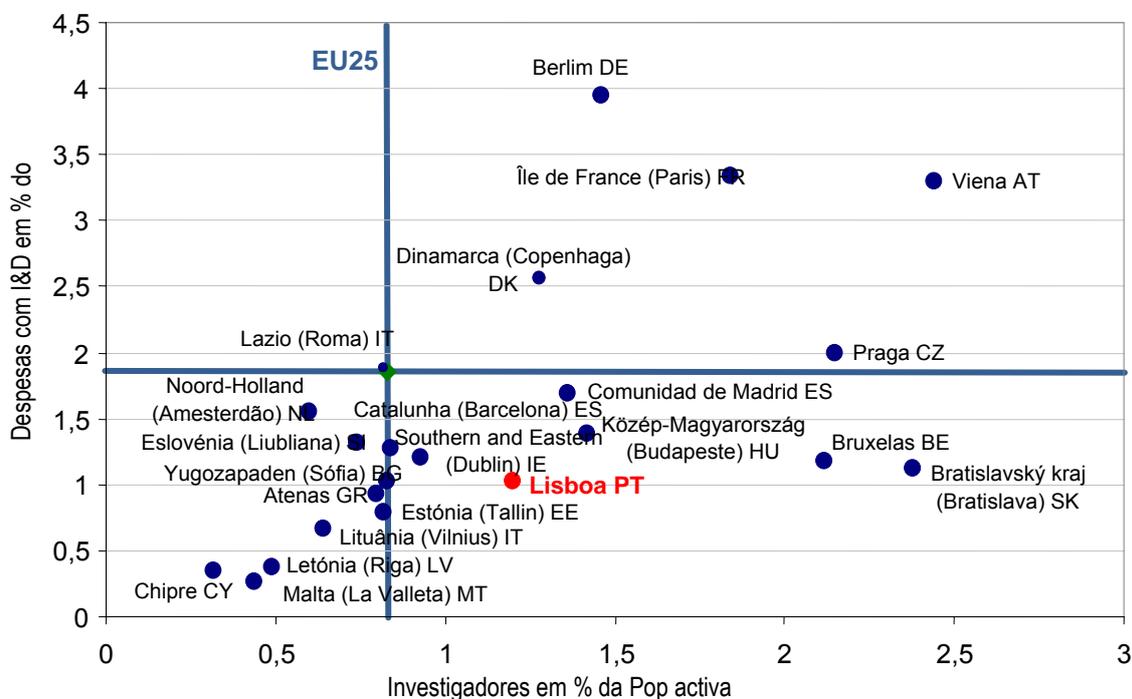
A análise mais detalhada, ao nível de NUTS III, permite concluir que os resultados se devem particularmente ao comportamento da região da Grande Lisboa. A despesa em I&D da Península de Setúbal representa tão somente 3,4% do total nacional, da mesma forma que o pessoal ao serviço em I&D não ultrapassa 4,2% do total nacional.

Tendo presente que a AML responde por mais de metade da despesa nacional em I&D, refira-se que as ciências de engenharia e tecnologia conjuntamente com as ciências sociais e humanas totalizam cerca de 50% do total de despesa. A distribuição intra-regional permite verificar a ênfase nas ciências de engenharia e tecnologia e nas ciências exactas registada na região da Península de Setúbal, que respondem por mais de 75% do investimento dessa sub-região.⁴

Em termos internacionais e utilizando o índice europeu de inovação, a dinâmica de I&D na AML compara desfavoravelmente com Barcelona, Bruxelas, Viena e Estocolmo.

⁴ Devido à localização da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em Almada. Refira-se, contudo, que os níveis absolutos de I&D na Península de Setúbal estão muito abaixo dos registados na Grande Lisboa. Em 2005, o investimento em I&D na Península de Setúbal era de pouco mais de 3% do total nacional, enquanto Lisboa respondia por mais de metade desse valor.

Figura 27. Comparação de regiões europeias no que respeita a recursos empregues em I&D: investigadores em percentagem da população activa e despesas em % do PIB (2003)



FONTE: Eurostat

4.1. Turismo

A AML é uma região de forte vocação turística dado que, para além da beleza singular de Lisboa, cidade capital, e de um conjunto de núcleos urbanos com enorme riqueza e diversidade de património histórico e arquitectónico, tem como grandes âncoras referenciadoras os estuários do Tejo e do Sado e as suas “frentes ribeirinhas”, as costas atlânticas, e um conjunto vasto, único e muito rico, em termos de natureza e biodiversidade, de áreas classificadas.

Como destino turístico é reconhecida nos principais mercados emissores europeus, por via da grande atractividade da cidade capital Lisboa, do eixo Estoril/Cascais e de Sintra. Estas áreas, também denominadas “macrocentralidades” turísticas, concentram grande parte do património de interesse para a visitaçào, e a maior fatia dos equipamentos de alojamento e entretenimento para o turismo e lazer, o que, adicionalmente, cria condições que permitem a realizaçào de um vasto leque de eventos de natureza artística, cultural e desportiva.

É considerada como um destino seguro, sendo as expectativas dos turistas geralmente ultrapassadas. A Região apresenta especiais atributos e condições para visitas designadas por “city & short breaks” e de “touring cultural” e, ainda, para o chamado turismo de negócios (*meetings*, convenções, incentivos, etc.),

para o golfe turístico, para a prática de actividades de lazer relacionadas com o sol, a praia, o mar e a natureza, tais como a náutica de recreio e o turismo de natureza.

Neste sentido, o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) preconiza que o crescimento do destino Lisboa deverá ser sustentado nos produtos de *touring, city & short breaks* e, em menor grau, pelo turismo de negócios (incluindo MICE)⁵. O Plano reconhece ainda que o golfe turístico deverá contribuir para reduzir a sazonalidade e que a região de Lisboa possui boas condições para o sol e mar (turismo motivado pela procura do sol e de praias), para o turismo náutico e para a recepção de navios de cruzeiro, para a prática de turismo de natureza, de saúde e bem-estar, e ainda para a degustação da boa gastronomia e dos bons vinhos regionais ou nacionais.

A AML constituiu-se num dos principais destinos turísticos regionais do país. Em 2007, o número total de dormidas na AML ascendeu a 8,7 milhões, o que representa 21,8% do total de dormidas registadas nos estabelecimentos hoteleiros do país. Face ao ano anterior, estes números evidenciam um crescimento de 6,3% no número total de dormidas, para o qual contribuíram mais as dormidas de turistas estrangeiros (na sua maioria espanhóis, ingleses, alemães, franceses e italianos), do que as dormidas de turistas nacionais. Também em 2007, os proveitos gerados nos estabelecimentos hoteleiros da AML ascenderam a 577,1 milhões de euros, representando assim 29,7% dos proveitos globais obtidos no país (muito próximo dos 29,9% assegurados pela região do Algarve). A oferta de alojamento da AML era composta, em 2007, por 306 estabelecimentos hoteleiros classificados, os quais correspondiam a 49.654 camas turísticas.

No entanto, a AML apresenta significativas diferenças e um forte desequilíbrio do ponto de vista da procura e da oferta turísticas. Com efeito, os municípios da Grande Lisboa são responsáveis por mais de 90% das dormidas registadas na Área Metropolitana, enquanto na Península de Setúbal, o município com maior peso em termos de dormidas, Setúbal, representa apenas 3,4% do total de dormidas da região. No que respeita à oferta de alojamento, 87,3% do número de estabelecimentos e 91,1% do total de camas existente na AML estão localizados nos municípios da margem Norte do Tejo, sendo o restante assegurado pelos municípios da margem Sul.

Tais diferenças e desequilíbrios não se esgotam nesta delimitação geográfica ou territorial, na medida em que mesmo alguns municípios da margem Norte do Tejo experimentam na actualidade, fases diferenciadas de um “longo e difícil” trajecto de desenvolvimento turístico, pois não conseguiram tirar partido de potenciais sinergias decorrentes de uma maior integração em “rede” com as “macrocentralidades” turísticas de Lisboa, Estoril/Cascais e Sintra. Adicionalmente, nos municípios da Península de Setúbal, e com algumas excepções como Almada e Sesimbra e, mais recentemente, Palmela e Setúbal, o Turismo só muito recentemente se tornou aposta para as entidades regionais e locais e para os investidores privados, o que teve como imediata consequência a geração de novos fluxos

⁵ MICE - *Meetings*, Incentivos, Convenções.

de visitantes e turistas, em busca da possibilidade de usufruto dos recursos, atributos e “produtos” ali disponíveis.

Em termos de futuro, e na perspectiva do Turismo e Lazer, visualiza-se a AML como um destino turístico de excelência, “Espaço de Lazer e de Vivências de Cidade, Mar e de Natureza”, que permite desfrutar em segurança e ao longo de todo o ano, numa área geograficamente concentrada e de fácil acesso, um conjunto único de património histórico, cultural, natural e humano.

Para isso, dever-se-á, por um lado, continuar a ampliar a visibilidade e notoriedade de Lisboa e das “macrocentralidades” turísticas da sua envolvente, Estoril/Cascais e Sintra, e valorizar os recursos endógenos e os atributos naturais e paisagísticos do território, em especial nas zonas de maior vocação turística; por outro, aumentar, diversificar e procurar estimular uma melhor distribuição em termos geográficos, da oferta de alojamento turístico e de entretenimento e lazer, incluindo actividades ao ar livre, e ao longo de todo o ano, potenciando a reabilitação e valorização do património histórico, arquitectónico e cultural de especial interesse turístico, e a oferta cultural (programa anual de eventos), para associar e colar uma imagem de “destino cultural” a Lisboa e à AML e ainda, promover a formação avançada e especializada no “cluster” turismo e lazer.

Outras apostas fundamentais passam pela criação de condições para potenciar a vivência e usufruto para o lazer das frentes ribeirinhas, estuários e costas atlânticas, e a consequente prática das actividades náuticas, para a visita dos espaços naturais classificados, e para transformar os municípios da Península de Setúbal em destinos privilegiados para o turismo residencial, golfe turístico, náutica de recreio e actividades relacionadas com o turismo na natureza.

E, finalmente, importa promover a articulação de políticas, planos e intervenções, no que respeita ao turismo e ao desenvolvimento turístico, por forma a transformar a AML num “destino pleno e mais equilibrado”, à dimensão do seu território, que permita aproximar-se, e se possível vencer a forte concorrência de outros destinos congéneres na Europa ou emergentes, e impedir ou contornar a tendência de amadurecimento e desqualificação. Tal poderá ser feito diferenciando a oferta de “produtos” a disponibilizar, e garantindo sempre uma acessibilidade simples e competitiva por via aérea ou marítima, já que a rodoviária já está, de alguma forma e desde há algum tempo, plenamente garantida.

Ao nível das tendências de evolução é de referir que, por um lado, o Turismo, quer a nível internacional quer a nível nacional, tem-se mostrado resistente face ao agravamento da situação económica, sobretudo em termos comparativos com outros sectores. Por outro, as dificuldades que decorrem da difícil situação económica nos principais mercados emissores (Espanha, Reino Unido, Alemanha e França, entre outros), podem vir a ser atenuadas pelo facto de alguns produtos turísticos serem menos sensíveis à evolução da conjuntura económica. Para o Turismo na AML, a conjugação destes factores permite prever, no curto prazo, alguma retracção no produto de Turismo de Negócios, e um possível reforço do número de visitantes e turistas em Lisboa e na envolvente para *city & short breaks*.

Complementarmente, é expectável que, logo após os primeiros sinais de reanimação nas economias dos principais países emissores de fluxos turísticos, se verifique um imediato crescimento da procura turística global. Por esta razão, e apesar dos já referidos efeitos da actual “crise económica” no desempenho do Turismo e Lazer na AML a curto prazo, parece não se justificar, no momento, qualquer revisão em baixa às projecções de crescimento de médio e longo prazo.

4.2 Agricultura, Floresta e Economia do Mar

O espaço rural constitui uma importante reserva de recursos naturais da AML tendo, no entanto, o sector agro-florestal tem um significado económico relativamente reduzido no contexto da economia regional. Na AML o espaço rural tem vindo a perder importância e a sofrer processos de substituição/alteração dos usos agrícolas e florestais por ocupações urbanas, industriais e outros. Estes processos tiveram início nas décadas de 60 e 70 do século passado com os fenómenos de urbanização (incluindo os fenómenos de urbanização ilegal), resultando na desorganização dos terrenos agrícolas e florestais, muitos dos quais passaram a situações de abandono, o que penalizou em particular a Península de Setúbal.

A concepção que tem vindo a ser adoptada relativamente à relação do solo urbano com o solo rural - assente na separação cidade-campo como conceito de ordenamento urbano e territorial - tem levado à desvalorização, abandono e degradação dos espaços rurais e à desqualificação e desestruturação dos espaços urbanos porque ignora o papel dos espaços rurais na vida urbana e na cidade.

Apesar da decadência generalizada das actividades ligadas ao sector primário na AML (com excepção talvez da exploração de inertes) permanecem alguns núcleos económicos ou socialmente dinâmicos que contribuem para que áreas significativas do território resistam ao abandono ou à pressão urbanística. Estas áreas mostram que quando a rentabilidade das actividades agrárias é significativa, é possível resistir positivamente ao embate da expansão urbana. É nestes casos, assim como nas áreas em que é forte a relação entre a população residente e o campo, que as medidas reguladoras dos usos e ocupação do solo podem dar uma contribuição decisiva à manutenção sustentada do espaço rural.

As condições naturais da AML permitem ao sector agro-florestal algum desenvolvimento quando comparado com o de outras regiões do país. Os problemas estruturais deste sector relacionam-se com a dimensão da propriedade, a natureza dos proprietários e da própria actividade que lhe confere limitações, apesar das condições de clima, solo e água serem favoráveis.

Ao longo dos anos, as principais áreas agrícolas e florestais que se foram consolidando são as seguintes:

- Lezíria do Tejo – predominam bons solos irrigáveis e estrutura fundiária com elevadas produções;
- Norte Agro-florestal (faixa Norte da AML, nomeadamente Sintra, Mafra e Azambuja) – a ocupação agrícola dominante é a produção horto-frutícola diversificada. Existência de importantes áreas florestais;

- Várzea de Loures - unidade horto-frutícola com importância no controlo do sistema hidrológico;
- Interior Agro-florestal (concelhos de Alcochete, Palmela e Setúbal) – o Montado de sobreiro como estrutura florestal dominante;
- Áreas agrícolas da Península de Setúbal – importantes áreas horto-frutícolas, destacando-se a produção vinícola pelo elevado interesse económico;
- Área Florestal de Sesimbra e Almada – são áreas de contínua ocupação florestal com interesse metropolitano, sendo a ocupação dominante o pinheiro bravo com elevado interesse paisagístico.

A AML encontra-se, assim, fortemente influenciada pela concentração urbana e industrial, mantendo a actividade agrícola e florestal orientada predominantemente para a produção de produtos frescos, vinha, olival e montado de sobreiro.

A Região integra cerca de 11,9 milhares de explorações agrícolas que ocupam 91,8 milhares de hectares de superfície agrícola utilizada (SAU), que dão emprego directo a cerca de 16,9 milhares de unidades de trabalho agrícola / ano (UTA).

Quadro 20. Dados base sobre o sector agro-florestal da Área Metropolitana de Lisboa, Lisboa e Vale do Tejo e Portugal Continental

	Grande Lisboa		Península de Setúbal		Área Metropolitana de Lisboa		Lisboa e Vale do Tejo		Portugal Continental	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Nº de explorações (1000)	6,1	1,6	5,8	1,5	11,9	3,1	60,5	16,0	378,9	100,0
SAL (1000ha)	35,7	1,0	56,1	1,5	91,9	2,5	447,9	12,0	3736,1	100,0
SR (1000ha)	8,5	1,5	15,4	2,7	23,9	4,3	111,6	19,9	560,4	100,0
SF (1000ha)	10,1	0,3	54,7	1,7	64,8	2,1	434,1	13,8	3136,8	100,0
UTA (1000)	8,9	1,8	8,0	1,6	16,9	3,4	76,5	15,3	501,4	100,0

FONTE: RGA-99 e Inventário Florestal Nacional (IFN) 2005/05.

Duma perspectiva intra-regional, as assimetrias são significativas, quer na dimensão, quer nos sistemas de ocupação do solo e uso dos solos agrícolas e florestais. (Quadro 20).

Na Grande Lisboa predominam as áreas agrícolas que ocupam cerca de 78% da respectiva superfície agro-florestal sendo cerca de 2/3 utilizadas para culturas temporárias. Os cereais de sequeiro, o milho grão e silagem, as hortícolas e os prados temporários constituem as principais culturas anuais praticadas na Grande Lisboa. As culturas permanentes são ocupadas maioritariamente por vinhas, enquanto que nos prados e pastagens permanentes, predominam as pastagens pobres e os pousios agronómicos.

Na sub-região da Península de Setúbal as áreas agrícolas ocupam cerca de metade da respectiva superfície agro-florestal. O milho grão e silagem e as hortícolas são as culturas anuais dominantes, conjuntamente com os prados temporários.

As culturas permanentes, que correspondem a 17% da SAU da Península de Setúbal, são ocupadas maioritariamente por vinhas, enquanto que nos prados e pastagens permanentes, que correspondem a 36% da SAU em causa, predominam as pastagens pobres e os pousios agrónomicos.

No que respeita ao sector pecuário da AML é de salientar, comparativamente ao conjunto de Portugal Continental, a maior importância relativa assumida em número de Cabeças Normais pela pecuária intensiva (42% na AML e 30% no Continente) em geral e da suinicultura em particular (respectivamente, 28 e 12%).

O sector florestal da AML ocupa cerca de 65 mil hectares que correspondem, no essencial, a 39% de montado de sobreiro, 22% de pinhal bravo, 18% de eucalipto e 15% de pinhal manso.

As áreas florestais da Grande Lisboa distinguem-se das da Península de Setúbal não só por terem menos importância em valor quer absoluto, quer relativo, mas também porque o montado de sobreiro assume na Grande Lisboa uma importância relativa (13% da SF) muito menor do que a assumida na Península de Setúbal (44%).

Actualmente as produções vegetal e animal das explorações agrícolas das sub-regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, assumem uma importância económica significativa, uma vez que as Margem Bruta Económica representam, respectivamente, cerca de 87 e 81% da MBT, o que é superior ao verificado na RLVT (73%) e, principalmente, na média do Continente (59%).

Do ponto de vista do rendimento agrícola das explorações da AML, medido através do indicador MBT/UTA, as estimativas apontam para um valor médio anual de cerca de 16 milhares de euros, que atingia, a preços de 2006, um nível 1,4 vezes superior à média das explorações agrícolas da RLVT e 3 vezes superior à média do Continente. Esta diferença é mais pronunciada na sub-região da Grande Lisboa do que na sub-região da Península de Setúbal, uma vez que a MBT/UTA do primeiro grupo de explorações agrícolas era, em média, cerca de 22% superior à do segundo grupo.

Importa sublinhar que o factor determinante do nível mais favorável de rendimento agrícola atingido, em média, pelas explorações agrícolas da AML, foi a produtividade económica do factor trabalho agrícola (MBE/UTA), cujos valores estimados atingiram níveis cerca de 1,7 e 4,3 vezes superiores aos atingidos, em média e respectivamente, na região de LVT e do Continente.

Por último, importa referir que tanto a agricultura da Grande Lisboa como a da Península de Setúbal, apresentam, actualmente, níveis de rendimento agrícola e de produtividade económica muito mais favoráveis do que o conjunto das explorações agrícolas de Portugal Continental, apresentando um grau de dependência em relação às políticas agrícolas em vigor significativamente inferior à média nacional.

4.3 Economia do Mar

Enquanto activo económico, o mar permite o desenvolvimento de um alargado conjunto de actividades produtivas que se rivalizam e complementam com as restantes actividades económicas. Ao longo das últimas décadas, o papel dos oceanos tem vindo a ser alvo de alterações substanciais. Enquanto algumas actividades marítimas reforçaram a sua posição, outras perderam importância ou, no limite, mantiveram os seus níveis de actividade.

Em tese, concorrem para funções económicas do mar: transportes e logística; energia; defesa e segurança; pescas e alimentação; passageiros, lazer e turismo; e construção naval. Todavia, muito embora existam complementaridades evidentes entre vários destes domínios, deve-se atender que a afectação de recursos marítimos a determinados domínios rivaliza com o desenvolvimento de outros. Cada actividade marítima produz efeitos multiplicativos positivos e negativos sobre as demais actividades marítimas e não marítimas e, neste sentido, algum nível de especialização é conferido a cada “cluster” marítimo, e o português não é disso excepção. O quadro infra sintetiza o peso na economia portuguesa das principais actividades ligadas ao mar: náutica de recreio e turismo náutico⁶; construção e reparação naval; pesca, aquicultura e indústria do pescado; e, transportes marítimos, portos e logística.

Quadro 21. Peso na economia portuguesa das actividades ligadas ao mar, 2006

Agregados Económicos	Náutica de Recreio e Turismo Náutico		Construção e Reparação Naval		Pesca, Aquicultura e Indústria de Pescado		Transportes Marítimos, Portos e Logística		Total das Actividades Ligadas ao Mar Consideradas	
	Efeito Directo	Efeito Total	Efeito Directo	Efeito Total	Efeito Directo	Efeito Total	Efeito Directo	Efeito Total	Efeito Directo	Efeito Total
VAB	0,06%	0,12%	0,07%	0,25%	0,55%	1,54%	0,81%	2,09%	1,49%	4,00%
Emprego	0,05%	0,10%	0,08%	0,25%	0,63%	1,77%	0,40%	1,48%	1,16%	3,60%
Impostos s/ produtos	0,14%	0,24%	0,05%	0,30%	1,22%	2,69%	0,28%	2,21%	1,69%	5,44%
PIB	0,07%	0,14%	0,07%	0,26%	0,65%	1,70%	0,73%	2,10%	1,52%	4,20%

Fonte: SAER – “Hypercluster da Economia do Mar - Um domínio de potencial estratégico para o desenvolvimento da economia portuguesa”, 2006.

Notas: **Efeitos directos** – resultantes da produção interna das actividades ligadas ao mar, consideradas na análise, que é necessária para satisfazer a procura final líquida de importações exercida pelas próprias actividades ligadas

⁶ Desportos náuticos (vela de cruzeiro, vela ligeira, windsurf; kitesurf, surf, bodyboard, rafting, remo, canoagem, kayak, ski aquático, motonáutica, pesca desportiva, caça submarina, mergulho) ou actividades de lazer que possam ter lugar no mar, rios estuários e lagos.

ao mar. **Efeitos indirectos** – resultantes do efeito multiplicador sobre as actividades económicas, concretizado através do fornecimento de consumos intermédios às actividades ligadas ao mar consideradas na análise e ao resto da economia, assim como efeitos adicionais resultantes do efeito multiplicador sobre todas as actividades económicas determinado pelo acréscimo de rendimento final das famílias.

O estudo estima um efeito total no PIB nacional decorrente das actividades consideradas na ordem dos 6,5 mil milhões de euros (40% deste, efeito directo).

Em Portugal, os ‘transportes marítimos, portos e logística’ a par com a ‘pesca, aquicultura e indústria do pescado’ destacam-se das demais actividades marítimas pelos significativos efeitos que têm na economia. Ambos expressivos, mas de natureza naturalmente diferenciada – o primeiro contribuindo significativamente para o PIB e VAB e o segundo para o emprego e Imposto sobre produtos.

Quadro 22. Indicadores da actividade marítima na AML

Movimento dos Portos		Embarcações de comércio entradas	Passageiros embarcados	Contentores carregados	Mercadorias descarregadas
		nº	nº	nº	toneladas
% continental (2007)	Lisboa	31%	99%	49%	20%
	Setúbal	14%	0%	1%	15%
Δ 2003-2007	Lisboa	-7%	-34%	-1%	14%
	Setúbal	-12%	0%	-5%	34%

Pesca		Pescadores matriculados	embarcações	Pesca descarregada / capturas nominais	Valor média da pesca descarregada
		nº	nº	toneladas	€/kg
% continental (2007)	Cascais	2%	2%	0%	331%
	Lisboa	1%	2%	-	-
	Sesimbra	8%	9%	9%	200%
	Setúbal	4%	10%	3%	50%
Δ 2003-2007	Cascais	197%	84%	-32%	-2%
	Lisboa	-54%	-45%	-	-
	Sesimbra	14%	-2%	27%	-5%
	Setúbal	-17%	-4%	34%	-30%

Fonte: Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2003 e 2007.

Muito embora a concorrência do Porto de Sines seja evidente nomeadamente no domínio das cargas contentorizadas⁷ – quer pelas águas profundas que o caracterizam, quer pelas possibilidades de expansão que apresenta – o Porto de Lisboa dispõe ainda de elevada capacidade, e dada a sua proximidade ao centro da AML é um porto privilegiado para o embarque e desembarque de cruzeiros turísticos. O Porto de Setúbal é de dimensão mais reduzida, movimentando cerca de 7 milhões de toneladas (contra 12 no Porto de Lisboa), abastecendo a indústria envolvente.

⁷ Terminal XXI.

Os 'transportes marítimos' tem decrescido a actividade em Portugal⁸, os 'portos' operam abaixo da capacidade instalada⁹ e no domínio da 'logística' Portugal dispõe desde 2006 de um plano para a rede nacional de plataformas logísticas¹⁰. Existem neste domínio ('transportes marítimos, portos e logística') inúmeras oportunidades: a ampliação do Canal do Panamá colocará Portugal na rota das viagens *round the world*; a possibilidade de Ásia, Golfo Pérsico e Índia se tornarem destinos relevantes para exportações europeias; a aposta europeia no Transporte Marítimo de Curta Distância; a procura de maior segurança energética por parte da União Europeia; e, tendência dos grandes armadores e operadores intermodais se tornarem concessionários de portos e terminais portuários.

No que respeita a 'pesca, aquicultura e indústria do pescado', em 2006, a AML somente contava com produção na aquicultura em águas salobras e marinhas: 724 toneladas que equivalem a aproximadamente 10% do total nacional. Todavia, esta produção repartia-se extensiva ou semi-intensiva. Se, no que toca à produção extensiva, o valor por tonelada cifrava, aproximadamente, em 4 milhões de euros (contra um total nacional de 7 milhões de euros), na produção semi-intensiva o valor unitário da tonelada cifrava acima do total nacional (6 contra 5 milhões de euros). Muito embora seja verdadeiro que a aquicultura possa gerar conflitos com o turismo e actividades de lazer, em Portugal a aquicultura apresenta ainda valores muito baixos¹¹ quando comparados com os restantes países do sul da União Europeia. A aquicultura enquanto sector estratégico emergente, conciliando saber-fazer e tecnologia tradicional com conceitos tecnológicos e ambientais de ponta, é o único segmento do sector pesca com capacidade de crescimento enquanto produtor de proteína alimentar. A aquicultura é, assim, entendida como uma das actividades com potencial estratégico de crescimento, quer pelo suprimento do aumento da procura de pescado que a pesca não consegue atender porque não pode aumentar a sua capacidade de exploração, quer, pela sustentabilidade socio-económica e ambiental que pode transmitir às comunidades costeiras e estuarinas. Existe grande potencial de desenvolvimento, quer número quer em diversidade, assegurando a qualidade dos produtos.

A pesca e as apanhas enquanto sector estratégico tradicional, são determinantes no aproveitamento dos recursos endógenos para a produção alimentar e essencial quanto à componente sócio-económica das comunidades envolvidas.

A indústria transformadora dos produtos da pesca enquanto sector estratégico alimentar, capaz de incorporar valor acrescentado aos produtos com origem na pesca e aquicultura, provenientes dos recursos nacionais ou da importação, com capacidade de competitividade internacional para responder à grande procura do mercado nacional por pescado de consumo.

⁸ Dinâmica motivada pela tendência de liberalização e acentuação da concorrência internacional.

⁹ Cerca de 60%.

¹⁰ Plano Portugal Logístico – prevê a criação de 12 plataformas logísticas e 2 Centros de Carga Aérea, distribuídos de Norte a Sul do território nacional continental, cobrindo cerca de 93% da economia e da população portuguesa.

¹¹ 4% do pescado em 2003.

A salicultura enquanto actividade económica proporcionadora do auto abastecimento alimentar e exportadora de flor de sal, inserida numa estratégia integrada de desenvolvimento sustentável das regiões costeiras e defensora da orla costeira contra a erosão marítima.

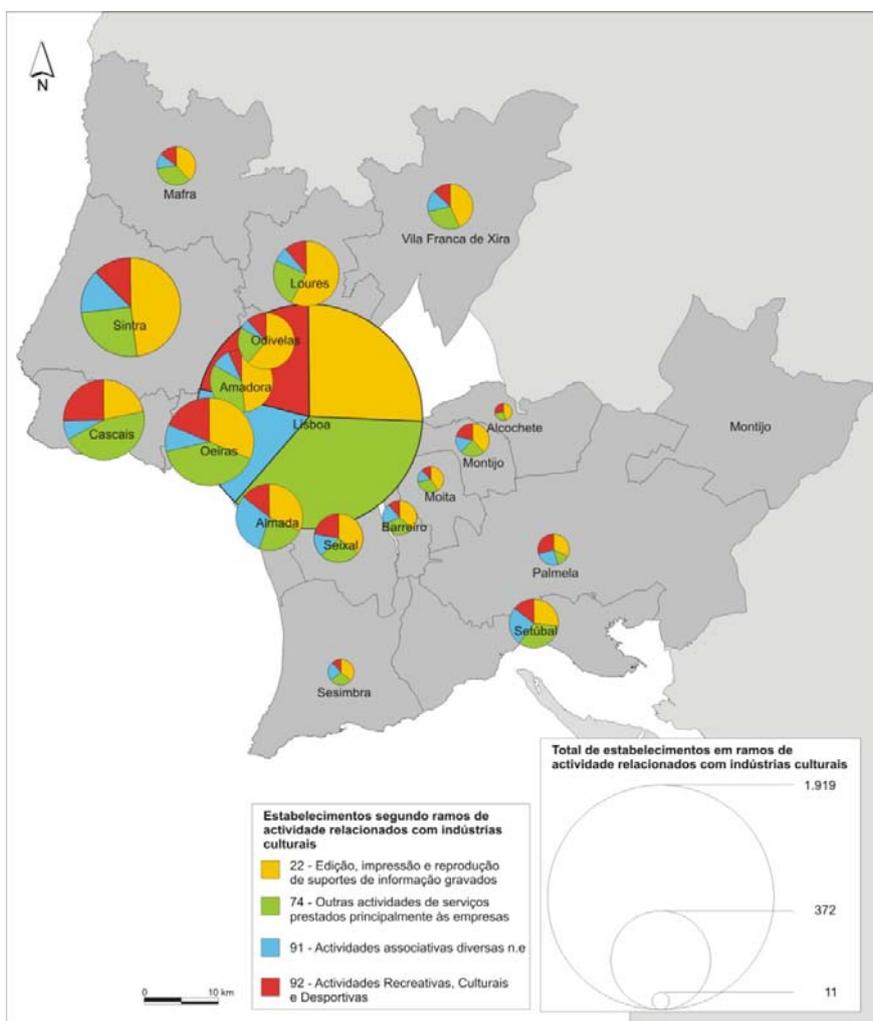
4.4 Cultura

A Cultura é cada vez mais vista como elemento estruturante da identidade histórico-cultural e do potencial económico e social das regiões, numa perspectiva de elemento dinamizador de outros sectores económicos, como o turismo, o comércio, a hotelaria, a restauração, os transportes. As cidades inovadoras e competitivas de hoje e amanhã crêem-se cidades onde o dinamismo cultural está patente.

É de sublinhar a reduzida dimensão que representa a despesa cultural no nosso país: efectivamente, o Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) estabelece como meta de referência que essa despesa represente 1% do Orçamento de Estado, embora em 2008 a mesma não ultrapasse os 0,3%. Também na AML a abordagem das indústrias culturais é ainda incipiente, mas torna-se cada vez mais pertinente assumir esta perspectiva.

Em 2006, dados do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, indicam que as indústrias culturais na AML empregam 39.611 pessoas, em quase quatro mil empresas (3.924), metade das quais se localiza em Lisboa (52,3% do emprego e 48,9% das empresas).

Figura 28. Estabelecimentos, em ramos de actividades relacionados com “indústrias culturais”



FONTE: MTSS, CAE rev2 (2006). Tratamento da Equipa da área Sectorial Cultural.

A região caracteriza-se pela existência de um património histórico, cultural e arquitectónico com características únicas, de valor e projecção nacional e internacional. Nos últimos anos, as acções de salvaguarda e valorização do património cultural tiveram um acréscimo significativo. Ao nível do património arquitectónico a AML contabiliza 101 monumentos nacionais, 342 de interesse público e 68 imóveis de interesse municipal.

Existem, no entanto, assimetrias na cobertura territorial da rede de equipamentos culturais, sendo a equidade no acesso e participação nas actividades culturais uma preocupação crescente. A rede de equipamentos e infra-estruturas artísticas e culturais tem tido um acréscimo significativo, quantitativo e qualitativo, o que leva ao aparecimento de novas e mais intensas dinâmicas de produção e procura, na Região de Lisboa.

A região tem-se pautado por um crescente número de grandes eventos que se repercutem, com efeitos potenciadores, na produção cultural e tecido artístico, particularmente em Lisboa. A tendência da preponderância de Lisboa sente-se também na fixação dos agentes culturais, de pólos de empresas criativas, de espaços para criadores e eventos, bem como na capacidade da cidade de atrair turistas, no subsector do património cultural e artístico. A proximidade das estruturas orientadas para a cultura (museus, monumentos...) perspectiva para Lisboa um incremento das actividades criativas, o que pode propiciar um ambiente de 3T (Tecnologia, Tolerância, Talento).

O reconhecimento do papel que as actividades artísticas e culturais podem e devem assumir no processo de afirmação da identidade regional, local, bem como da sua dimensão estratégica enquanto instrumento de coesão territorial e social (factor cultural assumido como elemento de inclusão e coesão) têm permitido uma progressiva consciencialização da necessidade de articular e integrar objectivos de desenvolvimento cultural, de coesão social e de ordenamento do território.

Assiste-se à emergência e ao crescimento sustentado de uma economia do conhecimento, suportada na cultura, onde o segmento das indústrias culturais assume um papel preponderante, gerando inegáveis oportunidades para artistas e profissionais do sector. Há igualmente um crescente reconhecimento das redes existentes na organização e gestão das actividades culturais e artísticas. Por outro lado, o sector cultural tem apostado numa progressiva modernização tecnológica assim como na internacionalização das actividades artísticas e culturais, embora ambas as apostas sejam ainda incipientes.

Mas, se esta capacitação do sector é real, as limitações ao seu potencial permanecem importantes. No âmbito da educação e da formação para a cultura, a articulação entre as estruturas culturais e o sistema escolar “universal”, entre as artes e o ensino, permanece insuficiente, limitando a sua regular fruição por crianças e jovens estudantes. Verificam-se igualmente problemas de adequação do ensino e formação artística (sobretudo no que aos currículos diz respeito) ao quadro de oportunidades e exigências que marcam as actividades culturais. No que diz respeito ao panorama cultural regional, existem ainda dificuldades em assegurar uma maior projecção e visibilidade externa da maior parte dos actores, agentes e organizações associadas à actividade cultural e artística (não obstante a crescente aposta na internacionalização). Por outro lado, a criação de mecanismos de mercado em torno das actividades culturais e artísticas tem ainda uma estruturação e dimensão inadequadas.

Neste panorama, a Cultura nas suas diversas dimensões afigura-se como um vector incontornável do desenvolvimento regional. No rol das oportunidades a explorar e a potenciar neste contexto, contam-se:

- Investimentos e intervenções anteriores a rentabilizar e dinâmicas existentes a aproveitar;
- O aparecimento de novos públicos, com maiores graus de exigência, potenciando a geração de iniciativas de valorização e animação artística e cultural, com grande qualidade e regularidade;
- Progressivo aumento da esperança média de vida e da disponibilidade de tempos livres, que potencia a opção pela fruição de actividades de lazer e recreio, de actividades culturais e artísticas;

- Desenvolvimento de competências e criação de estruturas com recursos humanos qualificados, nas autarquias, direccionadas para o sector cultural;
- Progressiva multiplicação de actividades de serviços que se deslocalizam para regiões que possuam características culturais e disponibilidade de mão-de-obra qualificada;
- Desenvolvimento de novas formas de parceria público-privada e aposta em parcerias internacionais, gerando maior eficácia e eficiência no sector.

Por outro lado, uma estratégia de desenvolvimento regional pela cultura não pode ignorar que a localização privilegiada da Área Metropolitana de Lisboa, com uma situação de cruzamento central no eixo atlântico e periférica relativamente à Europa, lhe confere um posicionamento de singular cosmopolitismo. Na confluência de três continentes, esta qualidade advém da história e da cultura da região, ao longo dos últimos séculos, nos quais foram determinantes os seus bens próprios, a sua situação como interposto comercial, a fixação das populações e a valorização dos recursos paisagísticos e do património edificado e imaterial, testemunha dessa história e das tradições que a enformam.

Estas qualidades reforçam o posicionamento da região de Lisboa como destino turístico privilegiado, que constitui um relevante factor de competitividade para o sector cultural. Nesse sentido, a prioridade conferida à cultura deverá fomentar o estabelecimento de parcerias sinérgicas que associem a cultura, o património e o turismo. A programação de eventos regulares, que marquem a Região e a projectem à escala internacional, estará no centro dessa estratégia. A AML poderia capitalizar a sua vida nocturna, relacionando-a com as mais destacadas tradições culturais populares; afirmar e dinamizar a fixação de espaços culturais improváveis, em zonas degradadas, focalizando pontos de revitalização urbana; consolidar o equipamento museológico e patrimonial, relacionando conteúdos e espólios com a criação contemporânea e as artes ao vivo; expandir a oferta formativa especializada, de natureza artística pluridisciplinar; investir na divulgação em larga escala de eventos-âncora, que marquem a agenda cultural internacional; activar a rede de bibliotecas e centros de recursos com múltiplas actividades lúdicas e pedagógicas; activar circuitos de informação e acessibilidade e transportes nocturnos consentâneos com o consumo cultural intenso.

O investimento no património histórico e cultural e na arte e na criatividade contemporânea é determinante para o desenvolvimento sustentado e sustentável do sector da cultura e, pelo seu carácter transversal, para o crescimento económico e social da região. Por outro lado, as políticas para o sector cultural deverão ter a preocupação de acautelar, nos instrumentos de ordenamento do território, os usos nos espaços envolventes aos monumentos nacionais/imóveis de interesse público, viabilizando estratégias e objectivos integrados de salvaguarda e valorização do património, o que nem sempre tem acontecido até agora.

4.5 Energia

Portugal, e a AML segue a norma, é um país caracterizado por uma elevada dependência energética do exterior, já que importa a maior parte da energia primária que consome, principalmente no que concerne aos combustíveis fósseis, possuindo também um saldo importador de energia eléctrica.

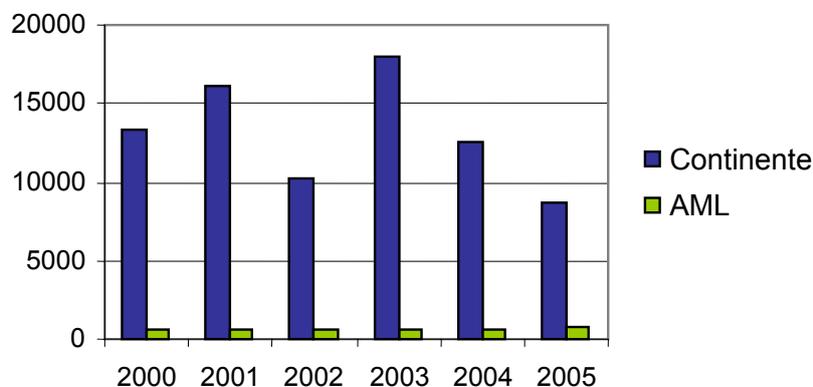
Porém, a questão da dependência energética surge hoje associada a dois factores de relevância crescente: o impacto do consumo de energia na actividade económica e a preservação ambiental.

As medidas de eficiência energética e a utilização das energias renováveis têm sido lentamente adoptadas quer por empresas quer por indivíduos, devido aos custos de investimento e ao desconhecimento das vantagens económicas, ambientais, de saúde e conforto que podem resultar de melhores práticas em termos de eficiência energética (de resto passíveis de induzir importantes efeitos multiplicadores na economia regional, com reflexos no emprego).

O Estado tem dado forte impulso com a promoção de normas obrigatórias de aumento da eficiência energética dos edifícios (onde há um baixo nível de conforto térmico) ou de incentivos à adopção de energias renováveis, porém ainda existe um défice estrutural muito acentuado. No entanto, os resultados começam a ser visíveis em anos mais recentes, por exemplo na crescente fatia de energia renovável no mix energético nacional.

A AML deve fazer um esforço na redução do consumo de electricidade e incrementar a produção de energias renováveis, pois verifica-se que a evolução da produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis é ainda bastante insignificativa na AML. O gráfico apresentado inclui a produção de energia hídrica, sendo esta de longe a maior fonte de energia renovável em Portugal; a região LVT não possui potencial para produção de energia hídrica, pelo que a produção endógena de renováveis terá que se basear no eólico, biomassa, ondas e biogás, sendo estas fontes sempre insuficientes para se obter uma parcela de renováveis semelhante ao todo nacional. A região LVT, densamente povoada, será sempre dependente da produção noutros pontos do país em maior proporção.

Figura 29. Evolução da energia eléctrica (GWh) produzida a partir de fontes renováveis (exclui a energia fotovoltaica) - 2006



FONTE: Lisboa 2020 Estratégia Regional, CCDR-LVT 2007, Direcção Geral de Energia 2006

Ao nível do consumo de electricidade na AML, o sector industrial constitui o maior utilizador de energia eléctrica (em especial as indústrias químicas, de cerâmica e vidro, e dos cimentos) seguido dos serviços. Nesse quadro, há que distinguir a realidade da Península de Setúbal, onde a indústria representa de longe a maior fatia do consumo, da Grande Lisboa, onde este papel recai sobre o sector terciário.

Em particular no sector da construção - que possui um papel particularmente importante, uma vez que a construção ou remodelação de edifícios segundo padrões de elevada eficiência energética terá um forte e duradouro impacto nos padrões de consumo de energia do sector domésticos e nos serviços - existe uma falta de cultura energética e ambiental latente. A opinião pública, por seu lado, é sensível sobretudo ao factor custo, condicionando as alternativas energéticas ao preço dos combustíveis fósseis nos mercados internacionais e os agentes económicos possuem em geral uma baixa sensibilização para os problemas energéticos e ambientais.

Um baixo índice de eficiência energética continua a ser uma das grandes fraquezas regionais, sendo os transportes um sector onde a ineficiência energética é extremamente elevada (nas AM de Lisboa e do Porto, entre 1991 e 2001, a utilização do transporte individual aumentou de 24% para 46%).

No entanto, a AML tem um potencial energético significativo. A energia solar, das ondas, eólica, biomassa florestal e agrícola e o biogás abrem um manancial com perspectivas de evolução que, se devidamente potenciadas, terão um papel significativo na oferta de energia na região, contribuindo para uma diminuição da dependência dos combustíveis fósseis. A microgeração (solar, eólica, AQS) pode ter um papel fundamental na redução do consumo de energia nos edifícios e no aumento da eficiência energética. Este potencial pode dinamizar a redução dependência energética externa, bem como repercutir-se positivamente na economia, na investigação e desenvolvimento e no emprego.

A região tem uma rede de transportes com uma cobertura razoável da população, mas torna-se imperativo que se melhore a rede de transportes públicos, no sentido de promover a intermodalidade e a mobilidade suave, particularmente como complemento do transporte individual.

O fomento das energias renováveis constitui uma das chaves para um futuro sustentável, fundamental para a preservação ambiental e para travar as alterações climáticas.

5. RECURSOS NATURAIS, AMBIENTE E RISCOS

A sustentabilidade ambiental constitui o único caminho para o futuro sendo que, a longo prazo, não haverá economias competitivas nem sociedades coesas se não assentarem o desenvolvimento nesta premissa.

A salvaguarda da sustentabilidade ambiental deverá ser encarada como parte integrante e indissociável do desenvolvimento sustentável, assente na interação / convergência de três domínios fundamentais: ambiental, económico e social. Tendo por base esta equação, importa proteger recursos fundamentais, nomeadamente os solos, as águas subterrâneas, as zonas ribeirinhas, a faixa litoral e os valores patrimoniais únicos, nos domínios ecológico, paisagístico, cultural e geo-estratégico, corporizados na Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 e monumentos nacionais.

Por outro lado, dever-se-á caminhar para a criação de mecanismos específicos / incentivos que induzam os agentes (empresas, autarquias e cidadãos) a adoptar atitudes / comportamentos “amigos do ambiente”.

5.1. Enquadramento

A Região da AML apresenta condições climatéricas e ambientais de grande amenidade e contém “riquezas” de âmbito natural, patrimonial e cultural caracterizadoras e diferenciadoras da Região.

A AML pode caracterizar-se pela existência de três espaços distintos que acentuam e enriquecem a diversidade paisagística e ambiental desta região, nomeadamente a orla costeira, o espaço rural e os estuários do Sado e do Tejo.

A orla costeira e as frentes ribeirinhas caracterizam-se por uma forte presença de usos e actividades humanas resultantes da sua grande extensão e da importância que estas assumem na vida da AML, em particular espaços de lazer e de recreio associados ao mar e estuários.

Os estuários do Tejo e Sado são espaços que identificam e diferenciam a AML pela sua dimensão territorial, pela importância geográfica, histórica, económica e ambiental.

O espaço rural, por se desenvolver preferencialmente na proximidade de recursos hídricos, constitui um espaço estratégico da AML não só pela dimensão espacial e actividades que comporta como também pelos recursos naturais associados.

Saber transformar estes recursos naturais e ambientais – preservando-os, valorizando-os e por outro lado utilizando-os numa óptica de especialização económica – numa vantagem competitiva efectiva, constitui um dos principais desafios que se colocam à AML, demonstrando que a sustentabilidade ambiental pode – e deve – ser um factor de modernização e de competitividade. Hoje, os grandes desafios ambientais da AML encontram-se ao nível da qualidade do ar, na gestão de resíduos sólidos urbanos, na utilização do recurso água, na gestão dos espaços verdes e das Áreas Protegidas, bem como outras áreas importantes do ponto de vista ecológico, na eficiência energética e na gestão da mobilidade.

5.2. Rede Ecológica Metropolitana

A Estrutura Metropolitana de Protecção e Valorização Ambiental constitui um domínio central que deve ser concretizado na definição da Rede Ecológica Metropolitana (REM) e nas áreas a estabilizar tendo em conta os recursos naturais estruturantes e decisivos para a sustentabilidade ambiental da AML. O sistema ecológico pretende, assim, funcionar com base na rede ecológica a qual constitui suporte e elemento de conectividade ecológica.

O PROT-AML publicado define uma REM que se destina a constituir um sistema de áreas e ligações que integram, envolvem e atravessam as unidades territoriais e o sistema urbano no seu conjunto. Com base na delimitação de Áreas Protegidas e Classificadas, nos elementos da estrutura verde, nos padrões de ocupação do solo, nos estudos e propostas do sector da conservação da natureza e dos recursos hídricos e dos solos, foi concebida no âmbito do PROT em vigor uma rede hierarquizada de áreas estruturantes e ligações ou corredores que constituem a REM (**Figura 30**), a qual integra áreas e corredores primários, áreas e corredores secundários e áreas e ligações vitais para o sistema ecológico metropolitano:

- A Rede Primária inclui quatro áreas estruturantes:
 - 1) Serra de Sintra e Litoral de Colares a Cascais – paisagem única na AML de grande diversidade e contraste paisagístico, tendo particular interesse do ponto de vista geomorfológico, florístico e faunístico.
 - 2) Estuário do Tejo – é o elemento central da AML e constitui uma área húmida de grande importância a nível nacional e europeu, apresentando uma biodiversidade muito elevada e diversidade paisagística, constituindo um elemento de referência simbólica da AML e em particular da cidade de Lisboa; Os principais conflitos e ameaças decorrem dos usos marginais que resultam das actividades localizadas na envolvente urbana e por funcionar como meio

receptor da Bacia Hidrográfica do Rio Tejo; Espaço com potencial para o desenvolvimento de actividades económicas e de lazer.

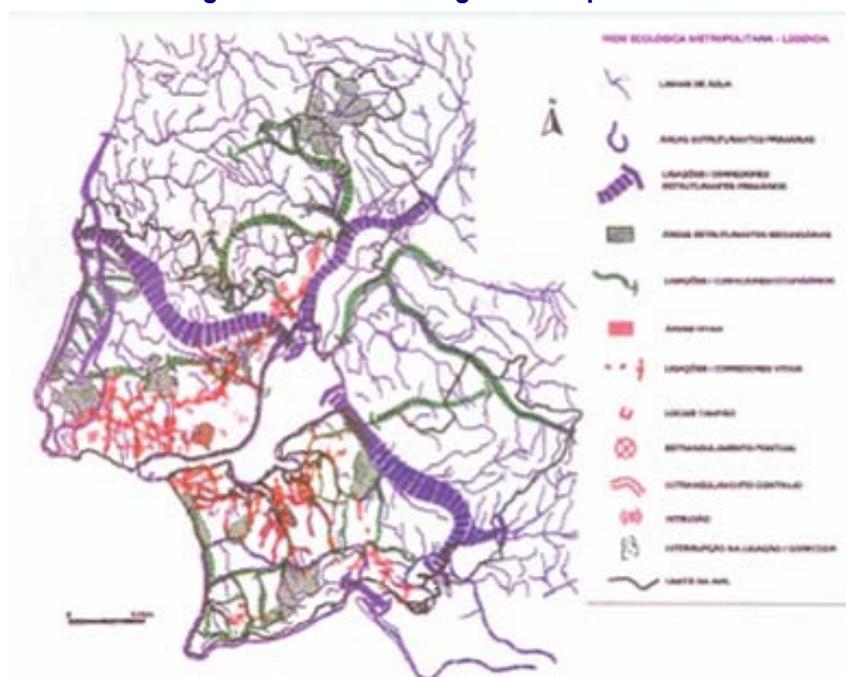
- 3) Estuário do Sado (somente a margem Norte do estuário faz parte da AML) – engloba não só uma extensa área húmida como também áreas terrestres de elevada importância; os principais conflitos decorrem das actividades económicas localizadas na sua envolvente que não atentam adequadamente ao funcionamento deste importante ecossistema.
- 4) Arrábida/Espichel/Matas de Sesimbra/Lagoa de Albufeira – é uma área de paisagem única com elementos extremamente diversificados, tanto do ponto de vista geológico e geomorfológico, como florístico, faunístico e paisagístico. Os factores de alteração de uso susceptíveis de pôr em causa os valores naturais existentes ocorrem na zona da lagoa de Albufeira, Santana e envolvente, e no contacto com as áreas urbanas a Norte e a Nascente. Esta unidade estruturante apresenta potencialidades para as actividades do turismo, recreio e lazer que no entanto deverão compatibilizar-se com os valores estratégicos de protecção ambiental.

Estas áreas primárias englobam as áreas mais importantes para a conservação da natureza na AML. Os corredores e ligações estruturantes primárias destinam-se a permitir a ligação entre os sistemas ecológicos, promovendo a conectividade regional, em particular para a fauna, e a transferência e troca de energia entre sistemas ecológicos diferentes, que lhes garanta consistência e sustentabilidade.

- A Rede Secundária inclui áreas e corredores ou ligações associados que possuem importância metropolitana e local para a sustentabilidade do modelo territorial. Constituem, na generalidade, espaços onde não predominam edificações ou infra-estruturas e possuem interesse e diversidade ecológica, incluindo matas de caducifólias ou perenifólias, vales e baixas aluvionares, encostas de vales de ribeiras encaixadas, as áreas florestais de Sintra, a serra da Carregueira, o vale de Loures, as matas de Mafra e Malveira, esteiros e valas que drenam para o estuário do Sado, a Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, pinhais da margem sul, entre outros. Estas áreas são importantes não apenas intrinsecamente, mas também no sentido da resolução de carências e remates no sistema urbano que lhes está próximo. Representam igualmente espaços limite para realização de ligações entre sistemas ecológicos dos diferentes níveis e para a separação de sistemas urbanos desordenados e contínuos. Estas áreas relacionam-se com os sistemas hidrológicos de forma significativa, sendo importantes no controle das cheias e na qualidade do ambiente metropolitano.
- As Áreas e Ligações/Corredores Vitais consistem fundamentalmente em espaços livres intersticiais de áreas urbanas consolidadas, não estruturadas, fragmentadas e desordenadas do território metropolitano. Estas deverão ser encaradas como vitais para a resolução de problemas e carências do sistema urbano já instalado, podendo vir a representar espaços de concretização de espaços

públicos, como zonas de lazer e recreio. As ligações e corredores vitais consistem fundamentalmente em linhas de água que evidenciam a sua parte final “tamponada” por edificações ou com estrangulamentos na parte final e ao longo do percurso, o que cria situações de risco de inundações.

Figura 30. Rede Ecológica Metropolitana



FONTE: PROT-AML, 2001

As alterações ocorridas nas áreas da rede secundária ou nas áreas vitais, desde a publicação do PROT até hoje, consistiram essencialmente na ocupação edificada de espaços anteriormente livres. Na generalidade, estas alterações tiveram como resultado uma diminuição da conectividade da REM e consequentemente diminuem a capacidade de se resolverem nesses locais, carências de espaços verdes, equipamentos e de remates urbanos criando cada vez mais áreas edificadas contínuas no território.

Os resultados preliminares obtidos, provenientes da revisão dos diferentes estudos sectoriais que contribuem para a REM, e em especial nos dos padrões de ocupação do solo, apontam para a existência de algumas alterações de ocupação em áreas que integram a REM, sobretudo naquelas incluídas na rede secundária e no conjunto das áreas vitais que não possuem estatutos de protecção legal. As áreas primárias, maioritariamente incluídas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas ter-se-ão mantido relativamente inalteradas em termos de valor ecológico desde a publicação do PROT-AML.

Algumas áreas vitais sofreram alterações, sobretudo por ocupação por novas construções, nos arredores de áreas densamente construídas. Estas alterações terão contribuído para a degradação, ou mesmo destruição, do seu valor ecológico.

5.3. *Conservação da Natureza*

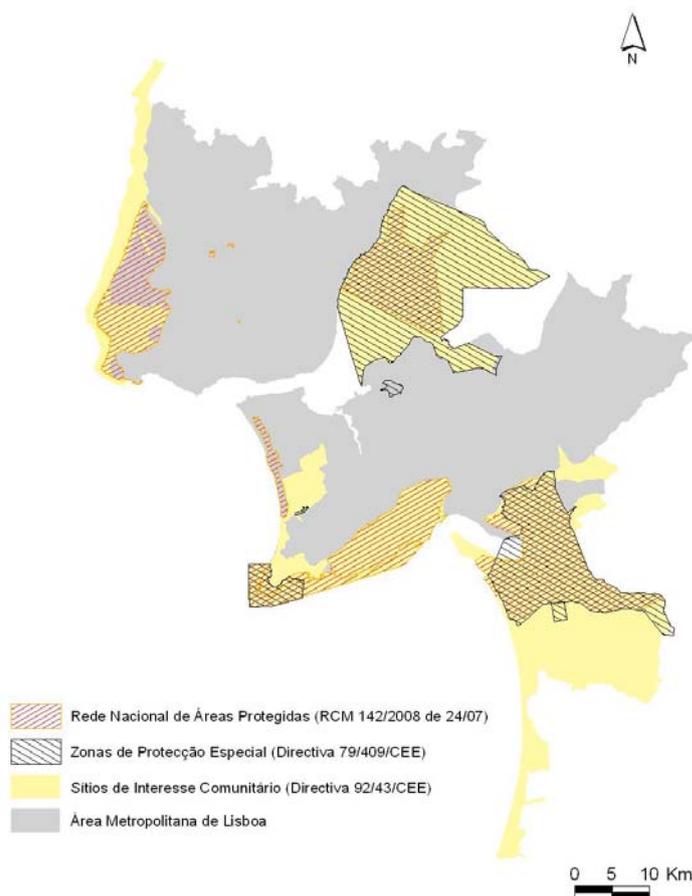
A AML inclui valores naturais muito significativos a nível nacional, sendo que muitos deles estão já incluídos no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, consignados pela RCM 142/2008 de 24 de Julho. O elevado interesse do ponto de vista da conservação e os altos níveis de biodiversidade que a região apresenta são reveladores da qualidade dos espaços naturais da região entre os quais se contam o litoral, os estuários e os espaços rurais. Estes constituem áreas diferenciadoras que permitem promover, externamente e de forma singular, este território, pelo que a sua salvaguarda tem que ser assumida como prioritária.

Torna-se necessário reforçar significativamente o conhecimento sobre os ecossistemas, através de estudos sistemáticos, com prioridade para as zonas incluídas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (que integra, nomeadamente, a Rede Nacional de Áreas Protegidas e as áreas classificadas integradas na Rede Natura 2000), no sentido de avaliar o valor social destas áreas e valorizar economicamente as funções ambientais. Acresce ainda que, apesar desta região ser das mais bem conhecidas do país do ponto de vista ecológico, persistem ainda lacunas de conhecimento sobre espécies e habitats, das quais a recente descoberta de uma nova espécie de peixe dulciaquícola na bacia do rio Trancão (*Chondrostoma olisiponensis*) constitui um exemplo paradigmático.

Importa, assim, mencionar os valores naturais existentes na AML que se encontram incluídos no Sistema Nacional de Áreas Classificadas:

- Rede Nacional de Áreas Protegidas: a Reserva Natural do Estuário do Sado; o Parque Natural da Serra da Arrábida; o Parque Marinho da Arrábida; o Sítio Classificado da Gruta do Zambujal ; a Reserva Natural do Estuário do Tejo; o Parque Natural de Sintra-Cascais; a Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica; o Sítio Classificado da Pedra Furada; o Sítio Classificado do Lapiás de Negrais; os Monumentos Naturais da Pedreira do Avelino, da Pedra da Mua e dos Lagosteiros; o Monumento Natural de Carenque.
- Zonas de Protecção Especial: o Estuário do Sado; o Estuário do Tejo; o Cabo Espichel que sobrepõem, pelo menos, em parte: as Áreas Protegidas do Estuário do Tejo, Sado e Sintra-Cascais; a Lagoa Pequena; o Açude da Murta.
- Sítios de Importância Comunitária: Sintra/Cascais; Estuário do Tejo; Estuário do Sado; Arrábida/Espichel; Fernão Ferro/Lagoa de Albufeira

Figura 31. Áreas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas, Zonas de Protecção Especial e Sítios de Importância Comunitária



FONTE: Relatório Sectorial

Na AML ocorrem várias espécies e habitats constantes nos anexos da Directiva 92/43/CEE nos Sítios de Importância Comunitária, dos quais se destacam vários habitats prioritários, que comprovam a sua raridade, e consequente importância, a nível nacional e internacional. Os tipos de habitats que devem ser considerados ecologicamente mais sensíveis correspondem na generalidade àqueles apresentados no actual PROT-AML, sendo estes, genericamente, os estuários, bancos de vasa e areia, esteiros, sapais, salinas, praias e dunas costeiras, lagoas de água doce, galerias ripícolas, matos e matagais, cursos de água, charnecas, charcos e lagoachos temporários, pinhais costeiros, falésias costeiras marinhas, áreas marinhas costeiras, montados, carvalhais de *Quercus faginea*, sistemas agrícolas e pastoris extensivos, culturas arvenses de regadio (arroz) e ainda alguns açudes e pequenas albufeiras

No que diz respeito à intervenção das actividades humanas sobre os ecossistemas naturais, estima-se que o agente que mais marcadamente determinou a perda de naturalidade e diversidade dos ecossistemas da AML tenha sido, até à data, a expansão urbanística iniciada na década de 50 do século

passado e a agricultura, tanto a nível da ocupação de áreas naturais como, mais recentemente, a nível da intensificação dos sistemas agrícolas.

A AML apresenta, ainda, importantes valores geológicos e geomorfológicos. No que respeita aos recursos existem jazidas de calcários, argilas e areias, em ambas as margens do Tejo, de grande interesse económico, factor que tem vindo a causar significativos impactes ambientais, uma vez que nem sempre tem sido garantida a sua correcta exploração. Verifica-se também a existência de sítios de interesse geológico (geomonumentos) com importância científica e paisagística que importa preservar.

5.4. Recursos Hídricos

A água é um dos recursos naturais mais importantes de qualquer região, que importa preservar e gerir de forma sustentável, acautelando a sua qualidade e quantidade. A AML apresenta uma dissimetria espacial bem marcada nesta matéria, entre os concelhos da margem norte do Tejo e os da margem sul. Na margem norte, os municípios são abastecidos na sua quase totalidade, em alta, pela EPAL, por água proveniente fora dos limites administrativos da AML e demasiado dependente de um ponto de abastecimento: a albufeira de Castelo de Bode. Segundo dados de 2005, fornecidos pela EPAL, as captações superficiais na albufeira de Castelo de Bode (bacia hidrográfica do Rio Zêzere) totalizam 67 % do total, seguindo-se as captações superficiais de Valada no Rio Tejo (20%), e as captações subterrâneas nas nascentes dos Olhos de Água do Rio Alviela (2%), e nas Lezírias e nos poços de Ota e Alenquer (11%).

Na margem sul, os municípios são abastecidos por captações subterrâneas no sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda.

Perante este cenário, e do ponto de vista do ordenamento do território, a gestão dos recursos hídricos na AML deverá considerar como prioridade estratégica:

- a) À escala regional, diminuir a excessiva dependência de um ponto de abastecimento de água para os concelhos da margem norte do Tejo (albufeira de Castelo do Bode, 67 %);
- b) Monitorizar as captações de água dos sistemas aquíferos, no sentido de evitar a sobre-exploração das suas reservas;
- c) Às escalas regional e municipal, continuar a política de melhoria progressiva de tratamento das águas residuais tendo em vista a diminuição da contaminação das águas superficiais e subterrâneas;
- d) À escala municipal, salvaguardar áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos (pertencentes à REN) no sentido de garantir a renovação das suas reservas de água e de evitar a sua contaminação.

Esta última prioridade constitui um enorme desafio para os municípios da margem sul do Tejo, que possuem vastas áreas dos respectivos territórios sobre o sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, e que dele são dependentes.

A AML estende-se por três Regiões Hidrográficas (RH) às quais pertencem as bacias das Ribeiras do Oeste (RH 4), do Rio Tejo (RH 5) e do Rio Sado (RH 6).

A AML contém, ainda, nos seus limites administrativos, o delta interior do Tejo e o estuário do Tejo. O delta interior do Tejo suporta várias áreas húmidas de enorme importância pela sua biodiversidade e, em conjunto com o estuário, constitui não só uma componente essencial da paisagem da AML (recurso paisagístico) mas também uma área de abrigo com excelentes condições portuárias.

Constitui-se como uma região particularmente rica em recursos hídricos subterrâneos, cuja distribuição geográfica apresenta um evidente contraste norte-sul, ocupando essencialmente a Península de Setúbal. O território da AML estende-se por duas unidades hidrogeológicas: Bacia Terciária do Tejo e Sado e Orla Sedimentar Ocidental. Possui quatro sistemas aquíferos, três detriticos na Bacia Terciária do Tejo e Sado (T1 – Bacia do Tejo-Sado/Margem Direita; T3 – Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda; T7 - Aluviões do Tejo) e um cársico na Orla Ocidental (O28 – Pizões-Atrozela). À excepção do último, os sistemas aquíferos da Bacia do Tejo e Sado estendem-se por outras regiões administrativas, a saber: região do Oeste e Vale do Tejo (T1, T3 e T7) e Alentejo (T3). Esta partilha de aquíferos implica, ao nível territorial, uma cuidadosa gestão integrada destas importantes reservas de água subterrânea.

Pela extensão que ocupa dentro da AML (estende-se por 10 dos 18 concelhos), destaca-se o sistema aquífero da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, cuja importância estratégica é, não só de âmbito regional, mas também nacional, pelas reservas de água subterrânea extraíveis que possui (53 % do total de Portugal continental; Lobo Ferreira *et al*, 1995). É um sistema multicamada, constituído por depósitos terciários, sobreposto por unidades hidrogeológicas quaternárias. É a origem do abastecimento de água a importantes núcleos populacionais, à indústria e à agricultura, nos concelhos localizados na margem sul do Tejo, que possuem captações subterrâneas próprias, geridas localmente.

O alastramento da urbanização, observado nas últimas décadas na Península de Setúbal, bem como o previsível alargamento das áreas impermeabilizadas, com a localização na margem sul do novo aeroporto internacional de Lisboa, põem em risco a infiltração da água na zona vadosa e, como tal, a recarga e renovação das reservas de água deste sistema aquífero. Acresce a esta situação o aumento previsível da pressão humana sobre este sistema, quer devido a novas captações de água, quer ao risco de contaminação das suas reservas de água pelas diversas actividades humanas.

A protecção e requalificação dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, devem constituir uma prioridade fundamental para a Região. Na AML a maioria das zonas balneares apresenta uma boa qualidade da água e são galardoadas com a Bandeira Azul, o que reflecte um cenário positivo. A orla

costeira e as frentes ribeirinhas, com uma presença determinante na região quer a nível de extensão, quer de qualidade, reforçam a vocação desta área como grandes espaços de lazer e recreio.

As áreas de recarga de aquíferos e as zonas húmidas ribeirinhas, incluindo leitos de cheia, devem ser eficazmente protegidas e as intervenções que apresentem potenciais efeitos negativos nos recursos hídricos devem ser limitadas. Neste contexto, o aquífero profundo do Tejo assume especial importância e, portanto, a qualidade e sustentabilidade devem ser absolutamente garantidas, através da protecção das zonas de recarga e das áreas subjacentes e do controlo das utilizações do aquífero.

Salienta-se a importância da existência de sistemas regionais permanentes de planeamento e de gestão dos recursos hídricos, no sentido de promover a optimização do uso da água e de racionalizar os investimentos.

O Estuário do Tejo é o maior de Portugal e um dos mais importantes da costa atlântica europeia, com uma área total de 325 km², dos quais 261 km² cobertos por água, e uma largura máxima de 15 km. A sua Reserva Natural ocupa 14.560 ha, abrangendo uma extensa área de zonas húmidas (superfícies estuarinas, sapais, lamas, salinas, mouchões e terrenos agrícolas), habitat de importantes espécies de fauna e flora fundamentais para o ecossistema.

A sul da península de Setúbal, o Estuário do Sado estende-se por uma paisagem muito diversificada, onde se encontram grandes herdades de exploração agrícola e florestal, áreas de pesca e de apanha de moluscos e crustáceos, saliniculturas e aquaculturas extensivas, a par da ocupação urbana, de áreas de recreio e lazer e mesmo de espaços naturais ainda pouco explorados, como as dunas litorais, os sapais, lagoas e caniçais.

Como resultado da decadência das actividades e usos tradicionais e da emergência de novos usos que impõem modificações e adaptações às estruturas e paisagens tradicionais, os estuários têm vindo a sofrer intervenções no sentido da sua transformação (recuperação e reconversão) ainda longe de se alcançar uma situação ambientalmente desejável.

Em consequência do processo de intensificação tecnológica que tem caracterizado a evolução dos sistemas de produção agro-florestal e agro-industrial, tem-se verificado em áreas da LVT um acentuado crescimento dos desequilíbrios agro-ambientais, particularmente associados ao sistema hidrográfico existente e à sensibilidade dos ecossistemas em presença. Destacam-se, assim, como aspectos centrais às questões agro-ambientais as seguintes problemáticas:

- A poluição de origem agrícola e agro-industrial;
- A paisagem natural nas suas relações com as mudanças na agricultura e infra-estruturas de suporte;
- A manutenção da bio-diversidade e dos habitats para a vida selvagem, no seu relacionamento com as práticas agrícolas.

Neste contexto, importa compatibilizar as tecnologias de produção com a necessidade de evitar riscos ambientais decorrentes da exploração intensiva e viabilizar sistemas de produção capazes de assegurar uma adequada valorização dos recursos naturais.

5.5. Qualidade do Ar

A qualidade do ar ambiente constitui actualmente um dos temas ambientais de maior preocupação devido aos efeitos adversos de alguns poluentes atmosféricos na saúde humana e no ambiente. Esta componente ambiental é particularmente importante em zonas urbanas, onde os níveis de poluentes atmosféricos são normalmente mais elevados e é maior a quantidade de população exposta.

Na maior parte dos casos, a degradação da qualidade do ar é provocada pela emissão de substâncias para a atmosfera resultantes das actividades humanas, sendo as principais fontes de poluição os transportes rodoviários, as grandes instalações de combustão, tais como as centrais termoeléctricas e outras unidades industriais. Os poluentes atmosféricos podem também ser emitidos por fontes naturais como os incêndios florestais.

Depois de emitidos para a atmosfera, os poluentes são submetidos a processos complexos de transporte, mistura e transformação química que dão origem a uma distribuição variável das suas concentrações, tanto no espaço como no tempo.

Em meio urbano as concentrações dos poluentes atmosféricos variam em função das condições meteorológicas (temperatura, vento e precipitação, por exemplo), topográficas e da distribuição e actividade das fontes emissoras. Os poluentes apresentam, assim, variações cíclicas diárias, semanais e sazonais, grandemente influenciadas por estes dois factores.

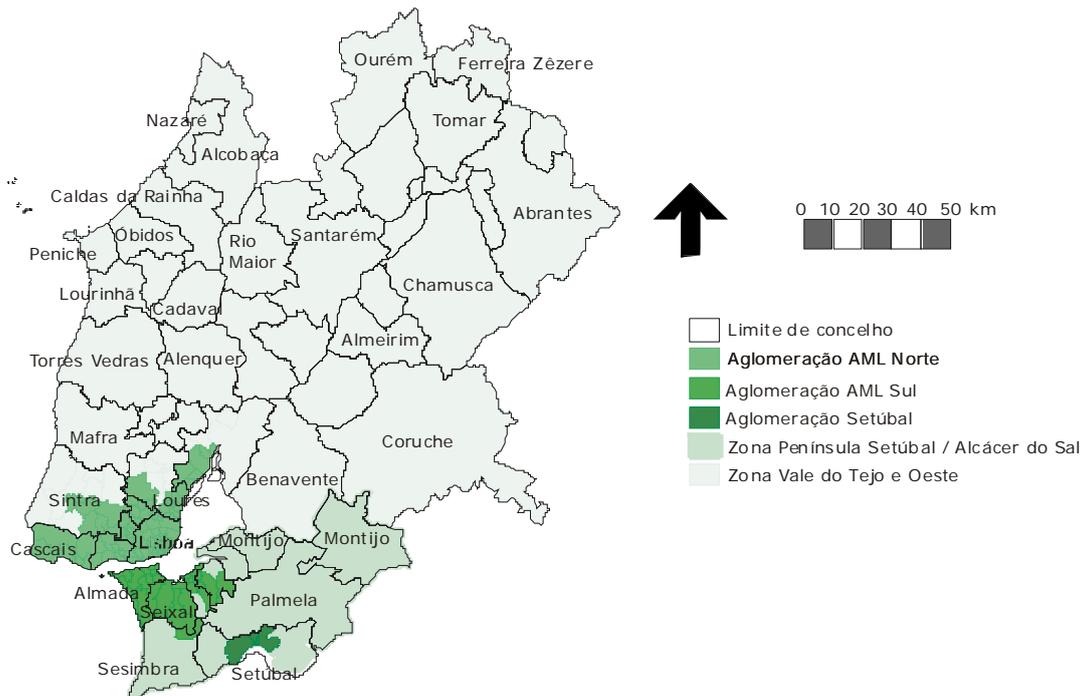
Avaliação da Qualidade do Ar na AML

A avaliação da qualidade do ar constitui um elemento chave da política de controlo da poluição atmosférica ao nível local e regional, sendo efectuada no âmbito do quadro regulamentar definido pelo Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho, que transpõe para o direito interno a Directiva Quadro da Qualidade do Ar (Directiva 96/62/CE, de 27 de Setembro). Este diploma definiu os princípios e normas gerais da avaliação e da gestão da qualidade do ar, visando evitar, prevenir ou limitar as emissões de certos poluentes atmosféricos, bem como os efeitos nocivos desses poluentes sobre a saúde humana e sobre o ambiente na sua globalidade.

Para efeitos de avaliação e gestão da qualidade do ar, o território nacional foi dividido em aglomerações e zonas. Sob a jurisdição da CCDRLVT estão as aglomerações da Área Metropolitana de Lisboa Norte (AMLNorte), Área Metropolitana de Lisboa Sul (AMLSul) e Setúbal e duas zonas, Vale do Tejo e Oeste e

Península de Setúbal/Alcácer do Sal, sendo esta última, uma zona de intervenção mista da CCDR-LVT e da CCDR-Alentejo (**Figura 32**).

Figura 32. Delimitação das zonas e aglomerações da RLVT



FONTE: CCDR-LVT, 2005

Segundo o Decreto-Lei n.º 276/99 define-se uma zona como sendo uma área geográfica de características homogéneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional e uma aglomeração como uma zona caracterizada por um número de habitantes superior a 250 000 ou em que a população seja igual ou fique aquém de tal número de habitantes, desde que não inferior a 50 000, sendo a densidade populacional superior a 500 habitantes/km².

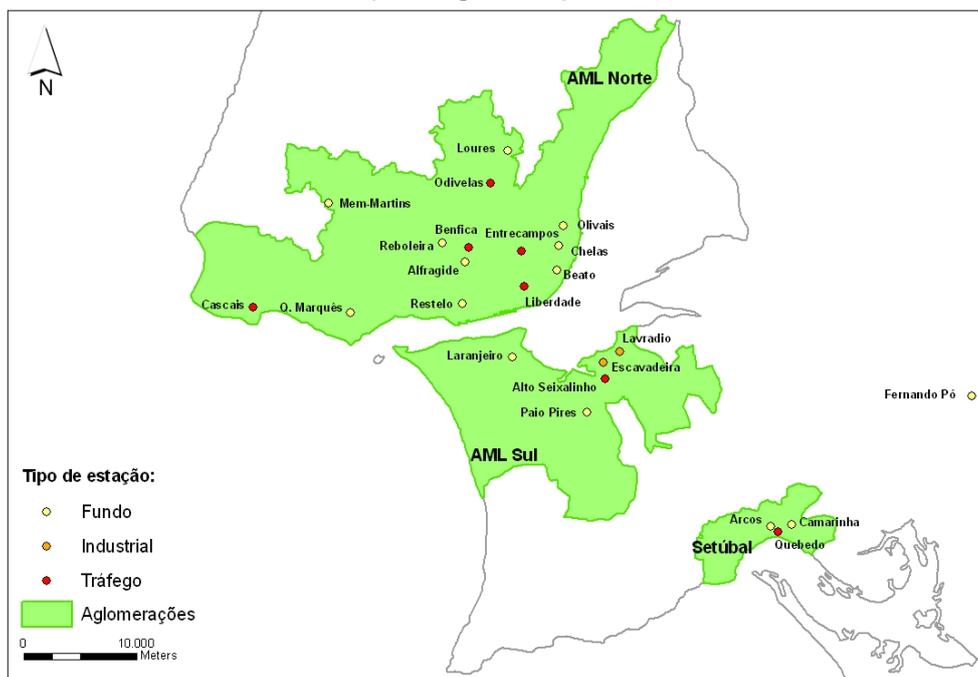
O estado da qualidade do ar na AML é regularmente avaliado a partir das medições de um conjunto de poluentes atmosféricos efectuadas continuamente em várias estações de monitorização de características distintas (estações de tráfego, estações de fundo e estações industriais). A monitorização efectuada através da rede de estações fixas tem sido complementada através da realização de campanhas de medição periódicas, que têm permitido avaliar as concentrações de determinados poluentes em zonas onde a sua medição não é assegurada pela Rede de Monitorização da Qualidade do Ar (RMQA) e conhecer a distribuição

espacial das concentrações de poluentes. A realização de inventários de emissões, onde são identificadas as fontes poluidoras e quantificadas as emissões de poluentes atmosféricos têm constituído também uma ferramenta da maior importância para avaliação e gestão da qualidade do ar na região.

Diagnóstico da Qualidade do Ar

Nas estações da RMQA da CCDR-LVT localizadas na AML (**Figura 33**) são continuamente medidas as concentrações dos poluentes CO, NO_x (NO e NO₂), SO₂, O₃, compostos orgânicos voláteis (BTX) e partículas PM10 e PM2.5.

Figura 33. Mapa da rede de monitorização da qualidade do ar (estações em funcionamento em 2007) nas aglomerações da RLVT

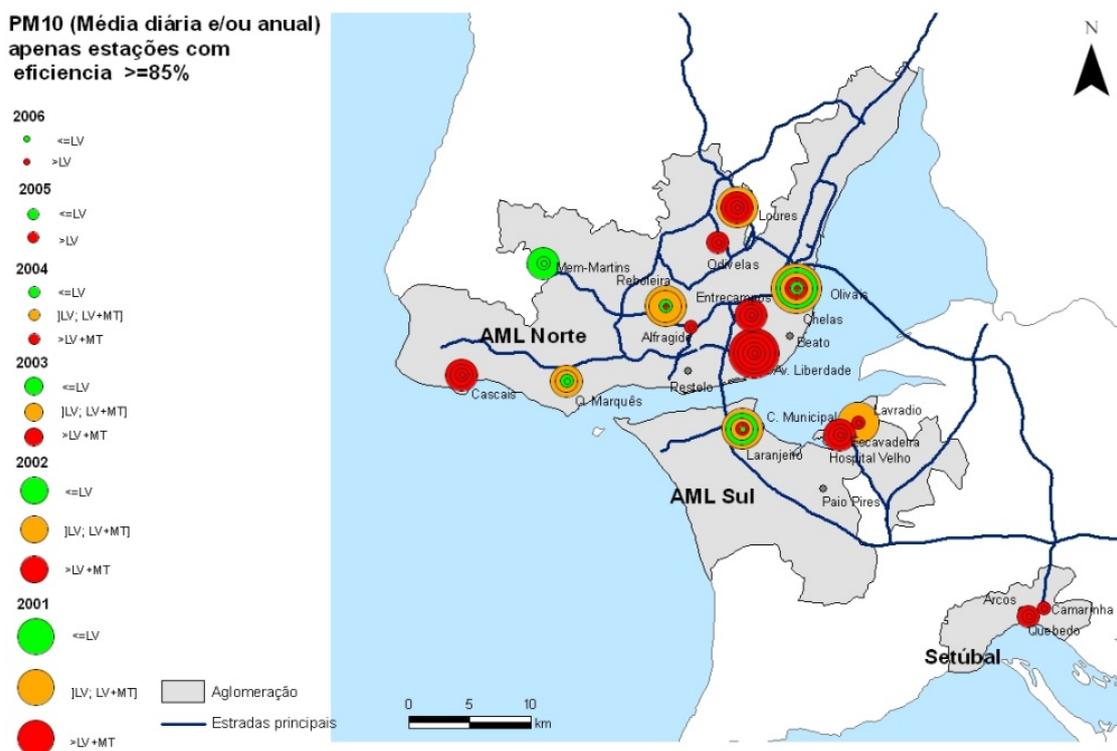


FONTE: CCDR-LVT e FCT-UNL, 2007

A qualidade do ar ambiente nas três aglomerações da AML tem apresentado, desde 2001, concentrações genericamente elevadas de partículas PM10 (fracção PM10 - partículas com diâmetro aerodinâmico equivalente inferior a 10 µm) e, pontualmente, de NO₂, sobretudo na cidade de Lisboa (Fig. 35 e Fig. 36). Note-se que, enquanto que para o NO₂ o valor limite só entra em cumprimento em 2010, para as PM10 os valores limite estão em vigor desde 2005, tendo já terminado o período ao qual era aplicável uma margem de tolerância.

As excedências aos valores limite de protecção da saúde humana para as partículas PM10 (valor limite diário e anual) têm sido observadas em todas as aglomerações e em várias estações, com alguma predominância nas estações de tráfego. A situação mais grave tem sido registada na estação de monitorização da Av. da Liberdade, onde o valor limite diário ($50 \mu\text{g}/\text{m}^3$) chegou a ser superado mais de 180 dias em 2005, situando-se nos últimos anos em algumas dezenas de dias acima do permitido na legislação (são apenas permitidas 35 excedências no ano).

Figura 34. Situação face à legislação das partículas PM10 (respeito pelos valores limite - VL e valores limite com margem de tolerância - MT) nas estações de monitorização de qualidade do ar da AML (2001-2006)



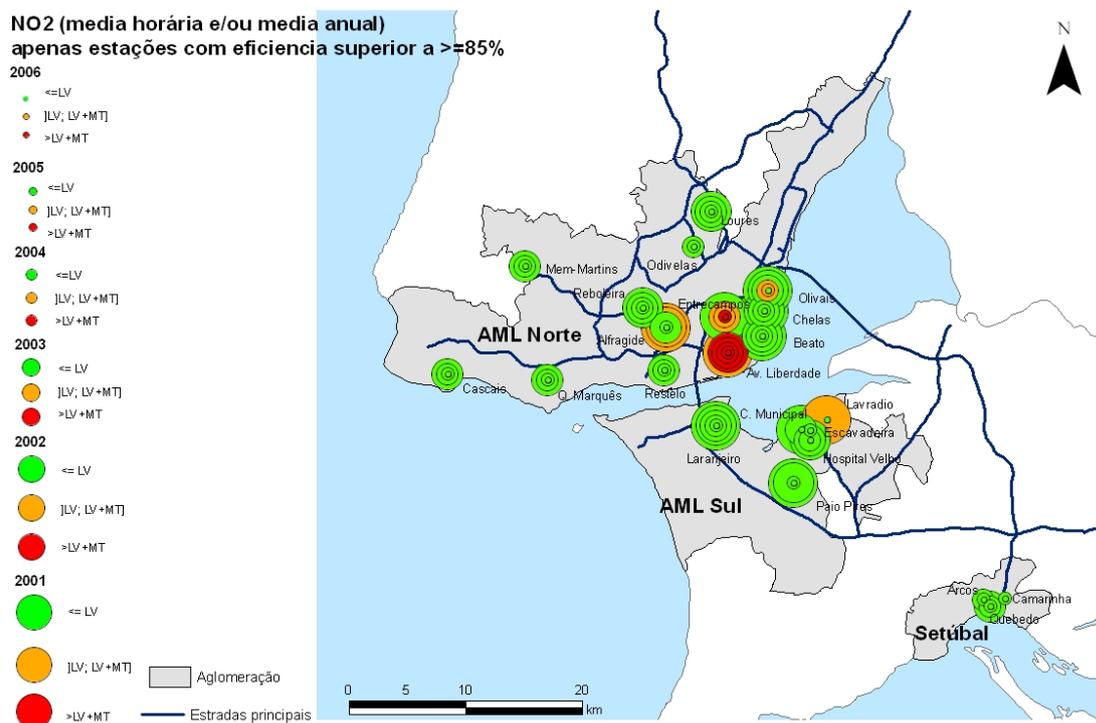
FONTE: CCDR-LVT e FCT-UNL, 2007

No que concerne ao O_3 têm sido registadas excedências aos objectivos a longo prazo (para cumprimento em 2020) e ao limiar de informação ao público, em praticamente em todas as estações com medições deste poluente e em todas as aglomerações.

Os episódios de poluição fotoquímica, caracterizados por concentrações elevadas de ozono troposférico, são frequentes no período de Verão, encontrando-se as situações mais graves associadas à ocorrência de ondas de calor. Estas situações resultam de uma conjugação de factores naturais e resultantes da actividade humana, já que a produção de ozono é consequência de um conjunto de reacções químicas

envolvendo poluentes primários (óxidos de azoto e compostos orgânicos voláteis principalmente emitidos pelo tráfego automóvel), sob acção da radiação solar e favorecidas por elevadas temperaturas.

Figura 35. Situação face à legislação do NO₂ (respeito pelos valores limite - VL e valores limite com margem de tolerância - MT) nas estações de monitorização de qualidade do ar da AML (2001-2006)



FONTE: CCDR-LVT e FCT-UNL, 2007

Relativamente ao SO₂, no período 2001-2007, verificaram-se também algumas situações de excedências aos valores limite legislados na AML Sul. Estas excedências registaram-se nas estações localizadas no concelho do Barreiro tendo como origem as emissões das unidades industriais aí localizadas. Nos anos de 2003 e 2007 observaram-se episódios de poluição particularmente graves para este poluente, tendo sido mesmo ultrapassado o limiar de alerta à população fixado para este poluente.

Apesar das situações de excedência observadas nos últimos anos, a par da redução das emissões dos poluentes atmosféricos analisados, tem-se verificado igualmente uma redução das concentrações dos poluentes monitorizados, sobretudo dos valores máximos.

A análise detalhada dos dados da RMQA, o inventário de emissões atmosféricas na RLVT e diversos estudos realizados nos últimos anos permitiram concluir que os níveis mais elevados de partículas PM10 e de NO₂ são essencialmente consequência das elevadas emissões associadas à circulação do tráfego automóvel, resultando igualmente de condições meteorológicas muito particulares, as quais entre outros

efeitos induzem o transporte de poeiras de desertos norte - africanos com alguma frequência. Para além desta fonte de partículas, as concentrações deste poluentes sofrem ainda a influência de outras fontes naturais como os incêndios florestais.

A análise das situações, em que se verificaram excedências aos valores limite de PM10 na AML, permitiu demonstrar que os episódios de má qualidade do ar, associados a elevadas concentrações deste poluente, estão mais relacionados com situações sinópticas em que a corrente é do quadrante Leste, sobretudo de NE, e situações de anticiclone, isto é, de calma à superfície.

Do conjunto de poluentes regulamentados, o ozono e as partículas PM10 têm sido reconhecidos como os mais importantes em termos de efeitos na saúde humana. A exposição a concentrações elevadas de ozono pode causar uma série de efeitos na saúde, desde pequenas irritações do aparelho respiratório até à morte prematura. Elevadas concentrações de partículas inaláveis (PM10 e sobretudo PM2.5) estão associadas a problemas respiratórios agudos e crónicos, a doenças cardiovasculares e ao agravamento das crises de asma. As partículas podem também transportar na sua superfície poluentes potencialmente tóxicos ou carcinogénicos.

Planos e Programas para Melhoria da Qualidade do Ar

Os valores dos poluentes atmosféricos NO₂, SO₂ e PM10 observados no período 2001-2007 nas aglomerações da AML podem pôr em causa a saúde pública e, face à legislação, obrigam ao desenvolvimento dos denominados Planos de Melhoria da Qualidade do Ar e respectivos Programas de Execução. Estes Planos têm como objectivo garantir o cumprimento dos valores limite nas datas estabelecidas, através da implementação de medidas de redução das emissões de poluentes atmosféricos. A CCDR-LVT elaborou o Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo, aplicável às aglomerações da Área Metropolitana de Lisboa Norte, Área Metropolitana de Lisboa Sul e Setúbal nas quais se registaram níveis dos poluentes, partículas PM10 e NO₂ (apenas na primeira das aglomerações referidas), superiores aos valores limite, acrescidos da respectiva margem de tolerância.

Tendo em conta que a maioria dos problemas de qualidade do ar ambiente na AML são gerados pelas emissões do sector dos transportes, resultado do aumento do número de deslocações efectuadas, especialmente recorrendo ao transporte individual, cuja utilização tem vindo a crescer substancialmente nos últimos anos, bem como do aumento do número de quilómetros percorridos por cada veículo, as políticas e medidas definidas no referido Plano incidem nas questões de mobilidade na AML, em particular no sector do transporte rodoviário.

O Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo foi aprovado pela Portaria n.º 715/2008, de 6 de Agosto estando neste momento a ser finalizados os trabalhos para apresentação da proposta de Programa de Execução do mesmo, no qual serão definidas as acções a realizar para a

sua concretização e respectiva calendarização, as entidades responsáveis pela execução dessas acções, bem como os indicadores para avaliar a sua eficácia.

5.6. Riscos

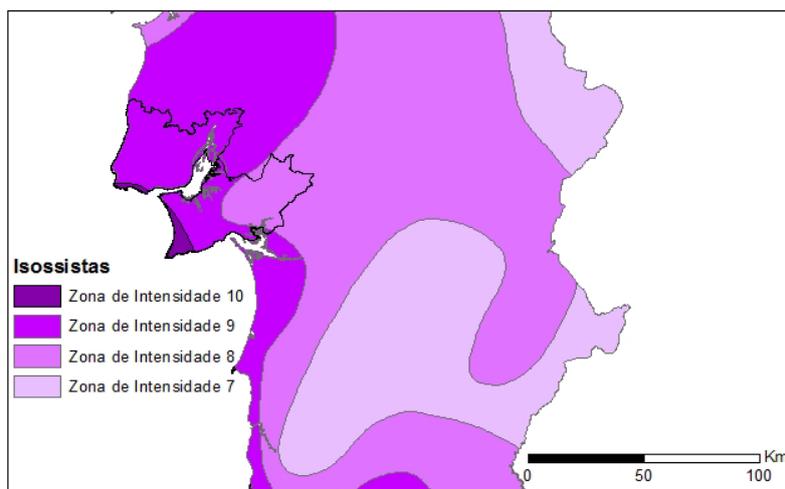
A AML encontra-se exposta a um leque variado de perigos, designadamente naturais, tecnológicos e ambientais.

Os Perigos naturais correspondem a ocorrências associadas ao funcionamento dos sistemas naturais (e.g., sismos, movimentos de massa, erosão do litoral, cheias e inundações).

Sismos

A AML situa-se nas zonas de maior intensidade sísmica de Portugal continental (**Figura 36**). A perigosidade sísmica é elevada devido, não só à proximidade de estruturas activas submarinas que marginam o território continental português a SW e a S, mas também à zona de falhas do vale inferior do Tejo.

Figura 36. Intensidade Sísmica máxima na AML

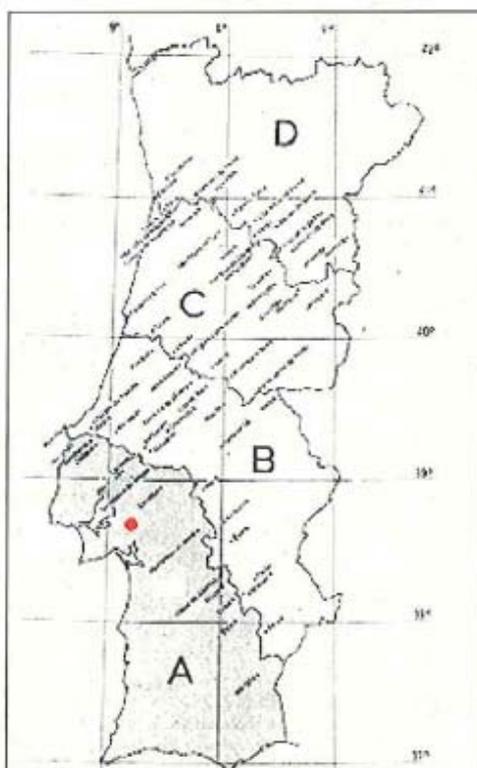


FONTE: Relatório da Equipa

De acordo com o Regulamento de Segurança e Acções para Estruturas de Edifícios e Pontes de 1983, a AML enquadra-se na zona A do referido zonamento (**Figura 37**), ou seja, na de maior risco.

Embora os sismos de magnitude muito elevada tenham uma probabilidade de ocorrência baixa, o risco sísmico da AML é bastante elevado, atendendo à elevada exposição e vulnerabilidade dos elementos em risco, associada à grande concentração população, de infraestruturas e de actividades económicas.

Figura 37. Mapa de delimitação das zonas sísmicas de Portugal continental

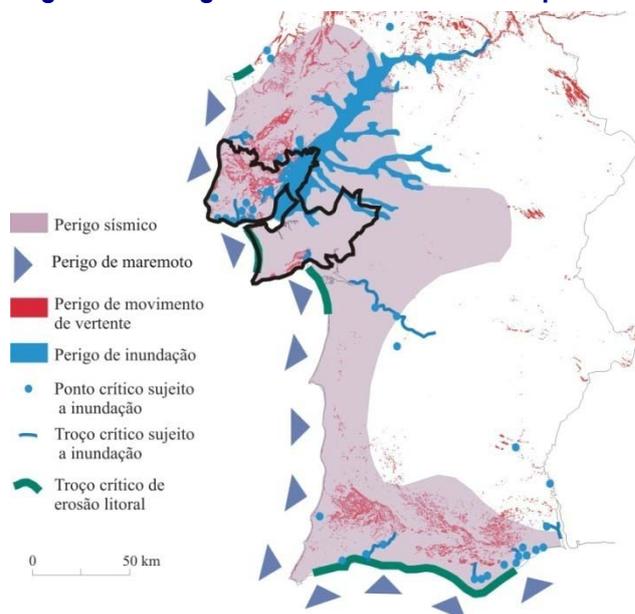


FONTE: RSAEEP, 1983

Maremotos (tsunamis)

A geração de maremotos (tsunamis) associados a eventos sísmicos com epicentro no mar, mas também a movimentos de vertente e erupções vulcânicas submarinas, pode ter consequências devastadoras nas áreas costeiras. Tendo por base a simulação modelística do maremoto gerado pelo sismo de 1755 a faixa costeira da AML é muito susceptível à ocorrência de inundações devidas a maremotos (**Figura 38**), particularmente nos troços de costa baixa arenosa e nos estuários. Em situação particularmente desfavorável encontram-se Setúbal, Sesimbra, Costa da Caparica, Trafaria, Lisboa e Costa do Estoril.

Figura 38. Perigos Naturais na Área Metropolitana de Lisboa



FONTE: Relatório da Equipa

Movimentos de Massa em Vertentes

Os movimentos de massa em vertentes, classificados de acordo com o tipo de mecanismos de deslocação, incluem os desabamentos (quedas), tombamentos (balançamentos), deslizamentos (escorregamentos), escoados (fluxos), expansões laterais e movimentos complexos.

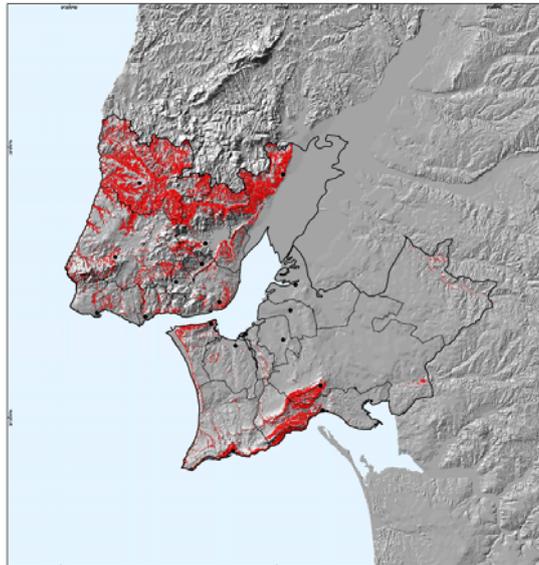
Na margem Norte da AML os movimentos de massa são controlados fundamentalmente pela litologia, estrutura geológica e condições hidrogeológicas, enquanto o declive é um factor secundário. Nestas áreas, destacam-se 3 unidades litológicas mais susceptíveis à instabilidade das vertentes, nomeadamente a deslizamentos: (i) sequências de margas, argilas, areias e arenitos do Cretácico superior; (ii) sequências de calcários e margas do Cretácico médio; (iii) sequências margo-calcárias do Jurássico superior.

Na Margem Sul da AML os movimentos de massa têm uma distribuição relativamente circunscrita, condicionada simultaneamente pelo declive e pela litologia. Os terrenos de idade miocénica constituem a unidade litológica mais problemática, pela elevada susceptibilidade a deslizamentos superficiais e profundos, que afectam principalmente perfis de alteração, depósitos coluviais e depósitos de antigos movimentos de massa. Na parte superior das vertentes, onde o declive é mais forte, têm origem movimentos de desabamento e tombamento.

Os movimentos de massa em vertentes ocorridos na AML, num passado recente, foram maioritariamente desencadeados pela precipitação. As chuvas intensas e concentradas desencadeiam deslizamentos superficiais, frequentemente com evolução para escoada, e movimentos associados ao trabalho de sapa dos cursos de água. As chuvas abundantes e prolongadas no tempo têm sido responsáveis pelo

desencadeamento de deslizamentos rotacionais, translacionais e movimentos complexos com planos de ruptura mais profundos. As áreas susceptíveis à instabilidade de vertentes na AML encontram-se essencialmente no sector NW da AML e no sector Sul, correspondente à Cadeia da Arrábida (**Figura 39**).

Figura 39. Áreas de instabilidade de vertentes na AML



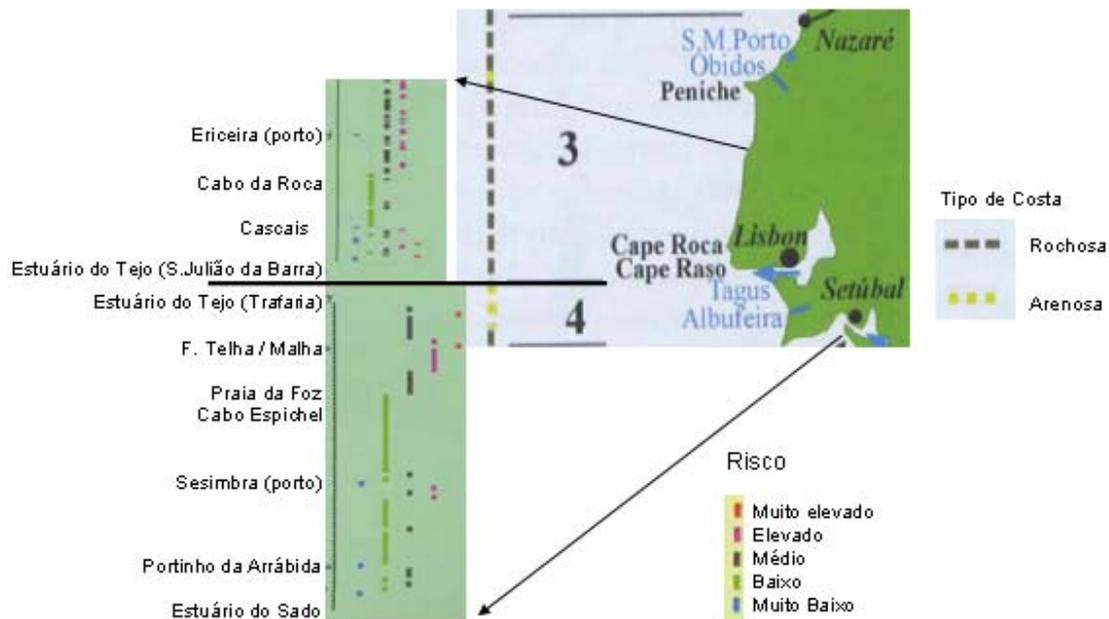
FONTE: Relatório da Equipa

Erosão do litoral

O litoral da AML reparte-se por dois sectores, um a norte do estuário do Tejo e outro entre os estuários do Tejo e do Sado.

Os troços de litoral submetidos a erosão marinha mais intensa correspondem às áreas de costa baixa arenosa; todavia, os sistemas costeiros de arriba e de praia-arriba, sendo, à partida, menos susceptíveis à erosão marinha que os anteriores (sistemas de praia ou de praia-duna), podem apresentar um risco de erosão elevado, dependendo da natureza e da disposição estrutural dos materiais em que a arriba é talhada. Estas arribas podem estar sujeitas a movimentos de vertente de tipo desabamento e deslizamento, como acontece em vários troços do litoral da Península de Lisboa. Daqui resulta que o litoral da AML apresente um risco de erosão médio-elevado (**Figura 40**).

Figura 40. Risco de erosão costeira na AML



FONTE: Relatório da Equipa

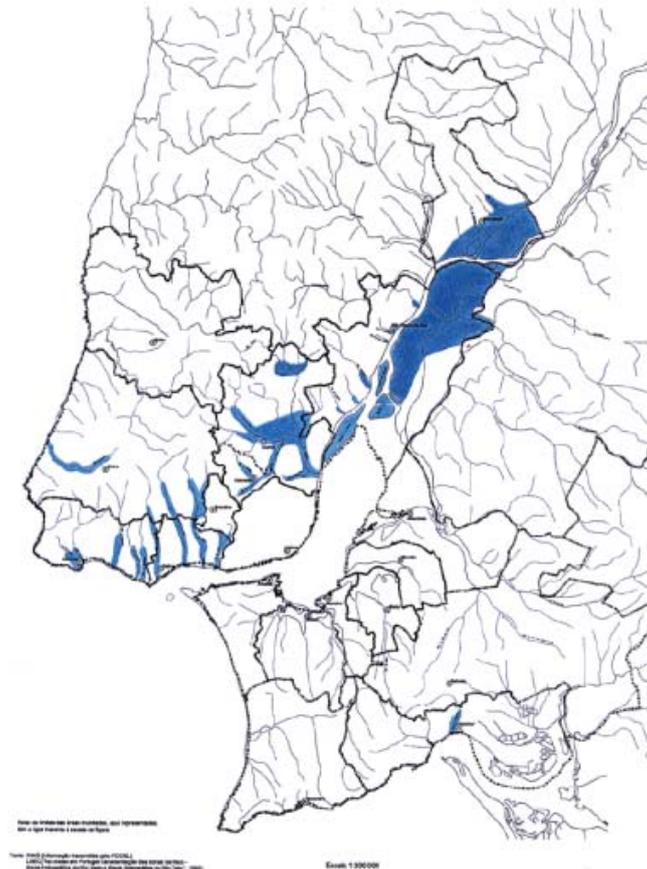
Cheias e inundações

As cheias são fenómenos naturais extremos e temporários, quase sempre provocados por precipitações excessivas que fazem aumentar o caudal dos cursos de água, originando o transbordo do leito ordinário e a inundação das margens e áreas circunvizinhas, que se encontram frequentemente ocupadas por actividades humanas.

Na AML, as cheias (**Figura 41**) podem ser desencadeadas por:

- Períodos chuvosos que se prolongam por várias semanas, diminuindo drasticamente o efeito regularizador das barragens, que podem potenciar picos de cheia com as respectivas descargas. Estas situações verificam-se no Rio Tejo e afectam sobretudo o concelho de Vila Franca de Xira.
- Episódios de precipitação muito intensa e concentrada em algumas horas, provocando cheias rápidas, as quais afectam pequenas bacias hidrográficas de reduzido tempo de concentração, que podem ser mortíferas, especialmente nas áreas densamente urbanizadas e com ocupação indevida dos leitos de cheia e afectam essencialmente as pequenas bacias hidrográficas entre os concelhos de Cascais e Azambuja.

Figura 41. Áreas sujeitas a inundação na AML para cheias com período de retorno entre 10 e 100 anos



FONTE: Relatório da Equipa

Outros perigos naturais devidos a causas meteorológicas (nevoeiro, chuvas intensas)

O nevoeiro constitui um perigo potencial para as condições de circulação, nomeadamente as rodoviárias e aéreas. A AML está sujeita à ocorrência de dois tipos diferentes de nevoeiro.

As chuvas intensas constituem também um perigo potencial para as condições de circulação, para além de originarem inundações urbanas em áreas com condições de drenagem insuficientes e cheias rápidas nas bacias hidrográficas de pequena dimensão.

Os Perigos tecnológicos potenciam acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da actividade humana (e.g., potencial de acidentes industriais, potencial de acidentes no transporte de substâncias perigosas);

Potencial de acidentes industriais

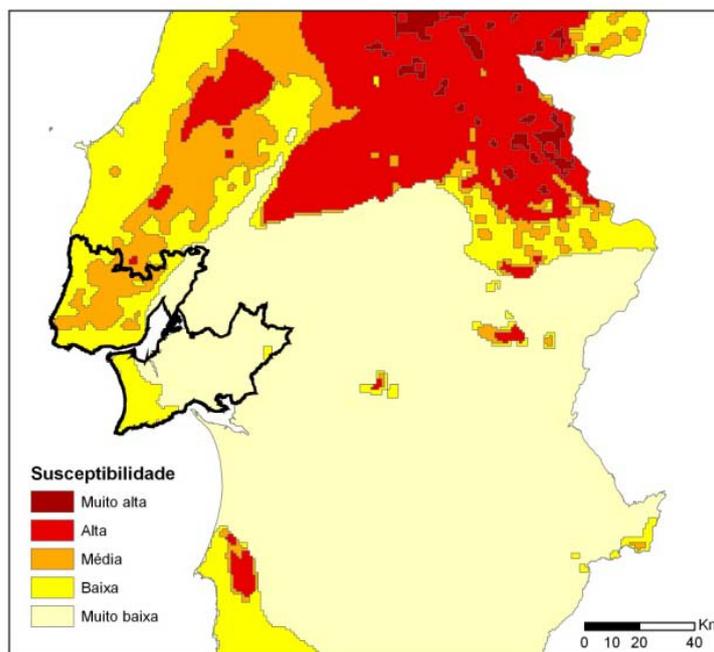
A AML é a região do país onde se assiste à maior concentração de estabelecimento industriais com potencial para gerar acidentes graves envolvendo substâncias perigosas, sendo de destacar os estabelecimentos de produtos químicos e de combustíveis.

Os perigos ambientais resultam da combinação da acção continuada da actividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais (e.g. incêndios florestais, contaminação de cursos de água, de aquíferos e de solos).

Incêndios florestais

Os incêndios florestais ocorrem todos os anos em Portugal e constituem o maior risco das florestas portuguesas com graves consequências ambientais e socio-económicas. De acordo com os dados da Autoridade Florestal Nacional (**Figura 42**), a AML apresenta uma susceptibilidade de ocorrência de incêndio florestal média a muito baixa, sendo mais relevante na área da Grande Lisboa do que na Península de Setúbal.

Figura 42. Perigo de incêndio florestal na AML



FONTE: Relatório da Equipa

Contaminação de aquíferos e de cursos de água

Apesar do poder filtrante dos aquíferos porosos que dominam na AML e das suas características auto-depuradoras, as águas subterrâneas, uma vez contaminadas, podem gerar processos praticamente irreversíveis, pelo que a sua descontaminação se torna muito difícil. A AML possui dois sistemas aquíferos:

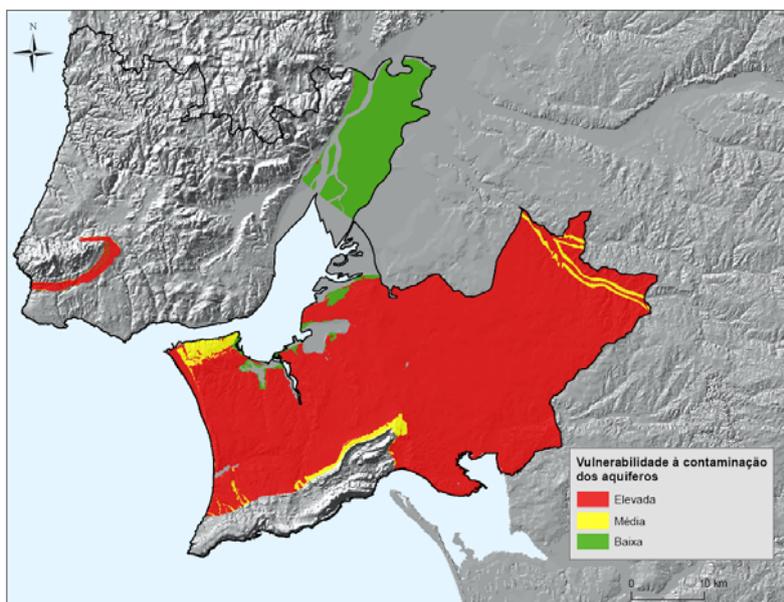
- Pisões-Atrozela – Estende-se ao longo dos flancos Sul e Leste do maciço eruptivo de Sintra, sendo que as águas deste aquífero apresentam uma qualidade fraca, quer para o abastecimento quer para o regadio
- Bacia do Tejo-Sado / Margem Esquerda - Este sistema ocupa a Bacia Terciária do Tejo e do Sado e é a origem do abastecimento de água a importantes núcleos populacionais, à indústria e à agricultura. Devido à forte conexão hidráulica, o rio Tejo provoca efeitos hidrodinâmicos no sub-sistema aluvionar e condiciona a qualidade da sua água. Os sedimentos terciários não consolidados com ligação hidráulica com a água superficial apresentam um grau elevado de vulnerabilidade.

As potenciais ameaças de poluição à água subterrânea são várias destacando-se a poluição produzida por nitratos de origem agrícola, quase sempre associada à agricultura intensiva e ao uso excessivo de fertilizantes.

A contaminação das águas superficiais pode ter várias origens, nomeadamente em nutrientes provenientes de fontes tóxicas e difusas, metais pesados e outras substâncias perigosas, micropoluentes orgânicos, radioactividade, salinização.

No que respeita à carga doméstica gerada, as zonas de maior pressão seguem, naturalmente, o padrão das densidades populacionais. Neste contexto, a AML apresenta uma das situações mais desfavorável do país, com especial incidência no estuário do Tejo e no rio Trancão. A carga industrial é igualmente assinalável, com repercussão em ambas as margens do rio Tejo. As cargas poluentes de origem difusa (em que são consideradas as actividades agrícola, pecuária e florestal) têm uma maior expressão nos cursos de água da Península de Setúbal.

Figura 43. Vulnerabilidade à contaminação de aquíferos na AML



FONTE: Relatório da Equipa

6. TRANSPORTES E MOBILIDADE

A questão das mobilidades e das acessibilidades, internas e externas, é central na estruturação da Área Metropolitana. Nos próximos anos, a Região de Lisboa será marcada por profundas transformações, nomeadamente com a construção do novo Aeroporto de Lisboa na margem sul, a implementação do transporte de alta velocidade, e a nova travessia do Tejo. São equipamentos estruturantes que configuram uma oportunidade para promover um sistema de mobilidade e transportes mais eficaz, eficiente e sustentável ao nível regional, nacional e até mesmo internacional.

A par destes equipamentos e infra-estruturas, a AML precisa de implementar medidas e projectos que reorganizem o seu sistema interno de mobilidade. Sendo Lisboa o pólo central e federador da AML - centralizando as actividades político-administrativas e económicas e concentrando a maior parte do emprego - a perda significativa de população e a crescente expansão urbanística em toda a área metropolitana, têm vindo a reforçar a pressão dos movimentos pendulares diários, na sua maioria em transporte privado, com impactes ambientais, patrimoniais e paisagísticos significativos. Apesar da melhoria das infra-estruturas de transportes, na última década, que possibilitou uma deslocação de habitação, emprego e serviços para outros centros da AML, os problemas continuam a fazer-se sentir, em especial ao nível do congestionamento rodoviário e da falta de estacionamento. A falta de investimento na afectação prioritária das infra-estruturas aos transportes públicos e de esquemas de desincentivo ao

transporte privado, contribui para a degradação da qualidade do sistema de transportes públicos e fez diminuir significativamente o seu uso.

A melhoria global das infra-estruturas de transportes reflecte-se, sobretudo, na melhoria das acessibilidades transversais – rompendo com a tradicional predominância dos eixos radiais centrados em Lisboa – e no reforço das acessibilidades entre as duas margens do Tejo, criando novas condições de mobilidade na AML e reforçando a centralidade de áreas que até há bem pouco tempo eram marcadamente periféricas.

Contudo, há que assinalar as diferenças quanto ao tipo de acessibilidades criadas pelas novas infra-estruturas de transporte, na medida em que as condições de acessibilidade em transporte público e em transporte individual mantêm significativas diferenças territoriais, fazendo-se sentir em sectores fortemente urbanizados da margem norte que não dispõem ainda do modo de transporte público pesado (eixo de Loures) e da margem sul, onde a linha Barreiro/Pinhal Novo/Setúbal presta um serviço desadequado às necessidades do sistema urbano, uma vez que a nova linha “Ponte 25 de Abril/Fogueteiro” serve, sobretudo, a concentração populacional em Almada/Seixal.

Ao nível da logística, a reorganização do sistema logístico da AML é uma oportunidade para fomentar a competitividade económica regional. A existência e desenvolvimento de plataformas logísticas e centros de transporte têm contribuído em larga medida para reduzir os custos logísticos das empresas. Nesse sentido, o desenvolvimento das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias às redes transeuropeias de transporte, do aeroporto de Lisboa, dos Portos de Lisboa e Setúbal, da articulação com Sines e das principais áreas logísticas da região de Lisboa são aspectos fulcrais no aproveitamento das dinâmicas de desenvolvimento da logística.

Conectividade

A mobilidade, e bem assim, a conectividade configura outro factor de competitividade regional. Por um lado, a fluidez de movimentos pendulares potencia uma maior flexibilidade na captação e fixação de recursos humanos, e por outro, permite aos agentes privados uma maior eficiência operacional tanto nas relações de negócio como nas relações de lazer (de natureza intra e extra-regional). Em todo o caso, é consensual admitir que a distância temporal se sobrepõe normalmente à distância física no cálculo do custo que toda e qualquer deslocação representa.

Infra-estruturas de transporte

No que à conectividade inter-regional respeita, interessa sobretudo a análise do transporte marítimo, aéreo e ferroviário.¹² A Área Metropolitana de Lisboa abarca dois dos 9 principais portos continentais nacionais, um em cada sub-região NUTS III: o Porto de Lisboa e o Porto de Setúbal. Conjuntamente representaram em 2007 cerca de 30% do total nacional de movimentos de mercadorias (Lisboa e Setúbal com 19% e 11%, respectivamente). A este nível, o Porto de Lisboa rivaliza com o Porto de Leixões o segundo lugar, já que o Porto de Sines tem movimentos consideravelmente mais expressivos. Ainda assim, os portos da AML encontram-se no grupo dos quatro maiores portos continentais nacionais, muito embora com um crescimento de movimentos, entre 2003 e 2007, aquém do verificado no total continental (Lisboa, Setúbal e Continente com 6%, 13% e 15%, respectivamente).¹³

A AML conta com o aeroporto da Portela, a principal infra-estrutura aérea em Portugal. O movimento de passageiros na região representa aproximadamente metade do total de passageiros nacional. Entre 2002 e 2007, o movimento de passageiros aumentou 34% em Portugal, e Lisboa registou um crescimento de 42%, revelando a dinâmica da oferta e da procura regionais. Tendo em conta a dinâmica aeronáutica, uma nova infra-estrutura aeroportuária foi projectada para na Península de Setúbal.

Muito embora a AML conte um elevado número de aeródromos, do ponto de vista da competitividade inter-regional interessa sobretudo a disponibilidade de facilidades aeroportuárias passíveis de serem utilizadas pelas companhias aéreas comerciais. Neste sentido, existe espaço para que outras infra-estruturas se possam vir a desenvolver, respondendo a segmentos específicos da procura de transporte aéreo de passageiros e de mercadorias. Os programas de ordenamento do território enfatizam a instalação de plataformas logísticas de interface entre os diversos modos de transporte, o que aparece em consonância com as tendências de desenvolvimento regional registadas pelos vários indicadores analisados.

Actualmente, as características da infra-estrutura ferroviária funcionam como uma restrição à sua relevância para a mobilidade internacional. As ligações internacionais ferroviárias da AML são relativamente complexas ou indirectas: Linha do Norte em articulação com a Linha da Beira, do Minho e do Leste e Ramal de Cáceres. A sua utilidade é sobretudo relevante no transporte de passageiros e mercadorias entre regiões relativamente próximas: nomeadamente, ligações AML-AMP. Os novos projectos, nomeadamente, a rede de alta velocidade e as ligações à rede Europeia, apontam num reforço da vantagem competitiva nesta vertente.

¹² O primeiro relevante sobretudo na análise da mobilidade de mercadorias, enquanto o segundo está ligado maioritariamente ao transporte de passageiros. A importância do transporte ferroviário nas relações inter-regionais depende do raio de alcance considerado.

¹³ Note-se ainda que este crescimento foi impulsionado sobretudo com um aumento muito expressivo da mercadoria desembarcada nos portos portugueses.

Mobilidade dentro da AML

Em 2001, entravam na AML o equivalente a cerca de 3% da população residente, saindo somente 2,1%, sendo esta capacidade de atracção distinta quando analisada ao nível de NUTS III. A entrada líquida na Grande Lisboa totaliza 6,5% da população residente, enquanto a Península de Setúbal regista uma saída líquida de 13,2%.

Da análise dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência é possível aferir que, em 2001, a intensidade dos movimentos é significativamente superior entre os concelhos da Grande Lisboa do que entre os concelhos da Península de Setúbal. Em toda a região, o concelho de Lisboa destaca-se pela capacidade de atracção. O fluxo de entrada de pessoas no concelho, por motivos de trabalho ou estudo, equivale a cerca de 80% da população residente, saindo somente 8%. Nenhum outro concelho da Grande Lisboa apresenta um saldo de entradas líquidas de saídas positivo, destacando-se o concelho de Odivelas com um saldo negativo de 32%.

Na margem sul, Palmela e Setúbal apresentam valores marginalmente positivos (0,7% e 1,1%, respectivamente), constituindo-se como polarizadores dos movimentos pendulares, cuja atractividade é exercida pelas actividades do sector industrial. Os concelhos da Moita e Seixal apresentavam valores inferiores a -27%.

Lisboa exerce especial capacidade de atracção sobre concelhos territorialmente contíguos, com a excepção de Sintra que, muito embora não seja concelho vizinho, se apresentava em primeiro lugar. Nas relações com a margem sul, Almada, Seixal e Barreiro apresentam-se como os mais expressivos nos fluxos de entrada e saída da cidade de Lisboa. As centralidades secundárias dentro da AML estão concentradas, na margem Norte, nos concelhos de Oeiras e, na margem Sul, em Setúbal e Palmela, a que não são alheias a concentração de actividades económicas em cada um dos concelhos.

Quadro 23. Principais Eixos Pendulares

Distribuição Geográfica	Infra-estrutura		
	Rodoviária	Ferroviária	Fluvial
Lisboa-Cascais	A5, CRIL, CREL	Linha de Cascais	-
Lisboa-Sintra	IC19, CRIL, CREL	Linha de Sintra	-
Lisboa-Loures/Vila Franca de Xira	CREL, A8, CRIL, IC22, A1, IC2	Linha da Azambuja	-
Lisboa-Margem Sul	Pontes 25 de Abril e Vasco da Gama, A2, IC20, IC21, IC32	Ponte 25 de Abril, Linha do Sul	Travessias Fluviais

FONTE: Relatório da Equipa Sectorial

Em síntese, existem 4 eixos relevantes do ponto de vista dos movimentos pendulares – Lisboa-Cascais, Lisboa-Sintra, Lisboa-Loures/Vila Franca de Xira e Lisboa-Margem Sul – suportados nos vários modos de transporte, mas com uma clara preponderância pelas infra-estruturas rodoviárias.

7. GOVERNANÇA TERRITORIAL

A governação dos territórios, tradicionalmente conduzida pelos poderes públicos de uma forma centralizada e normativa, tem vindo a conhecer mutações aceleradas induzidas pela própria evolução da sociedade. Reflectir sobre os desafios que se colocam, com acutilância crescente, à governação regional contemporânea é uma condição necessária para o sucesso de qualquer Plano Regional de Ordenamento do Território a que, naturalmente, A Área Metropolitana de Lisboa não constitui excepção.

No nosso tempo, a governação territorial já não pode ser encarada como obedecendo ao simples esquema centro-periferia, em que os territórios concretos são moldados por uma vontade que se aplica vertical e uniformemente a um espaço predefinido. O ordenamento hierárquico do espaço pelo Estado apoiava-se numa economia industrial ela própria estruturada em pirâmide, e em intermediários com monopólios de representação a nível nacional ou sectorial (partidos, sindicatos, associações patronais, igrejas). As profundas alterações do processo produtivo nos últimos 30 anos têm vindo a pôr em causa, em toda a Europa, o modelo neo-corporativista de concertação. Também na governação territorial este modelo é desafiado pela emergência de capacidades endógenas dos territórios para prover ao seu próprio desenvolvimento. A planificação centralizada tende cada vez mais a ser acompanhada, suplantada - quando não mesmo substituída - pelo paradigma do desenvolvimento local.

Mas para isso torna-se necessário, por um lado, partilhar de um entendimento claro dos processos sócio-políticos que afectam a governação dos territórios em geral, e, por outro lado, definir um diagnóstico ajustado às realidades, institucionais, administrativas e da sociedade civil regionais.

Uma Região só é forte se tiver agentes activos, ou seja, entidades públicas, associativas e privadas qualificadas, dinâmicas e disponíveis para cooperar em torno das questões-chave do desenvolvimento. Não é demais afirmar que o grau de inteligência de uma Região depende – para além da capacidade dos seus actores – do seu enfoque nos processos de concertação estratégica de base territorial.

Tão importante como as características dos actores protagonistas do desenvolvimento da Região é o modo como se sabem articular e cooperar, de forma qualificada, com competências e esferas de intervenção claramente definidas, induzindo uma cultura de colaboração que faça emergir o olhar sobre a Área Metropolitana de Lisboa como um património comum e cujo desenvolvimento não será alcançado se não existir a capacidade – clara e assumida – de ultrapassar visões sectoriais.

A concertação estratégica de base territorial constitui um caminho que, inevitavelmente, deve ser percorrido, mobilizando agentes, ideias e projectos em torno das linhas estratégicas fundamentais, pelo que importa assegurar a criação de mecanismos de cooperação, criar condições – físicas, humanas e financeiras – para uma maior capacitação institucional por parte dos agentes da Administração Pública, do sector privado e da sociedade em geral.

Participação e Capital Social

A formação de capital social para a governação e o ordenamento do território pressupõe que as empresas estejam dispostas a participar, tomando iniciativas e influenciando assim as decisões das entidades governamentais. Isto deve-se em parte a exigências de competitividade - porque para muitas economias não é já suficiente a envolvente local, mas a qualidade urbana de todo o território – considerando, para além da relevância do investimento em mobilidade e novas infra-estruturas, também a melhoria do ambiente urbano e da coesão social.

Contudo, reconhece-se que a capacidade de participação da sociedade civil e dos agentes económicos é quase inexistente em Portugal, sobretudo na preparação dos processos de ordenamento pelo que, em consequência, essa falta de influência dos actores privados nas decisões de planeamento constitui uma das maiores debilidades do sistema de gestão territorial. Na fase de conclusão do PROT-AML, entre 1999 e 2002, a CCDR-LVT fez um esforço no sentido de fomentar a participação de um grande número de actores da sociedade civil, a partir de uma proposta já anteriormente muito debatida do ponto de vista técnico, ainda que segundo outro enquadramento normativo.

Após a aprovação do Plano, a CCDR-LVT promoveu o projecto de Gestão Estratégica da Região, caracterizado por uma metodologia contínua de informação, visão e monitorização, com dois objectivos principais: (i) conhecer a evolução de metas quantificadas e alguns indicadores, com base nas 5 sub-regiões e em 3 domínios de intervenção, Território, Pessoas e Organizações e (ii) formular propostas de medidas correctoras e de reforço das “boas práticas” face aos resultados obtidos, em ligação com o anterior Plano Operacional, no Quadro Comunitário de Apoio 2000 a 2006. Este projecto deu origem à nova Estratégia Regional para o horizonte 2020, pensada agora em articulação com a programação do QREN (para fundos comunitários até 2013), e permitiu criar mais capital social de dimensão regional, sobretudo com a participação activa de diferentes actores institucionais e privados.

Em paralelo com as acções de planeamento e gestão à escala regional – de que a Estratégia Regional Lisboa 2020 constitui um dos mais recentes e emblemáticos exemplos – os municípios da AML foram desenvolvendo as suas estratégias locais, através da revisão dos seus Planos Directores e da elaboração de uma série de outros estudos de cariz sectorial e operacional, como Planos Municipais de Ambiente, de Mobilidade ou de Desenvolvimento Económico, Cartas de Equipamentos e Relatórios de Estado do Ordenamento do Território, que constituem uma base de conhecimento de grande valor para a alteração da estratégia territorial metropolitana, fundamentada ainda pela decisão de importantes investimentos nacionais, em especial em infra-estruturas de transporte, como o NAL, a ponte Chelas-Barreiro e a Alta Velocidade.

Este factor de governação tem vindo a ser, de alguma forma, estimulado. Para além do que se acaba de referir, destaque-se ainda o facto de alguns municípios da AML já terem promovido as suas Agendas Locais 21 e lançado as bases para orçamentos participativos, na esteira das boas práticas internacionais.

Por outro lado, a alteração em curso ao PROT-AML utiliza uma plataforma colaborativa na internet, para comunicação e actualização constante dos conteúdos técnicos produzidos, e experimenta agora um novo instrumento de prospectiva, também aberto à participação de todos os elementos da equipa e da Comissão Consultiva, reconhecendo que é essencial a formação de uma “inteligência colectiva” sobre o território, com maior capacidade para prever e concretizar as propostas de desenvolvimento.

Assim, a estratégia do PROT deverá nesse sentido incorporar as preocupações municipais, dos cidadãos e dos investidores, para responder aos desafios que se colocam e conseguir o desenvolvimento da região de Lisboa. Precisa-se de um Plano integrado, de síntese e coerente (segundo a terminologia francesa), para implementar em diferentes tempos e cenários, que será tanto mais governável quanto maior for a inclusão e o equilíbrio dos objectivos das agendas sectoriais e locais.

8. ANÁLISE SWOT

O diagnóstico estratégico de uma região não pode terminar sem a peça chave: a análise SWOT, acrescida de um quinto vector de tendências.

Na análise SWOT tradicional, os termos “Forças” (*strengths*) e “Fraquezas” (*weaknesses*) referem-se a atributos que medem as capacidades internas, enquanto as “Oportunidades” (*opportunities*) e as “Ameaças” (*threats*) são originárias em ambientes externos do objecto de avaliação. Os atributos internos são, sob determinadas circunstâncias, controláveis pelos promotores dos projecto, na medida em que as forças são propostas de acção estratégica e as fraquezas se traduzem em situações a reduzir ou, na melhor das hipóteses, eliminar. Os atributos externos estão fortemente fora do controlo dos decisores públicos, pelo que as propostas de avaliação assentam, frequentemente, nas tentativas de se apropriar das oportunidades, fugindo aos condicionalismos negativos impostos pelas ameaças.

Pontos Fortes:

- Crescimento da população da AML tendencialmente superior à média nacional;
- Concentração de potencial humano (população activa comparativamente mais qualificada que a média nacional), recursos financeiros e tecnológicos relevantes para a economia do conhecimento
- Especialização da formação do ensino superior e tecnológica;
- Qualidade de vida da população residente na AML acima da média nacional;
- Aumento significativo dos equipamentos colectivos especializados na prestação de cuidados a diferentes públicos-alvo, com uma intervenção crescente e mais eficaz de outros promotores que não o Estado;
- Reflexos positivos da crescente imigração multi-cultural;

- Elevados níveis de atendimento das populações no que se refere ao abastecimento de água e drenagem de águas residuais, bem como boa regulação dos sistemas em alta e taxa de reciclagem de resíduos sólidos urbanos superior à média nacional;
- Ambiente de inovação particularmente intenso comparativamente ao total nacional;
- Desenvolvimento dos parques de Ciência e Tecnologia;
- Dinâmica económica regional assente num conjunto de sectores muito diversificado, conjugado com a sedeação e a “densidade” dos elementos mais dinâmicos do desenvolvimento económico;
- Produtividade com uma clara superioridade face à média nacional;
- Concentração de equipamentos e das principais infra-estruturas logísticas do sistema de transportes e de internacionalização da economia portuguesa (aeroportos, portos, plataformas logísticas);
- Dimensão marítima e estuarina com potencial para o desenvolvimento de actividades económicas portadoras de valor;
- Beleza singular de Lisboa, cidade capital, e de um conjunto de núcleos urbanos com enorme riqueza e diversidade, grandes âncoras referenciadoras dos estuários e “frentes ribeirinhas”, as costas atlânticas, e um conjunto vasto, único e muito rico de áreas classificadas;
- Persistência de actividades agrícolas e florestais com níveis de competitividade e rendimento elevados e essenciais para atingir os objectivos de conservação e valorização sustentada dos recursos naturais e paisagísticos;
- Localização privilegiada da AML, com uma situação de cruzamento central no eixo atlântico e periférica relativamente à Europa, o que lhe confere um posicionamento de singular cosmopolitismo
- Rede de infra-estruturas artísticas, culturais e desportivas e experiência na organização de eventos de dimensão internacional; progressiva modernização tecnológica do sector cultural; internacionalização das actividades artísticas e culturais;
- Destino turístico consolidado e internacionalmente reconhecido (“marcas” Lisboa e Estoril, eixo Estoril-Cascais e Sintra), cuja riqueza e diversidade de recursos e atributos satisfazem os mais diversos segmentos e nichos de procura turística;
- Existência de um património histórico, cultural e arquitectónico com características únicas, de valor e projecção nacional e internacional, sobre o qual têm recaído nos últimos anos um acréscimo significativo de acções de salvaguarda;
- Centralidade relativamente ao acesso às redes de transporte e distribuição de gás natural e energia eléctrica;
- Potencial energético endógeno significativo, particularmente solar, mas também em energia das ondas, eólica, biomassa florestal e agrícola e biogás;
- Áreas de especial valor ecológico e de elevada qualidade paisagística e ambiental proporcionando uma oferta rica e diversificada, património e recursos paisagísticos, história e modernidade;

- Elevados níveis de biodiversidade;
- Rede de transportes relativamente desenvolvida e com boa cobertura da população;
- Concentração de funções político-administrativas de âmbito nacional (Região capital).

Pontos Fracos:

- Envelhecimento da população residente, embora a um ritmo mais lento que o resto do país;
- Desequilíbrios demográficos internos, em termos de dinâmicas de crescimento e envelhecimento;
- Reduzidos níveis de investimento na frequência de ensino para além da escolaridade obrigatória, debilidades na oferta de ensino profissional e tecnológico, desarticulação e sub-financiamento da rede de escolas de ensino profissional e insuficiente articulação entre as estruturas culturais e o sistema escolar;
- Diminuição do rendimento das famílias;
- Elevado índice de pobreza e condições de vida degradadas;
- Deficit de equipamentos considerados estruturantes, e que serão, no futuro, determinantes para satisfazer novas tendências da procura turística;
- Desordenamento urbanístico e territorial, ocupação fragmentada do território, existência de zonas desqualificadas e de bairros clandestinos, degradação do parque habitacional dos bairros sociais e desertificação dos centros históricos;
- Níveis ainda insuficientes, face à UE25, de recursos humanos e volume de despesas em I&D, reduzida eficiência na transferência de tecnologia, reduzida colaboração empresas/universidades e escasso peso de empresas com financiamento para inovação;
- Carências no sistema de ensino básico e secundário e insuficiência na produção científica universitária;
- Fragilidade do tecido empresarial nacional no financiamento e no investimento em projectos estruturantes e em parcerias público-privadas, bem como no apoio à cultura e ao desporto;
- Insuficiente clarificação das centralidades do sistema urbano, da sua hierarquização, bem como das articulações físicas e funcionais entre os vários pólos;
- Desvalorização, abandono e degradação dos espaços rurais e desqualificação e desestruturação dos espaços urbanos;
- Reduzida dimensão física das explorações agrícolas e tecido empresarial agrícola relativamente envelhecido;
- Elevada dependência energética do exterior;
- Elevada dependência de combustíveis fósseis ou de electricidade gerada com base nestes, baixo índice de eficiência energética e falta de cultura energética e ambiental;

- Adopção lenta das medidas de eficiência energética e da utilização das energias renováveis, quer por empresas quer por indivíduos;
- Reduzido aproveitamento dos vastos recursos paisagísticos e ambientais para atracção de novos fluxos de turismo, insuficiente manutenção de importantes componentes do património histórico, arquitectónico e cultural e carência de condições para uma “vivência” turística ao ar livre;
- Concentração de elevado nível das emissões de poluentes atmosféricos, incluindo partículas, com origem nos combustíveis fósseis, em particular na circulação rodoviária;
- Desarticulação dos meios de transportes público e excessivo recurso ao transporte individual, com insatisfação na mobilidade para e dentro da área central de Lisboa;
- Déficit de instrumentos que reforcem a liderança e visão política à escala metropolitana, bem como escassa participação dos agentes sociais e económicos.

Oportunidades:

- Forte dinâmica de atracção e de concentração populacional e habitacional, com 47% das entradas registadas de população estrangeira a nível nacional;
- Imigração multicultural crescente com relevância demográfica, económica, social e cultural;
- Áreas industriais desactivadas que desfrutam de localizações de excelência e que podem ser requalificadas e direccionadas para novas utilizações;
- Progressiva multiplicação de actividades de serviços que se deslocalizam para regiões que possuam características culturais e disponibilidade de mão-de-obra qualificada;
- Revitalização sócio-urbanística de alguns espaços urbanos consolidados;
- Reutilização de águas residuais tratadas para fins menos nobres;
- Incremento das despesas em I&D, em percentagem do PIB;
- Elevado potencial como rótula geo-estratégica Norte-Sul e Europa-Atlântico;
- Reformas nos sectores de logística e transporte de mercadorias, construindo uma plataforma atlântica;
- Desenvolvimento de novos projectos estruturantes, como o Novo Aeroporto de Lisboa, Projecto de Alta Velocidade ou a Terceira Travessia do Tejo, com impactos no emprego e na economia regional e nacional;
- Alteração do paradigma energético e impactes nos transportes, possibilitando o surgimento de soluções inovadoras (redes inteligentes, micro produção térmica, iluminação eficiente, mobilidade eléctrica e mobilidade sustentável);
- Potencial efeito dinamizador do aproveitamento do potencial energético endógeno e do aumento da eficiência energética na actividade económica, investigação e desenvolvimento, emprego, bem como nos edifícios;

- Forte impulso do Estado com a promoção de normas obrigatórias de aumento da eficiência energética dos edifícios ou de incentivos à adopção de energias renováveis;
- Potencial da região como destino turístico de excelência no turismo cultural, desportivo e náutico, que permite desfrutar em segurança e ao longo de todo o ano, numa área geograficamente concentrada e de fácil acesso, um conjunto único de património histórico, cultural, natural e humano;
- Crescente procura de produtos "naturais" e actividades de lazer em espaço rural e valorização da tradição e genuinidade associada aos produtos rurais;
- Aumento da procura de pescado associado às condições naturais da região para a expansão da aquicultura;
- Perspectivas de afirmação, na cidade de Lisboa, de um cluster centrado nas indústrias criativas, propiciador da emergência de um ambiente criativo 4T;
- Emergência e crescimento sustentado de uma economia do conhecimento, suportada na cultura, onde o segmento das indústrias culturais desempenha um papel preponderante;
- Aparecimento de novos públicos, com maiores graus de exigência, potenciando a geração de iniciativas de valorização e animação artística e cultural, com grande qualidade e regularidade;
- Progressivo aumento da esperança média de vida e da disponibilidade de tempos livres, que potencia a opção pela fruição de actividades de lazer e recreio, de actividades culturais e artísticas
- Melhoria da rede de transportes públicos, alargando a cobertura da população e promovendo a intermodalidade, particularmente com os modos suaves e com o transporte individual;
- Equipamentos estruturantes (NAL, transporte de alta velocidade e terceira travessia do Tejo), que configuram uma oportunidade para promover um sistema de mobilidade e transportes mais eficaz, eficiente e sustentável ao nível regional, nacional e até mesmo internacional.

Ameaças:

- Regime demográfico fortemente ancorado em movimentos imigratórios, onde é significativa a componente de incerteza que, de forma inequívoca, permita perspectivar a sua evolução;
- Aumento do desemprego e dificuldade de reintegração no mercado de trabalho de pessoas com qualificações médias e superiores;
- Problemas de pobreza e exclusão, níveis muito baixos de ensino, altas taxas de insucesso e abandono escolar, aumento do desemprego (sobretudo dos mais jovens) e agravamento das condições de acesso a alguns serviços básicos;
- Políticas sócio-urbanísticas inadequadas e desarticuladas, potenciando riscos de conflito social;
- Crescente fragmentação urbana e social do tecido metropolitano, conducente a fracturas sócio-urbanísticas, ao surgimento de novas clivagens sociais e à polarização das formas de apropriação e de vivência da cidade;

- Assimetrias territoriais nas condições de acesso a determinados equipamentos colectivos, designadamente, ao nível dos equipamentos de saúde, e às redes de equipamentos desportivos e culturais de proximidade;
- Pressão urbanística crescente sobre os solos com aptidão agrícola e florestais ainda existentes;
- Problemas crescentes de poluição dos solos e dos recursos hídricos da região;
- Agravamento da erosão costeira e das ameaças à actividades económicas concentradas nos estuários, no quadro da subida do nível do mar;
- Aumento descontrolado da actividade turística, designadamente da procura da faixa litoral, das áreas rurais e florestais para actividades de lazer e recreio, promovendo o aumento da construção urbana e de infra-estruturas em áreas sensíveis;
- Rápido crescimento da AML, que poderá conduzir a uma saturação dos sistemas de gestão de resíduos;
- Aumento da concorrência inter-regional (Europa do Sul e de Leste), no que respeita à atracção de empresas estrangeiras tecnologicamente avançadas, riscos de deslocalização de empresas de capital estrangeiro e de escoamento da mão de obra qualificada para o exterior;
- Destruição, fragmentação e degradação de áreas com importância para a conservação da natureza e biodiversidade no âmbito do desenvolvimento de novos projectos estruturantes;
- Subida dos preços da energia, constante ameaça de escassez e os riscos para o meio ambiente;
- Aumento da concorrência de outros destinos turísticos de idêntico perfil, tanto de “*short ou long haul*”, falta de capacidade de resposta para melhorar as condições de qualidade do destino e, em consequência, para evidenciar a sua competitividade;
- Forte concorrência de outros destinos congéneres na Europa ou emergentes;
- Progressivo enfraquecimento da posição portuguesa, em termos culturais e artísticos, no quadro do recente alargamento da União Europeia;
- Dificuldade em assegurar uma maior projecção e visibilidade externa dos actores, agentes e organizações associadas à actividade cultural e artística (não obstante a crescente aposta na internacionalização);
- Água proveniente fora dos limites administrativos da AML e demasiado dependente de um ponto de abastecimento: a albufeira de Castelo de Bode;
- Dificuldades de articulação de políticas sectoriais nacionais com implicações espaciais na região e insuficiente flexibilidade de gestão na administração pública;
- Alterações climáticas, os efeitos e impactes que poderão provocar cuja extensão e gravidade não são completamente conhecidas;
- Aumento da criminalidade e inerente incremento da insegurança.

Tendências Positivas:

- Expansão dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos pertinentes para a economia do conhecimento;
- Políticas de desenvolvimento e aprofundamento da integração da cadeia de valor;
- Evolução da cobertura da Região com infra-estruturas e equipamentos vários;
- Acréscimo significativo, nos últimos anos, no número de ações centradas na salvaguarda e valorização do património cultural;
- Progressiva internacionalização das actividades artísticas e culturais (embora ainda insuficiente);
- Crescimento do número global de turistas em todo o mundo, em especial a médio e longo prazo, e manutenção dos países industrializados da Europa (Alemanha, Reino Unido, Espanha, Itália e França) como grandes mercados emissores de fluxo turístico;
- Aumento da procura de experiências de turismo diversificadas e genuínas, de segmentos como “city & short breaks”, náutica de recreio e turismo náutico, golfe turístico, turismo residencial, ecoturismo e turismo de natureza e maior preferência por destinos considerados “amigos” do ambiente, da natureza e do envolvimento das comunidades;
- Instrumentos de ordenamento já em vigor e em elaboração promotores de uma protecção mais eficaz das zonas ecologicamente mais sensíveis;
- Crescente sensibilização da população para os impactos económicos, ambientais e geopolíticos da utilização de energia;
- Sensibilização para as questões da governabilidade e governância dos territórios e do ambiente;
- Ciclo continuado de planeamento e gestão estratégica da região, sob coordenação técnica da CCDR-LVT.

Tendências Negativas:

- Persistência das carências do sistema de ensino e formação profissional;
- Agravamento das desigualdades nos rendimentos e precariedades sociais;
- Abandono crescente das actividades de produção agro-florestal mais extensivas;
- Expansão urbanística promovendo a ocupação de áreas intersticiais, interrompendo e alterando os corredores ecológicos;
- Desenvolvimento urbano acelerado e essencialmente expansivo conduzindo a uma grande dispersão das implantações residenciais e das actividades, à rápida transformação da envolvente rural e à intensificação e alargamento da amplitude dos movimentos pendulares diários;
- Abrandamento da actividade económica a nível global, declínio da confiança dos consumidores e das empresas, e diminuição dos consumos das famílias, com a consequente redução da estadia média e gastos médios dos turistas;

- Aumento da concorrência a nível mundial e evolução desfavorável da taxa de câmbio, com alguns destinos emergentes a oferecer qualidade a menor preço, designadamente ao nível do turismo de sol e praia e residencial;
- Alteração expressiva da maior parte dos habitats por acção humana, pressão que se mantém e tem tendência crescente, sobretudo devido à edificação e a determinadas práticas agrícolas e florestais, bem como aumento da actividade humana em áreas sensíveis;
- Desenvolvimento de fenómenos de marginalidade e insegurança.